

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

A INFLUÊNCIA DA GUERRA DO CHACO NAS DISPUTAS

POLÍTICO-ECONÔMICAS DO BRASIL (1927-1938)

(VERSÃO CORRIGIDA)

Aluno: Marcelo Pereira da Silva Bermann

Orientador: Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade

São Paulo, SP

Setembro / 2023

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Bi Bermann, Marcelo
 A influência da Guerra do Chaco nas disputas
 político-econômicas do Brasil (1927-1938) / Marcelo
 Bermann; orientador Everaldo Andrade - São Paulo,
 2023.
 167 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Econômica.

1. História da América Latina. 2. História do
Brasil. 3. História Contemporânea. I. Andrade,
Everaldo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Marcelo Pereira da Silva Bermann

Data da defesa: 06/11/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Everaldo de Oliveira Andrade

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19/12/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

MARCELO PEREIRA DA SILVA BERMANN

A influência da Guerra do Chaco nas disputas político-econômicas do Brasil (1927-1938)

(versão corrigida)

Dissertação de Mestrado de História Econômica apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade.

DATA DA APROVAÇÃO:

06/11/2023

BANCA EXAMINADORA:

1. Prof. Dr. Domingos Sávio da Cunha Garcia
2. Prof. Dr. Igor Fuser
3. Dr. Eujácio Roberto Silveira

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

Dedico este trabalho à minha avó materna, Melânia Taguada Pereira da Silva, Guarani mato-grossense, mulher brasileira. Entre tantos esmagamentos às nossas raízes, você sobreviveu, e as sementes sobreviveram na senhora. Como historiador, seu neto fará justiça a elas.

“A nossa política tem sido de cordial amizade com a Argentina e abstenção de intervir na questão do Chaco. Devemos mantê-la, mas precisamos tomar precauções militares. Talvez estas bastem para evitar complicações futuras. Falta-nos, entretanto, quase tudo. Estamos providenciando. Algumas coisas podem ser feitas, outras não”. (Getúlio Vargas, 1934)

“Em nossos últimos encontros [“José”] já me dava auspiciosas notícias sobre os resultados de nosso trabalho. Notícias estas estimulantes, que nos faziam esquecer perigos. E que por vezes me levaram a sonhar com a transformação da guerra imperialista em guerra de libertação e que se estendesse a todo o Continente”. (Tito Batini, 1991)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de muitos obstáculos superados. Entre eles: pandemia, burocracia, ansiedade, dificuldades financeiras, problemas familiares... Algumas pessoas, ao longo do processo de pesquisa e escrita, foram fundamentais para essa constante superação.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Everaldo de Oliveira Andrade. Sua aula na graduação de história, onde a Guerra do Chaco e a escassez de pesquisas a respeito no Brasil foram citadas, atiçou a minha curiosidade e me instigou ao desafio. Quando o procurei, foi solícito. Apoiou-me sem julgamento em diversos momentos. Seus conselhos e sugestões lapidaram este trabalho, tornando-o mais claro e acessível, valorizando os aspectos mais chamativos e enxugando os excessos.

Agradeço aos professores que ministraram os cursos de pós-graduação nos quais participei. Alexandre de Freitas Barbosa, Alexandre Macchione Saes, Lincoln Ferreira Secco, Amaury Patrick Gremaud, Edgard Monforte Merlo e Luiz Eduardo Simões de Souza. Cada curso teve grande importância para que fossem definidos os caminhos a serem ou não trilhados, as metas a serem ou não almeçadas, os métodos a serem ou não utilizados.

Agradeço aos professores que participaram da banca examinadora de qualificação. Luiz Bernardo Pericás e Domingos Sávio da Cunha Garcia. Seus apontamentos a respeito da forma e dos conteúdos contribuíram imensamente para a elaboração do texto final da pesquisa, bem como para diminuir a quantidade de vícios e permitir que uma pesquisa coerente e relevante fosse concluída dentro do prazo estabelecido.

Agradeço à minha mãe, Maria Inês Pereira da Silva, ao meu irmão, Arthur Pereira da Silva Bermann, e à minha namorada, Letícia Pereira Rebello, pelo grande apoio emocional e psicológico que me deram ao longo destes anos, além da força tarefa que realizaram por mim nos últimos momentos de pesquisa. Também agradeço à UNIVESP pelo apoio financeiro, sem o qual teria sido imensamente mais difícil a realização desta dissertação de mestrado.

Por fim, agradeço ao meu colega de ofício e irmão do peito, Wander Lima. Ao longo de todos os processos de desenvolvimento do presente trabalho, ele esteve ao meu lado e eu ao dele. Conversamos na mesma linguagem, compartilhamos dores semelhantes, debochamos das situações tão trágicas que chegavam a ser cômicas, e debatemos acaloradamente a conjuntura e as polêmicas historiográficas. O que nos manteve de pé foi o apoio mútuo e a convicção de que nossas pesquisas são a nossa retribuição à sociedade que bancou o nosso ensino, a nossa contribuição ao conhecimento popular e à verdadeira libertação dos povos brasileiros e latino-americanos. Um lembrou continuamente ao outro que essa missão é muito

maior do que qualquer obstáculo a tentar impiedosamente nos botar para baixo. Eu aqui, a estudar o lugar do Brasil no continente, e ele lá, a estudar o lugar das regiões no Brasil, unidos pelo período analisado, a História Econômica como área e principalmente: o amor fraternal que só a amizade sincera é capaz de construir. Muito obrigado, Wander! Juntos estaremos sempre, até a vitória e mais além!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é trazer para a análise das dinâmicas político-econômicas e sociais que marcaram o Brasil durante a chamada “Era Vargas” um aspecto bastante negligenciado pela historiografia brasileira: a Guerra do Chaco. O conflito entre Bolívia e Paraguai possui raízes na formação dos Estados nacionais na América e em seus processos derivados, como a inserção de suas economias na Divisão Internacional do Trabalho, a disputa pela hegemonia continental e as campanhas de destruição das nações indígenas. Seu início, em 1932, é consequência de uma série de eventos ocorridos a partir de 1927, e apesar do armistício em 1935, só foi de fato encerrado em 1938, com a assinatura do acordo de paz em Buenos Aires. Quase não há estudos sobre o impacto que a Guerra do Chaco exerceu no âmbito interno brasileiro, e é esta lacuna que a presente dissertação busca preencher. Em meio à disputa entre burguesias no seio da política brasileira pela prevalência de suas respectivas visões socioeconômicas, na conjuntura da década de 1920, dois grupos se deram conta da relevância da contenda em torno da região do Chaco Boreal. Por um lado, os civis e militares envolvidos com o “tenentismo”, que viram a situação sob o prisma geopolítico e positivista. Por outro lado, os comunistas, divididos nas orientações táticas, mas em acordo na análise classista e internacionalista do conflito. A cooptação dos primeiros pela aliança burguesa em torno de Getúlio Vargas e seu combate aos segundos definiu a maneira como o governo surgido em 1930 após um golpe de Estado influenciou e foi influenciado pela Guerra do Chaco. A partir do levantamento documental realizado, foram analisadas cartas, relatórios, decretos, manifestos e artigos de jornal sob a perspectiva do materialismo histórico. As fontes primárias, apoiadas pela bibliografia selecionada, mostram que a guerra entre Paraguai e Bolívia esteve no centro do alinhamento diplomático e militar em torno de um projeto econômico nacionalista e modernizante, assim como dos confrontos de interesse com a Companhia Matte Larangeira cuja consequência foi a “Marcha para o Oeste”, e que há relação intrínseca entre as reviravoltas do conflito e os atos de escalada autoritária e repressiva que levaram ao Estado Novo.

Palavras-chave: América do Sul; Guerra do Chaco; Brasil; Governo Vargas; Bolívia; Paraguai; Argentina.

ABSTRACT

This work brings to the analysis of the political-economic and social dynamics of Brazil's "Vargas Era" one aspect so neglected in Brazilian historiography: the Chaco War. The conflict between Bolivia and Paraguay came from the formation of the national Estates in America and its derivative processes, like the insertion of their economies in the International Division of Labour, the dispute for continental hegemony and the campaigns of destruction of the indigenous nations. Its beginning, in 1932, is a consequence of a series of events that occurred from 1927, and besides the armistice in 1935, the conflict was only in fact finished in 1938, with the signal of the peace treaty in Buenos Aires. There is almost any study about the impacts of the Chaco War on Brazilian internal scope, and that is the gap this dissertation seeks to fill. In the middle of the disputes between bourgeoisies on Brazilian politics for the prevalence of their respective social-economical visions, in the 1920's conjuncture, two groups realized the relevance of the strife around the Chaco Boreal region. For one side, the civilians and militaries involved with the "tenentism", who saw the situation through the prism of geopolitics and positivism. For the other side, the communists, divided in the tactical orientations, but in agreement on the classist and internationalist analysis of the conflict. The co-optation of the first ones by the bourgeois alliance around Getúlio Vargas and their combat against the second ones has defined the way the government emerged in 1930 from a coup d'état influenced and was influenced by the Chaco War. From the documents methodologically, there were analyzed letters, reports, decrees, manifests and newspaper articles under the historical materialism perspective. The primary sources, supported by the selected bibliography, shows that the war between Paraguay and Bolivia was at the center of the diplomatic and military alignment around a economical project nationalist and modernizing, as well as the clash of interests against the Matte Larangeira Company whose consequence was the "Conquest of the West", and that was an intrinsic relation between the twists in the conflict and the acts of authoritarian and repressive escalation that culminated in the New State.

Key-words: South America; Chaco War; Brazil; Vargas Government; Bolivia; Paraguay; Argentina.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: MAPA ÉTNICO DO CHACO BOREAL ATÉ 1931.....	p. 17
MAPA 2: EVOLUÇÃO DOS TRATADOS DE DIVISÃO DO CHACO ENTRE BOLÍVIA E PARAGUAI.....	p. 21
MAPA 3: SITUAÇÃO ANTERIOR AO INÍCIO DO CONFLITO, JUNHO DE 1932.....	p. 46
MAPA 4: SITUAÇÃO GERAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES, DEZEMBRO DE 1933.....	p. 50
MAPA 5: SITUAÇÃO GERAL AO FINALIZAR DA CAMPANHA NO ANO DE 1934.....	p. 52
MAPA 6: LINHA DE CONTATO QUANDO FIRMADO O ARMISTÍCIO, 12/06/1935, E LIMITE ARBITRAL, 21/07/1938.....	p. 55
MAPA 7: MAPA UTILIZADO NO DOCUMENTO “LIGAÇÕES FERROVIÁRIAS COM A BOLÍVIA.....	p. 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCP – Argentina, Brasil Chile, Peru

AHEX – Arquivo Histórico do Exército

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

EME – Estado-Maior do Exército

FUA – Frente Única Antifascista

FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão

IC – Internacional Comunista

LEC – Legión de Ex Combatentes

MJ – Ministério da Justiça

MRE – Ministério de Relações Exteriores

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCP – Partido Comunista Paraguaio

PD – Partido Democrático

POR – Partido Obrero Revolucionário

PPP – Partido Popular Paulista

PRP – Partido Republicano Paulista

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

UCR – União Cívica Radical

YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 15
• SOBRE A GUERRA DO CHACO.....	p. 16
• BALANÇO HISTORIOGRÁFICO DO CONFLITO.....	p. 22
• SOBRE AS DISPUTAS POLÍTICO-ECONÔMICAS NO BRASIL.....	p. 24
• ESTRUTURA DO TRABALHO.....	p. 28
CAPÍTULO 1: CAPITALISMO EM CRISE: A GUERRA DO CHACO E O GOLPE DE 1930 COMO EXPRESSÕES DO MESMO FENÔMENO.....	p. 30
• O AGRAVAMENTO DA QUESTÃO CHAQUENHA.....	p. 30
• A CRISE DE 1929 PARA A ARGENTINA E O BRASIL.....	p. 34
• A CRISE DE 1929 PARA A BOLÍVIA E O PARAGUAI.....	p. 38
• CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 42
CAPÍTULO 2: ENTRE ARMAS E PALAVRAS: A GUERRA DO CHACO NO CAMPO DE BATALHA E NA CONFERÊNCIA DE PAZ.....	p. 44
• A CAMPANHA DE CONQUISTA PARAGUAIA SOBRE O CHACO.....	p. 44
• A CONFERÊNCIA DE PAZ DE BUENOS AIRES.....	p. 56
• CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 64
CAPÍTULO 3: ENVOLVIMENTO INDIRETO, CONSEQUÊNCIAS DIRETAS: O GOVERNO VARGAS NA GUERRA DO CHACO.....	p. 65
• O BRASIL DIANTE DA GUERRA DO CHACO.....	p. 65
• O BRASIL DIANTE DA CONFERÊNCIA DE PAZ DE BUENOS AIRES.....	p.76
• CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 83
CAPÍTULO 4: NAÇÃO QUASE EM ARMAS: O ENVOLVIMENTO MILITAR-GEOPOLÍTICO DO BRASIL NA GUERRA DO CHACO.....	p. 85
• A PROJEÇÃO CONTINENTAL DO BRASIL, DE WASHINGTON LUIZ A GETÚLIO VARGAS.....	p. 85
• A GUERRA DO CHACO E O LEVANTE PAULISTA.....	p. 91
• O EXÉRCITO, ENTRE OBSERVAÇÕES E REFORMULAÇÕES.....	p. 94

- A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO..... p. 100
- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... p. 108

CAPÍTULO 5: GUERRA À GUERRA: A INSERÇÃO DOS COMUNISTAS BRASILEIROS NAS CAMPANHAS INTERNACIONAIS CONTRA A GUERRA DO CHACO..... p. 110

- A MOBILIZAÇÃO ANTI-BÉLICA NA AMÉRICA LATINA..... p. 110
- O CONGRESSO ANTI-GUERREIRO DE MONTEVIDÉU..... p. 115
- A GUERRA DO CHACO E A ANL..... p. 117
- A PAZ NO CHACO E A UNIÃO NACIONAL..... p. 123
- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... p. 125

CONCLUSÃO..... p. 127

BIBLIOGRAFIA..... p. 130

ANEXO: CRONOLOGIA DE EVENTOS..... p. 142

APÊNDICE 1: GUERRA À GUERRA! AOS COMPANHEIROS DELEGADOS REUNIDOS NO CONGRESSO ANTI-GUERREIRO DE MONTEVIDÉU..... p. 151

APÊNDICE 2: CARTA DE GETÚLIO VARGAS A OSVALDO ARANHA..... p. 154

APÊNDICE 3: TRATADO ANTIBÉLICO DE NÃO-AGRESSÃO E CONCILIAÇÃO..... p. 156

APÊNDICE 4: TRATADO DE PAZ, AMIZADE E LIMITES..... p. 164

INTRODUÇÃO

O objetivo principal da presente dissertação é analisar as conexões entre a Guerra do Chaco – conflito internacional no qual a Bolívia e o Paraguai disputaram a posse da região do Chaco Boreal entre os anos de 1932 e 1938 – e o primeiro período da chamada Era Vargas. Destacando as especificidades das contradições nacionais dos países aqui abordados – Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina –, sem com isso abandonar as balizas históricas mais gerais (Cf. PRADO, 2009: 4), se buscará responder, no decorrer dos cinco capítulos desta pesquisa, como a evolução da guerra influenciou:

- A atuação do governo federal brasileiro para fazer valer seus projetos econômicos e enfrentar seus adversários políticos;
- As estratégias militares e geopolíticas do Governo Vargas no sentido de ocupar as “áreas vazias” do território brasileiro em nome da Segurança Nacional;
- As movimentações das vanguardas proletárias brasileiras na luta contra o avanço do fascismo ao longo da década de 1930.

Estudar a Guerra do Chaco, evento crucial para a formação sócio-política boliviana, volta a ser importante em um contexto pós-2019, ano em que foi dado o golpe que derrubou o presidente boliviano Evo Morales, do Movimento ao Socialismo – MAS. As raízes da principal bandeira do MAS – o nacionalismo indigenista –, vêm da Revolução Boliviana de 1952, evento originado diretamente da guerra boliviana-paraguaia. Da mesma forma, investigar as maneiras como o Brasil esteve interligado ao conflito remete ao apoio dado ao golpe na Bolívia pelos presidentes da Argentina e do Brasil naquele momento: os direitistas Mauricio Macri¹ e Jair Bolsonaro². Este, um elogiador frequente do general Alfredo Stroessner, o notório e infame ditador que governou o Paraguai entre 1954 e 1989. Seu regime calcado por massacres e escândalos de corrupção também foi fruto direto das conturbadas disputas políticas no Paraguai que foram sacudidas pela Guerra do Chaco.

Tanto atualmente quanto no período em que as tensões em torno do Chaco escalaram para o conflito armado, existe um contexto de crise global do capitalismo, onde se vê o desalento da classe trabalhadora perante o desemprego e a miséria, o crescimento da extrema direita e a eclosão de mais situações belicosas mundo afora. Considerando que a história é a

1

<https://oglobo.globo.com/mundo/bolivia-acusa-ex-presidente-argentino-mauricio-macri-de-colaborar-com-massacres-com-destituicao-de-evo-morales-1-25099536>. Acesso em 22/09/2023

2

<https://www.cartacapital.com.br/politica/ha-uma-relacao-entre-o-golpe-de-estado-na-bolivia-e-acoes-d-e-bolsonaro-diz-presidente-do-pais/>. Acesso em 22/09/2023

ciência dos homens no tempo e seus objetos de análise são constantemente reinterpretados conforme as necessidades variáveis do presente e os efeitos dos acontecimentos do passado que emergem neste (BLOCH, 2002: 67; SCHAFF, 1995: 270), estudar os efeitos que uma das expressões mais trágicas da crise ocorrida em meados do século XX exerceu sobre o Brasil dialoga, assim, com as necessidades e angústias de uma geração que sofre com os efeitos da atual crise e busca alternativas concretas para o modelo capitalista de sociedade e produção.

Para tanto, se faz necessário, antes de tudo, traçar um panorama geral a respeito do tema aqui analisado.

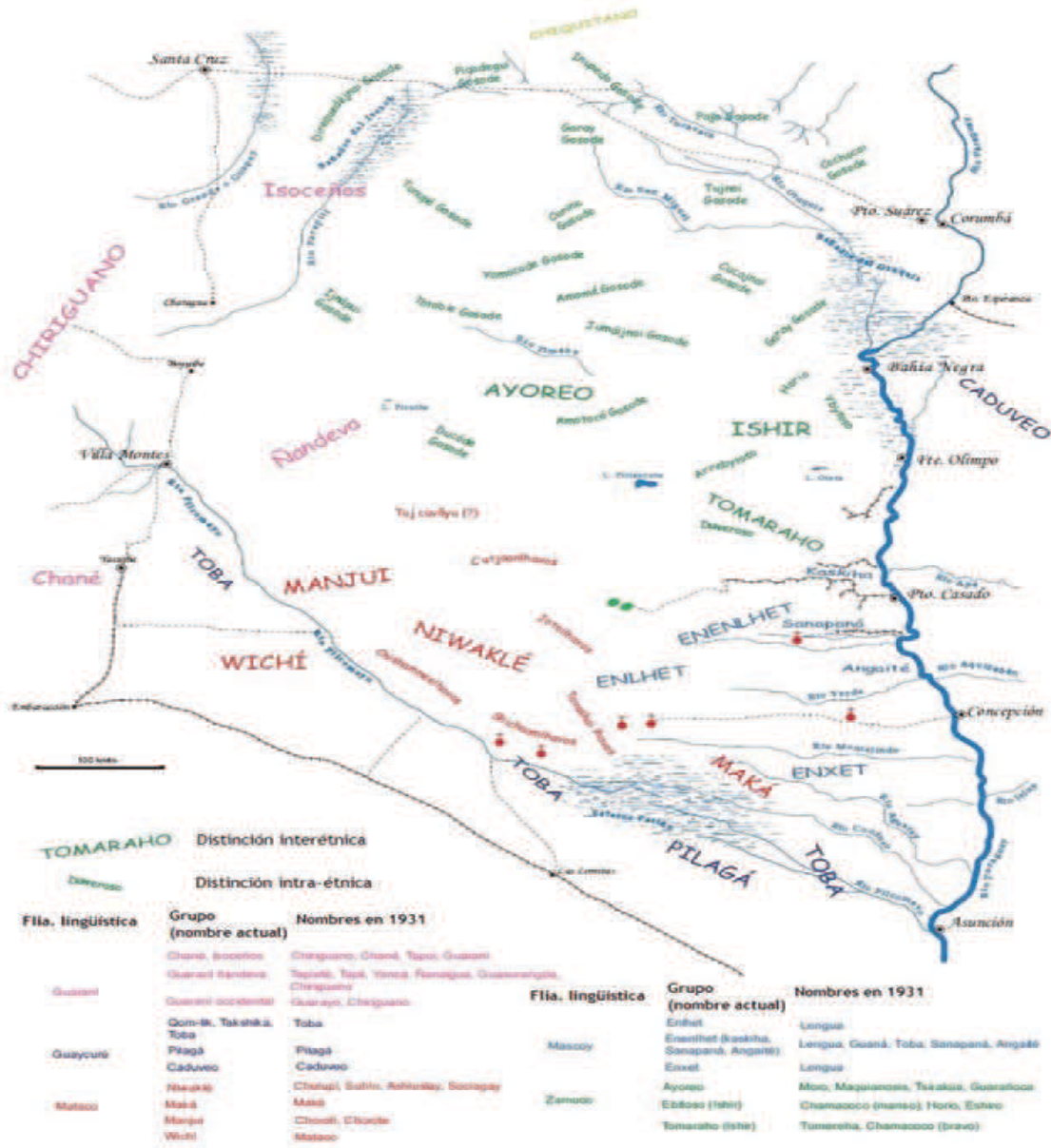
Sobre a Guerra do Chaco

A região do Chaco abrange os territórios da Argentina, Bolívia e Paraguai. Sua parte norte, conhecida como Chaco Boreal, era tomada por aproximadamente 161.000 km² de selvas tropicais secas e de difícil acesso (COTE, 2013: 745). Por tal circunstância, os colonizadores espanhóis bem pouco adentraram e exploraram a região, o que levou à uma demarcação extremamente imprecisa, cuja consequência foi a indefinição sobre quais partes do local pertenciam a quais dos novos países limítrofes formados no processo de independência política da América espanhola (Cf. BIEBER, 1998: 269).

Desta maneira, a região “sem dono” permaneceu majoritariamente povoada por múltiplas nações indígenas de origem Guaraní – oriundas da Amazônia – e Kadiwéu – oriundas da Patagônia. Suas respectivas cosmovisões sobre a terra e as relações com o outro (Cf. MELIÀ, 1990; SIQUEIRA JR., 1993) levaram-nas a constantes embates e formações de alianças internas em formas de clãs, confederações e outros marcos sociopolíticos que começaram a ser desarticulados e fragmentados com a irrupção dos Estados nacionais no século XIX (BOSSERT, in. RICHARD, 2008: 203).

MAPA 1: MAPA ÉTNICO DO CHACO BOREAL ATÉ 1931

MAPA ÉTNICO DEL CHACO BOREAL HACIA 1931



Fonte: RICHARD, 2010

Desde quando o Paraguai se tornou um país independente, em 1811, e a Bolívia, em 1825, demonstraram por meio de expedições o interesse em anexar o Chaco Boreal (Cf. LOUREIRO, 1933: 137-146). Após as perdas territoriais impostas ao Paraguai ao fim da Guerra contra o Paraguai³ (1864-1870) e à Bolívia ao fim da Guerra do Pacífico (1879-1883), ambos os países passaram a reclamar com mais fervor seus direitos ao território chaquenho.

A respeito do primeiro conflito, o desenvolvimento autônomo do Paraguai preocupava os interesses econômicos e geopolíticos da Argentina – cujo ressentimento pelo desmembramento do Paraguai não havia sido superado –, do Uruguai – país gerado da disputa por hegemonia entre Argentina e Brasil como espelho invertido do Paraguai (Cf. SANTOS, 2021) – e o Brasil – única monarquia do continente, a representar uma continuidade com o domínio português, como forma de manter a coesão interna e as terras na bacia platina ocupadas pelos portugueses à revelia do Tratado de Madri. Este último, com suas intervenções na guerra civil que ocorria no Uruguai, estimulou as primeiras iniciativas agressivas do Paraguai, que ocupou parte da Província de Mato Grosso em 1864, e conseqüentemente, praticamente todo o Chaco Boreal. Um dos principais parceiros do Paraguai durante o conflito contra a Tríplice Aliança recém-formada foi seu futuro adversário na guerra pela posse do Chaco Boreal: a Bolívia (Cf. SILVA, 2021).

Antes mesmo da Guerra do Chaco, o “inferno verde” já mostrou os limites da guerra moderna frente às dificuldades naturais do campo de batalha no desgaste que as tropas brasileiras sofreram ao terem seus equipamentos bélicos danificados pela intensa umidade do Chaco. Dentre as soluções que o exército brasileiro encontrou, a principal foi convocar para o conflito os Kadiwéu, antigos inimigos dos Guarani, que aceitaram entrar na guerra em favor dos brasileiros foi uma estratégia de negociação com o governo para garantir a posse de suas terras na fronteira do Paraguai com o atual Mato Grosso do Sul (Cf. SIQUEIRA JR., 1993). Tal posse foi concedida em 1903, com o Brasil já sob período republicano, embora as conseqüências da guerra, como propagação de epidemias, ocupação por grupos externos mobilizados pelo conflito e avanço de iniciativas privadas como garimpo, ferrovias e, posteriormente, pecuária, tenham trazido sérios problemas aos Kadiwéu que persistem até os dias atuais (Cf. COSTA, in. RICHARD, 2008).

³ As nomenclaturas mais comuns para se referir ao conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai são “Guerra do Paraguai” e “Guerra da Tríplice Aliança”. Também são utilizados, no Paraguai, “Guerra Grande” e “Guerra Guasú”. Foi escolhida para esta dissertação a nomenclatura “Guerra contra o Paraguai” pelo alinhamento à perspectiva adotada pelo autor Ronald León Núñez (2021), que utiliza este termo para destacar os objetivos econômicos e geopolíticos da Tríplice Aliança em aniquilar o Paraguai como Estado autônomo.

Entre outras consequências da Guerra contra o Paraguai, podem ser listadas: o fortalecimento da influência geopolítica da Argentina, o estímulo à mesma para realizar a sangrenta Campanha do Deserto a partir de 1879, o crescimento do destaque do exército brasileiro na política nacional e a devastação material do Paraguai, cuja soberania foi mantida, mas, para todos os efeitos, tornou-se uma extensão para empreendimentos argentinos, ainda mais a partir do golpe de Estado do Partido Liberal, aliado da Argentina, em 1904.

Quanto à Guerra do Pacífico, a Bolívia enfrentou uma série de instabilidades políticas durante a Guerra contra o Paraguai, e ao fim dela, sem mais o seu potencial parceiro comercial, o país voltou-se para a reaproximação com o ex-parceiro de confederação: o Peru, com olhos na disputa de outra área da América do Sul até então pouco reclamada: o Atacama, rico em minérios. O rival era o Chile, cujo processo de independência foi constituído por estabilidade e transição pacífica entre predominância conservadora e liberal graças a uniformidade dos interesses econômicos dominantes (CANAVEZE, 2010: 34).

Um tratado de limites chegou a ser assinado em 1874, mas a outorgação de impostos pela Bolívia, em 1878, a empresas chilenas de extração de nitrato na área acordada como isenta de taxações fez o Chile recorrer à força das armas. Pelo Tratado de Aliança Defensiva de 1873, o Peru entrou no conflito como aliado da Bolívia, iniciando assim o mais importante conflito na América entre economias predominantemente exportadoras de produtos minerais (FURTADO, 2007). O primeiro ano de embate foi quase todo marítimo, onde as marinhas chilena e peruana encontravam-se em relativo equilíbrio. Mas com o afundamento do encouraçado peruano Huascar, o jogo virou a favor dos chilenos, que uma vez com domínio marítimo, iniciaram campanha por terra (Cf. CANAVEZE, op. cit.).

Em três anos, a aliança entre Peru e Bolívia foi derrotada pelas forças chilenas, cuja estabilidade política e coesão de interesses econômicos, por um lado, não atrapalhou o desempenho estratégico e, por outro lado, foi capaz de conter o ímpeto destrutivo de seu próprio exército quando este ocupou Lima (ao contrário da ocupação de Assunção pelo exército brasileiro). Com a vitória, o Chile estendeu em um terço o seu território, apoderou-se de importantes reservas de nitrato e, de acordo com Vinicius Gregory:

Embora a Guerra do Pacífico não esteja diretamente relacionada com a questão dos mapuche, a questão da experiência militar adquirida e o melhor aparelhamento das tropas parece ser relevante. Se em 340 anos de lutas nem os espanhóis e nem os chilenos tinham “pacificado” os mapuche, parece surpreendente que na década de 1880 essa façanha finalmente tenha sido atingida (GREGORY, 18).

O Peru perdeu suas províncias meridionais, mas a Bolívia perdeu sua saída para o Oceano Pacífico. Uma tragédia tanto para a economia boliviana quanto para a sua memória nacional, essa perda foi o que motivou o governo boliviano, por mais instável e permeado por constantes ameaças de guerras civis que estivesse, a voltar seus olhos novamente para o Chaco, uma vez que o Rio Paraguai deságua no Oceano Atlântico.

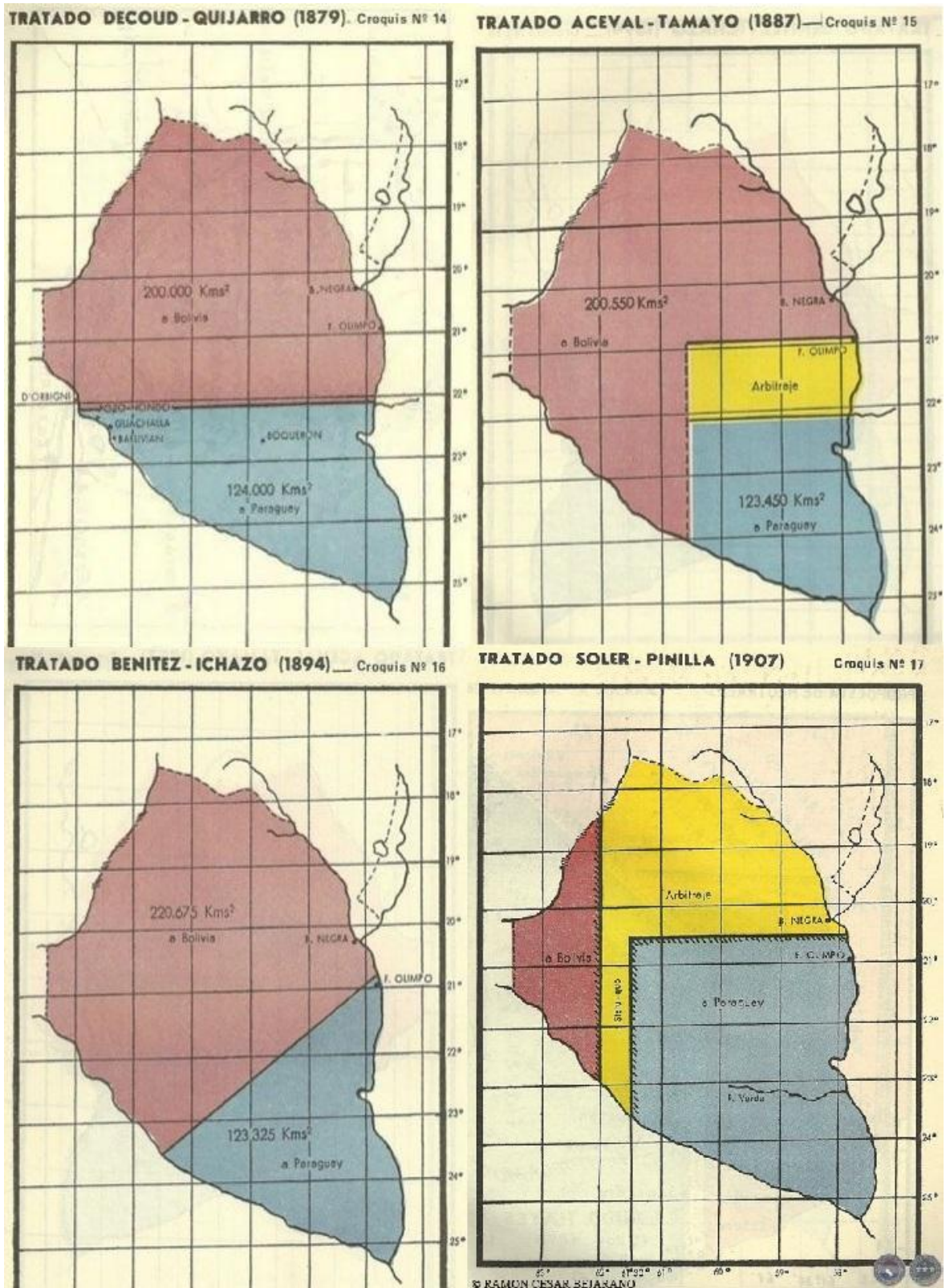
A Bolívia reivindicava seu direito de posse ao Chaco Boreal através do princípio de *uti possidetis juris*, pelo qual a república boliviana seria herdeira do território graças à cédula real de 1563 confirmada por diferentes textos ao longo do século XVIII. Já o Paraguai proclamava o princípio de *uti possidetis de facto*, que prioriza a colonização “real” do território ao longo dos séculos (CAPDEVILA, in. CAPDEVILA, 2010: 19-20). Nesta disputa de narrativas históricas, “de ‘transparentes’, os indígenas se tornam nitidamente visíveis quando se trata de alegar direitos territoriais”⁴ (COMBÈS, in. Ibid: 49). Fora dela, eram simplesmente taxados de “selvagens” no Paraguai, de “bárbaros” na Bolívia e de “rebeldes” na Argentina (CAPDEVILA, in. Ibid: 25-26).

Ao todo, foram assinados seis acordos entre o Paraguai e a Bolívia que intencionavam dividir o Chaco sem a necessidade de um conflito armado: o Quijarro-Decoud (1879), o Aceval-Tamayo (1887), o Benitez-Ichazo (1894), Pinilla-Soler (1907), o Ayala-Mujia (1913) e o Gutierrez-Diaz de Leon (1927). Entretanto, as disputas políticas internas em cada país atrasaram a assinatura de qualquer um destes acordos até o ponto de eles caducarem. A Bolívia, acuada pelo favorecimento argentino aos próprios aliados em seu detrimento, e pela diminuição de seu território através dos tratados feitos com o Brasil, estimulou paulatinamente a ocupação do Chaco via bases militares. O Paraguai, por outro lado, vinha promovendo o mesmo através de capital estrangeiro – especialmente argentino e inglês – e de colônias menonitas⁵, vistas como um instrumento de defesa das fronteiras e um mecanismo que garantiria a legitimidade de um povoamento no Chaco alicerçados em uma auto-organização (TORRACA, 2006: 72).

⁴ A intelectualidade paraguaia reconhecia os povos Guaraní e Kadiwéu como os primeiros “donos” do Chaco, ao passo que a imprensa boliviana conclamava os caciques do Altiplano a reclamarem seus títulos de propriedade no Chaco outorgados pela coroa espanhola (CAPDEVILA, in. CAPDEVILA, 2010: 28).

⁵ Fundada por Menno Simons (1496-1561), a Igreja Menonita é uma igreja evangélica que surgiu do movimento anabatista – uma ala radical do luteranismo da qual também surgiram os amish –, no século XVI, durante a Reforma Protestante. Os menonitas apregoam por uma vida pacífica baseada no trabalho duro, apartada dos progressos sociais e tecnológicos da sociedade moderna. Os que migraram ao Paraguai e montaram colônias no Chaco vieram do Canadá e da Rússia, fugidos, respectivamente, da padronização educacional feita pelo governo canadense após a Primeira Guerra Mundial, e da Revolução Bolchevique de 1917 (BREITHOFF, 2020: 34-35).

MAPA 2: EVOLUÇÃO DOS TRATADOS DE DIVISÃO DO CHACO ENTRE BOLÍVIA E PARAGUAI



Fonte: BEJARANO, 1959.

A tensão arrastou-se por meio século, e por fim, os ressentimentos nacionais somam-se aos distúrbios da Crise de 1929 (Cf. BETHELL, 2002). Com o Chaco assumindo maior relevância econômica para os dois Estados e figurando em discursos de reparação histórica e orgulho nacional, a guerra mostrou-se cada vez mais como algo iminente. Um ataque do exército boliviano ao Forte Carlos Antonio López, em 15 de junho de 1932, foi o marco inicial da Guerra do Chaco, um dos maiores conflitos armados ocorridos no continente americano, e um dos mais obscuros e sub-estudados do século XX (BREITHOFF, 2020, 28).

As hostilidades terminaram em 12 de junho de 1935, com o firmamento de um armistício. Porém, a guerra só foi encerrada por definitivo em 21 de julho de 1938, com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Limites. Foram vitimadas, pelo menos, 100.000 pessoas, ambos os beligerantes saíram prejudicados economicamente e tumultuados politicamente, e a demarcação das fronteiras só foi concluída em 2009, 74 anos após o fim do conflito⁶. Seus impactos sociopolíticos desencadearam, na Bolívia, uma revolução popular em 1952 e, no Paraguai, um golpe de Estado em 1954 que iniciou a ditadura militar mais longeva da América Latina (Cf. ANDRADE, 2007: 22; COUCHONNAL, 2014: 142).

Balanco historiográfico do conflito

O foco tradicional da historiografia produzida a respeito da Guerra do Chaco foi voltado para fins nacionalistas. Tal perspectiva historicista⁷ não somente esteve no centro das análises sobre o conflito, como também contribuiu para o próprio fomento a este. Exemplo disso é o estudo *Historia del Gran Chaco*, publicado pelo historiador argentino Enrique de Gandia em 1929, onde o mesmo afirma ser impossível pretender separar o Chaco Boreal do Paraguai e ser inaceitável o avanço do exército boliviano (GANDIA, 1929: 189-190; 202-205). O viés nacionalista teve prosseguimento e estímulo no contexto dos dois processos sociopolíticos mencionados no parágrafo anterior, com enfoques variando entre o aspecto militar, diplomático, ou ambos (Cf. GUEVARA, HERNÁNDEZ, 2004: 143).

⁶

<https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0..MUL1100376-5602.00-BOLIVIA+E+PARAGUAI+ASSINAM+A+CORDO+SOBRE+FRONTEIRAS.html>. Acesso em 22/09/2023.

⁷ Corrente de pensamento que fará a defesa e o discurso do Estado Nacional e do povo-nação. Durante o século XIX, disputou com as correntes liberal e marxista a hegemonia no campo historiográfico (BARBOSA, 2009: 127).

O grande foco historiográfico paraguaio segue até os dias de hoje sendo a Guerra contra o Paraguai (chamada lá de Guerra Grande ou Guerra Guasú), o que faz a Guerra do Chaco ser menos estudada em comparação. Na Bolívia, por outro lado, o conflito deixou marcas profundas na construção da identidade nacional e cultural boliviana, assim como na consciência de classe do conjunto majoritário de sua população, estando, assim, fortemente presente na produção historiográfica do país. Conforme José Luiz Gomés-Martinez:

A revolução de 1952 representa unicamente a culminação de um processo, a conquista do poder por uma nova geração, a Geração do Chaco, após quinze anos de luta, de reformas, de amadurecimento de um ideal... A Geração do Chaco foi a encarregada de descobrir a Bolívia e de trazer novos ideais de realização estética e de reforma social (MARTÍNEZ, 1988: página não especificada. Tradução nossa).

As obras mais amplas e completas dessa historiografia são *La conducción de la Guerra del Chaco*, de David H. Zook Jr., e *Masamaclay : historia política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco*, de Roberto Q. Calvo. O enfoque de Zook, um coronel da Força Aérea dos Estados Unidos, é sobretudo militar, sendo notável sua abordagem favorável à perspectiva paraguaia e sua admiração pelo marechal José Félix Estigarribia, comandante principal do exército paraguaio durante a guerra. Por outro lado, Calvo, veterano do conflito, prioriza os aspectos políticos e diplomáticos, sendo um de seus principais objetivos apresentar justificativas para a derrota da Bolívia não relacionadas ao desempenho bélico.

Dessa disputa de narrativas, cada qual buscando favorecer o seu lado, o pesquisador de fora consegue colher informações valiosas ao estudar ambas comparativamente. Por exemplo: a historiografia boliviana consegue desmentir o mito do brilhantismo de Estigarribia ao evidenciar fatores como o apoio argentino ao Paraguai. Já as historiografia paraguaia e anglo-saxã comprovaram que os erros cruciais da campanha boliviana foram cometidos ao longo de praticamente todo o conflito, não só enquanto o exército esteve sob comando do general alemão Hans Kundt , a quem autores da “Geração do Chaco”, como o já citado Roberto Q. Calvo, culpavam para proteger a reputação dos oficiais bolivianos que saíram como heróis ao final da guerra.

Há também um elemento que se tornou comum de ser usado como explicação principal para a Guerra do Chaco: o petróleo. Uma perspectiva historiográfica de cunho marxista voltada para o anti-imperialismo, muito expressiva na década de 1970, passou a defender com unhas e dentes que o conflito foi manipulado pelas companhias petrolíferas Standard Oil – dos EUA, controlando a Bolívia – e Royal Dutch Shell – da Inglaterra,

controlando o Paraguai. Tal simplificação foi desmentida por autores como Alfredo Seiferheld (1983), Luiz Alberto Moniz-Bandeira (1998) e Stephen Cote (2013). Estes comprovaram que o petróleo e a suposta manipulação das companhias petrolíferas como fatores relevantes do conflito vieram de disputas políticas, tanto entre o Paraguai e a Bolívia quanto no âmbito interno dos Estados Unidos. Especificamente, a partir de 1934, com acusações da opinião pública paraguaia e do senador estadunidense Huye Pierce Long, de que a Bolívia provocou a guerra em nome da Standard Oil, e que esta financiava o litígio (SEIFERHELD, 1983; MONIZ-BANDEIRA, op. cit.: 180).

A partir da década de 1980, pesquisadores das mais diversas áreas – entre elas, economia, relações internacionais e antropologia – começam a oferecer outras visões sobre o conflito, e trazem à luz aspectos antes negligenciados (Cf. GUEVARA, HERNÁNDEZ, 2004: 159). Entre eles, a antecipação, na América do Sul, dos movimentos contra a guerra mundial que começava a se estruturar (STEFANONI, 2014: 44), e o encerramento de um período que vai da década de 1870⁸ à de 1930, onde as repúblicas americanas submetem, reduzem ou absorvem as populações ameríndias fora de seu controle e/ou que resistiram até então à colonização⁹ (CAPDEVILA, in. CAPDEVILA, op. cit.: 14).

O aspecto negligenciado na historiografia tradicional aqui analisado é o impacto da guerra sobre os países fronteiriços ao Paraguai e à Bolívia. Em particular, o Brasil.

Sobre as disputas político-econômicas no Brasil

⁸ Consequência direta da Crise de 1873 (COGGIOLA, 2009: 85).

⁹ Entre eles: a conquista do oeste “selvagem” e das margens meridionais e setentrionais mexicanas pelos Estados Unidos, da Patagônia, Araucania e da Terra do Fogo pela Argentina e pelo Chile, a dominação da bacia amazônica por Brasil, Equador e Peru, a anexação do Chaco Central pela Argentina e da selva oriental pelo Paraguai. Ao contrário da Guerra do Chaco, todos estes processos ocorreram em âmbito nacional interno. Para Capdevila, a envergadura internacional do conflito e seus marcos institucionais favoreceram a ocultação do elemento indígena (CAPDEVILA, in. CAPDEVILA, op. cit.: 14).

Concomitante com a Guerra do Chaco, no Brasil, um golpe de Estado em 1930¹⁰ apoiado por uma frágil aliança entre elites regionais colocou Getúlio Vargas à frente de um governo provisório de cunho ditatorial. O principal arcabouço teórico dos civis e militares à frente do golpe foi o positivismo social, cujo ideal é o chamado Estado-Providência, um Estado que atua tanto como estimulador da produção e corretor das desigualdades. Seus aspectos corporativistas e autoritários também levaram os adeptos do Estado-Providência a serem associados ao fascismo (BOSI, 1992.: 281-282, 296).

O golpe foi uma resposta às tensões advindas da decadência do sistema federativo da Primeira República. Os desequilíbrios regionais e as tensões políticas abriram espaço para uma contenda pela hegemonia política sobre o país. Determinados setores da oligarquia paulista, que já gozava de grande influência na economia, lançaram a essa empreitada com extensa produção intelectual e jornalística, que adaptou a doutrina estadunidense do “Destino Manifesto” à sociedade paulista (CAPELATO, 1989: 30), criando uma suposta superioridade da elite paulistana frente a classes, etnias e estados “inferiores”¹¹.

Com a perda da autonomia dos Estados após o Golpe de 1930, os setores dominantes de São Paulo não poderiam aceitar passivamente o fim da predominância política e econômica, conquistada no início da República (Cf. CAPELATO, 1989; MORAES, 2018). Desta maneira, uma série de eventos políticos acabam por levar o Brasil, em 1932, a uma guerra civil que durou aproximadamente três meses. Entre seus instigadores, esteve o sul de Mato Grosso – hoje o estado de Mato Grosso do Sul – que nos anos finais da Primeira República, e especialmente ao longo dos oito primeiros anos da Era Vargas, configurou-se como um polo de desestabilização nacional.

¹⁰ Convém aqui abordar a escolha pelo termo “Golpe de 1930” ao invés do já consagrado “Revolução de 1930”. De acordo com o Dicionário de política, revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica (BOBBIO, 1998: 1121). Já o ocorrido em outubro de 1930 buscou não uma ruptura com o pacto oligárquico basilar da república, mas o resgate dos princípios considerados rompidos ao longo dos últimos anos, tanto que o novo governo foi mais marcado por sua continuidade do que por sua ruptura (VISCARDI, 2012: 319, 321). Considerando ainda a definição marxista de revolução, “não só (...) um instrumento essencial para a conquista da liberdade, identificada com o fim da exploração do homem pelo homem e, por consequência, com a possibilidade de vencer a pobreza, mas também como meio de conseguir a igualdade, posta na justiça social, e de o homem desenvolver plenamente todas as suas qualidades” (BOBBIO, 1998: 1123). o uso do termo “Golpe de 1930” mostrou-se mais apropriado para o desenvolvimento desta pesquisa.

¹¹ Não é o propósito desta dissertação analisar a construção das identidades regionais ao longo da década de 1920. Para este tema, vale a leitura de *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*, de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado.

Seu representante principal era a Companhia Matte Larangeira, empresa latifundiária ervateira fundada em 1877 que recebeu em 1882, via decreto imperial, concessão para explorar as terras anexadas pelo Brasil no fim da Guerra contra o Paraguai. Com o advento do governo republicano, ela adquiriu controle de todo o processo produtivo e comercial de mate no atual Mato Grosso do Sul, mantendo predominância mesmo quando o monopólio foi legalmente perdido em 1915. Associada a capitais ingleses, argentinos e paraguaios, a trajetória da companhia é marcada por intensa repressão contra sua mão-de-obra: posseiros gaúchos, interessados em formar pequenas propriedades, e trabalhadores Guarani, por seu modo de economia e sociedade incompatível com trabalho capitalista (LINHARES, 1969: 152-153; ARRUDA, 1997).

Um fenômeno social em particular catalisou as tensões da Primeira República durante a década de 1920 que desembocaram no Golpe de 1930: o Tenentismo¹², mobilização militar com bases na classe média urbana, formada em 1922 como oposição ao então presidente Artur Bernardes. Posteriormente, passou a exigir mudanças em todo o sistema político brasileiro, especialmente no que dizia respeito à influência das oligarquias regionais. Um de seus líderes, Luís Carlos Prestes, ficou notório por comandar uma marcha que percorreu aproximadamente 30.000 quilômetros através de táticas de deslocamento rápido que impôs sucessivas derrotas às tropas do governo e tomou contato com as grandes mazelas do Brasil (Cf. SODRÉ, 1985; PRESTES, 1997).

O Tenentismo afastou-se de Prestes e seguiu majoritariamente o grupo de Vargas na conquista do poder. Ideologicamente difuso, os “tenentes” ou foram plenamente incorporados ao aparato burocrático federal ou se enveredaram para movimentos sociais à direita – caso da Ação Integralista Brasileira – ou à esquerda – caso da Aliança Nacional Libertadora (PRESTES, 2014: 73). Estes aproximaram-se novamente de Prestes, que, a partir de sua adesão ao campo socialista, tornou-se uma das figuras mais emblemáticas do comunismo brasileiro e latino-americano.

Em 1934 é promulgada uma nova constituição que daria ao governo de Vargas um caráter mais formal e democrático. Entretanto, em 1935, é decretada a Lei de Segurança

¹² Vavy Pacheco Borges estudou as origens do termo “Tenentismo”, e constatou que ele surge na luta política paulista, usado por adversários derrotados de Vargas como sinônimo bastante genérico de aliados do governo, nem todos provinham das quarteladas de 1922 e 1924, e que não há registro dos militares revoltosos que seguiram a Coluna Miguel Costa-Prestes sendo chamados de “tenentes” antes de 1931 (Cf. BORGES, in. AXT, 2005: 58). Por isso, sempre quando o termo aparecer nesta dissertação, estará entre aspas.

Nacional, e em 1936, a equivalência desta ao Estado de Guerra, medida prometida para durar três meses, mas que foi estendida até o ano seguinte. Essa lei permitiu ao Governo Constitucional se revestir de amplos poderes de repressão política e social, os quais utilizou para forjar alianças, eliminar opositores, e assim, preparar caminho para a instauração de uma ditadura aberta, o que se deu ainda em 1937. O Estado de Guerra foi novamente decretado em outubro, em resposta à divulgação do documento fajuto “Plano Cohen”, e um mês depois foi promulgado o governo ditatorial chamado de Estado Novo.

Três fatos cruciais marcaram o Governo Vargas até o golpe que inaugurou o Estado Novo, e como o presente trabalho pretende mostrar, foram diretamente influenciados pelo desenrolar do conflito paraguaio-boliviano. São eles:

a) uma guerra civil, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932 ou como a Guerra Paulista, dependendo dos contendores; b) a experiência de uma Assembleia Nacional Constituinte, que em 1934 promulgou uma constituição inovadora em muitos aspectos, como o do aumento da governabilidade do Estado em assuntos econômicos e sociais; c) a organização de movimentos políticos de massa, como a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira (GOMES, In. FERREIRA, DELGADO, 2019: 177).

De acordo com Capelato:

Em primeiro lugar, a chamada primeira fase do governo Vargas, ou seja, nos anos 1930 e 1940, não constitui um bloco homogêneo. Cabe distingui-la, propondo uma divisão em dois níveis:

- 1. 1930 a 1937 foram os anos de indefinição, quando inúmeros projetos e propostas estavam sendo postos em pauta e quando, também, a sociedade se mobilizou em torno deles. O campo de possibilidades, nessa ocasião, era imenso e o governo se movia em terreno movediço.*
- 2. 1937 a 1945 correspondem à vigência do Estado Novo, que se caracterizou pela introdução de um novo regime político orientado por novas regras legais e políticas. No entanto, esse momento também não é homogêneo porque as circunstâncias externas e internas são responsáveis por mudanças significativas no jogo político. A entrada do Brasil na Segunda Guerra constitui um marco de mudança importante nos rumos do Estado Novo.*

Por esse motivo, propõe-se a divisão desse período em dois momentos: a) 1937-1942: caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime; b) 1942-1945: com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, as contradições do regime ficaram explícitas. Nesse período, o governo se voltou, de forma mais direta, para as classes trabalhadoras, buscando apoio (CAPELATO, In. FERREIRA, DELGADO, 2019: 106-107).

A presente dissertação pretende esclarecer o lugar que a Guerra do Chaco ocupou nas indefinições, possibilidades e mobilizações sociais dos primeiros sete anos de Governo Vargas, bem como seu lugar no primeiro momento da ditadura do Estado Novo.

Estrutura do trabalho

O primeiro capítulo, *Capitalismo em crise: a Guerra do Chaco e o Golpe de 1930 como expressões do mesmo fenômeno*, tratará de inserir o assunto estudado nesta pesquisa em âmbito global. Desta maneira, serão destacadas as nuances macroeconômicas consideradas imprescindíveis para o entendimento apropriado de como e por que os eventos analisados ocorreram da forma que ocorreram. Alguns aspectos dos cenários político-econômicos boliviano, paraguaio e argentino serão abordados, com o propósito de explicitar como foram agravados pela Crise de 1929 e de reforçar sua relevância para a ocorrência da guerra. O restante do capítulo será dedicado ao cenário brasileiro, e à discussão do significado do golpe de Estado desferido em outubro de 1930 nas decisões político-econômicas que serão analisadas de perto nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, *Entre armas e palavras: a Guerra do Chaco no campo de batalha e na Conferência de Paz*, será analisado o percurso do conflito paraguaio-boliviano, desde os eventos que desencadearam a continuidade da política por meio das armas – nas palavras de Clausewitz – até o seu encerramento oficial na Conferência de Paz de Buenos Aires. O destaque da análise estará na forma como os desenlaces do conflito deram continuidade ou trouxeram reviravoltas à situação geral de vantagens e desvantagens entre os países beligerantes, e que traduziram-se em posturas do governo argentino e do brasileiro perante a guerra.

As posturas brasileiras são o foco deste trabalho, e serão expostas e discutidas no terceiro capítulo, *Envolvimento indireto, consequências diretas: o Governo Vargas na Guerra do Chaco*. Nele, o percurso do conflito será colocado lado a lado a alguns dos principais marcos dos primeiros oito anos de Getúlio Vargas na presidência: a Guerra Civil Paulista¹³, a Assembleia Constituinte, a Lei de Segurança Nacional, a equiparação do Estado de Sítio ao Estado de Guerra e o Golpe de 1937. Ao longo do capítulo se compreenderá os múltiplos jeitos que o Governo Vargas buscou evitar que o Brasil entrasse na guerra e, ao mesmo tempo, usá-la a seu favor, tanto para se sobrepujar aos adversários políticos quanto para emplacar projetos econômicos.

O quarto capítulo, intitulado *Nação quase em armas: o envolvimento militar-geopolítico do Brasil na Guerra do Chaco*, tratará do enfrentamento pela hegemonia

¹³ Foi escolhida a nomenclatura “Guerra Civil Paulista” devido ao entendimento de que “Revolução Constitucionalista” é uma nomenclatura que faz apologia à narrativa paulista, de que a principal causa do conflito foi a demanda por democracia e uma nova constituição federal. Uma vez que a presente dissertação segue a linha historiográfica que aponta a reação pela perda de autonomia regional e a restauração da Constituição de 1891 como causas, “Guerra Civil Paulista” se mostra um termo mais adequado.

sul-americana travado entre o Brasil e a Argentina, no qual a Guerra do Chaco esteve no centro. O capítulo se debruça nas observações feitas pelo Estado-Maior do Exército e pelo Itamaraty a respeito do conflito, e como elas refletiram em medidas do Governo Federal de modo a, principalmente, salvaguardar as regiões fronteiriças e evitar uma eventual guerra contra a Argentina. Se verá também a relevância da Guerra do Chaco na projeção geopolítica do Brasil na América do Sul – como ela foi levada em consideração no planejamento ferroviário continental e como ela influenciou a condução do programa Marcha Para o Oeste –, e na organização militar interna, com ênfase no uso tático dos “tenentes” e sua incorporação à burocracia estatal.

Guerra à guerra: a inserção dos comunistas brasileiros nas campanhas internacionais contra a Guerra do Chaco, quinto e último capítulo, abordará as formas como a luta socialista no Brasil foi impactada pela mobilização da esquerda revolucionária na América do Sul contra a guerra. O foco do capítulo serão os efeitos da Guerra do Chaco na adesão de Luís Carlos Prestes ao campo socialista, desde seu prestígio internacional após o fim da Coluna Miguel Costa-Prestes, a disputa em torno de seu recrutamento nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro ou nas da Liga Comunista Internacionalista e, finalmente, o encaminhamento para a Insurreição de 1935, bem como os efeitos de sua derrota. Será também abordada a efêmera tentativa de unificar as ações anarquistas, trotskistas e comunistas ligadas à Terceira Internacional, representada no Congresso Anti-Guerreiro de 1933, em Montevideú.

Por fim, haverá uma breve conclusão geral e, como anexo, alguns documentos relevantes para a pesquisa na íntegra, bem como uma tabela comparativa dos acontecimentos relativos à Guerra do Chaco e ao Brasil, resumindo cronologicamente o levantamento exposto de maneira temática no trabalho.

CAPÍTULO 1: CAPITALISMO EM CRISE: A GUERRA DO CHACO E O GOLPE DE 1930 COMO EXPRESSÕES DO MESMO FENÔMENO

De acordo com Herbert S. Klein (2002), embora as disputas políticas internas a ocorrer na Bolívia, no Paraguai e entre os dois não possam ser de modo algum desconsideradas, a causa direta para a eclosão da Guerra do Chaco foi a crise do liberalismo econômico em escala global, elemento crucial do período entreguerras (1918-1939) e refletida principalmente na Crise de 1929, bem como na consolidação do modelo socialista soviético e na ascensão do fascismo na Europa e no Extremo Oriente (Cf. HOBBSAWN, 2019).

Para tal tese ser aqui embasada, se faz necessário olhar de perto para duas coisas: os eventos ocorridos pouco antes da Quebra da Bolsa de Nova York, relacionados principalmente a interesses econômicos nacionais em disputa; e algumas “previsões” sobre a impossibilidade ou inevitabilidade do início de um conflito internacional. É nisso que se debruçará a primeira seção deste capítulo. Posteriormente, serão discutidas as maneiras como a Crise de 1929 abalou as estruturas socioeconômicas nos contextos boliviano, paraguaio, argentino e no brasileiro, este a receber aqui mais destaque.

O agravamento da questão chaquenha

Antes da Bolsa de Nova York despencar em 1929, dois incidentes no Chaco Boreal envolvendo as forças militares do Paraguai e da Bolívia escancararam as tensões quanto à disputa silenciosa pelo controle sobre a região.

No primeiro, em 25 de fevereiro de 1927, uma patrulha liderada pelo tenente Adolfo Rojas Silva teria adentrado acidentalmente os domínios do forte Sorpresa. O tenente, em uma tentativa de fuga, foi abatido a tiros¹⁴. O incidente jogou à luz os preparativos bélicos do governo boliviano, e acirrou os nervos entre a opinião pública paraguaia em favor de um conflito armado. No segundo, após sequestrar uma comitiva boliviana e dela conseguir informações sobre a mobilização militar vinda do altiplano, forças paraguaias tomaram o forte Vanguardia, entre os dias 3 e 8 de dezembro de 1928. O ataque, que não foi realizado por ordens do Estado-Maior do Exército ou da presidência, tirou a vida de cinco oficiais bolivianos e levou o governo da Bolívia a romper relações diplomáticas com o Paraguai, até

¹⁴ Quem ordenou a execução foi o sargento Tarija, Nivaclé raptado anos antes pelo exército boliviano e assimilado a este que, à época do incidente, conclamava seus conterrâneos contra os atuais aliados. O evento, dessa maneira, se tornou marcante na memória Nivaclé como o desencadear de sua vingança contra a Bolívia, como consideram a Guerra do Chaco (Cf. BARBOSA, RICHARD, in. CAPDEVILA, op. cit.).

que a Comissão Pan-americana de Conciliação¹⁵, reunida em Washington em 1929, os forçou a uma trégua (Cf. ZOOK, 1962: 52, 59-60).

De acordo com Zook:

Esses tiros tiveram, certamente, uma ressonância universal. O que até então era uma disputa hispanoamericana aparentemente insignificante, pouco conhecida e menos ainda compreendida, ocupou com manchetes em letras garrafais a imprensa de todo o mundo (ZOOK, op. cit.: 61. Tradução nossa).

Não foi por acaso que o primeiro incidente bélico entre a Bolívia e o Paraguai ocorreu em 1927. Este foi o ano em que a Bolívia iniciou, através do major Angél Ayoroa, o que o Paraguai já vinha fazendo desde 1924 através do também major Juan Belaieff¹⁶: expedições de reconhecimento, contato com as populações locais e fixação de fortes militares. Elas partiram em abril, em direção ao território dos Tapieté, a quem Ayoroa via como os futuros defensores do Chaco boliviano tanto quanto Belaieff via os Chamacoco como os do Chaco paraguaio (COMBÈS, in. CAPDEVILA, op. cit.: 47). Pelo lado Paraguaio, este também foi o ano da instalação da primeira colônia menonita a enfrentar a tarefa de colonizar o Chaco em suas condições naturais.

No mesmo ano, o governo argentino de Hypólito Yrigoyen feriu diretamente os interesses econômicos da companhia petrolífera estadunidense Standard Oil, que agia por intermédio da Bolívia. Conforme Silveira:

A Argentina recusa a permissão [para a construção de um oleoduto até o porto no rio Paraná] e eleva sensivelmente a taxa de exportação para o petróleo boliviano, o que a torna proibitiva.

Dessa forma, a saída pelo rio Paraguai tornava-se ainda mais urgente para a Bolívia e para a Standard Oil. Por outro lado, impedir este intento boliviano era questão igualmente vital para a Argentina e para o Paraguai. Notadamente, a partir de 1927, a Bolívia obterá, com facilidade, empréstimos internacionais para a compra dos mais modernos materiais bélicos disponíveis. O Senado norte-americano, com frequência, denunciava a participação da Standard para a obtenção desses empréstimos (SILVEIRA, 1997: 51-52).

O objetivo do governo argentino foi defender a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales – YPF – da Standard Oil e outras companhias petrolíferas estrangeiras que disputavam o petróleo na Argentina, especialmente a britânica Royal Dutch Shell. No resto da América do Sul, a Standard Oil era mais proeminente. Em face de problemas internos nos EUA, da explosão do nacionalismo no México e da difícil competição com os interesses

¹⁵ A respeito dessa comissão: *O Brasil, baseado em princípios de sua política continental, recusou sua participação na comissão de países neutros americanos, nessa ocasião designada. Tudo indicava que esses esforços, apesar do reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, seriam inúteis. Preferimos, assim, guardar a mesma atitude reservada e atenta.* (BARROS, 1938: 33).

¹⁶ *Ambos extranjeros en tierra chaqueña, pero manifiestan un común apego y una misma fascinación por el Chaco (...) y sobretudo una misma curiosidad abierta, una similar urgencia por conocer y entender a sus moradores indígenas.* (COMBÈS, in. CAPDEVILA, 2010, p.38).

britânicos no Oriente Médio, ela e outras companhias norte-americanas voltaram as atenções para a América do Sul (MONIZ BANDEIRA, 1998: 178)¹⁷.

Na Comissão Pan-americana de Conciliação, foi formado o Comitê dos Neutros, composto por Estados Unidos, México, Colômbia, Cuba e Uruguai, países não limítrofes com a Bolívia e com o Paraguai, mas ainda americanos, com o propósito de mediar os contestadores pelos direitos ao Chaco Boreal, cujos pontos de vista eram antagônicos e hostis. Como o impasse político estava tremendamente alto, tudo o que a Comissão podia fazer era lançar medidas temporárias a fim de ganhar tempo para se realizar uma investigação da região chaquenha, que levantasse dados para uma Conferência Especial que resolveria o impasse e evitaria uma solução militar (BARROS, 1938: 32; ZOOK, 1962: 69; CALVO: 1975: 98).

A instauração do Comitê dos Neutros não diminuiu o sentimento bélico crescente no seio da classe média urbana de Assunção a partir do incidente Rojas Silva, e na de La Paz, onde a imprensa insuflava o ódio ao Paraguai e a guerra contra a nação Guarani em defesa ao Chaco, mesmo que poucos soubessem sequer onde esse lugar ficava (Cf. ZOOK, 1962, 63). Também não arrefeceu a apreensão dos comunistas sul-americanos quanto ao estouro de uma guerra, tampouco seu tom de denúncia e conclamação antibélica:

Uma guerra entre Bolívia e Paraguai não significaria e não significa uma guerra de independência ou de defesa de uma nação agredida contra uma nação agressora, mas uma guerra de dois países capitalistas, instrumentos do imperialismo e cujas consequências seriam e são desastrosas para as massas trabalhadoras. O triunfo de um país sobre o outro não significaria e não significa um reforço econômico ao mesmo, mas destruiria os recursos econômicos mais vitais dos países em luta e favorecia apenas aos interesses dos imperialistas que terão realizado uma guerra de conquista sem maiores esforços econômicos e militares, enquanto que as massas trabalhadoras e indígenas carregarão nas costas todos os gastos da guerra¹⁸.

Contudo, parte significativa da imprensa liberal na Argentina e no Brasil se convenceu de que uma guerra pela posse do Chaco Boreal não estava próxima. Por exemplo: entre julho e agosto de 1929, o Estado de S. Paulo – OESP – publicou a reportagem em cinco capítulos *O que é o Chaco Boreal: a impraticabilidade de uma guerra entre a Bolívia e o Paraguay devido ao fator geográfico* com o estudioso argentino Wenceslao Jaime Molins.

Os fins da postura desdenhosa e negacionista do OESP em relação às tensões bélicas no Chaco não podem ser apontados pela análise de uma única matéria – e isso não é o interesse desta pesquisa –, mas os meios utilizados expressam os principais pontos em comum

¹⁷ Vale ressaltar que a Argentina era governada, desde 1916, pela União Cívica Radical – UCR –, cujo modelo sócio-político era o ideal positivista de Estado-Providência, presente também entre os colorados uruguaios e na doutrina do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR –, em uma espécie de “ideologia gaúcho-platense” (BOSI, 1992: 281).

¹⁸ El trabajador latinoamericano, ano 2, n. 12, 13, 14, fevereiro-março de 1929. Apud. HERNÁNDEZ, In. GUEVARA, HERNÁNDEZ, 2004: 144.

da intelectualidade burguesa liberal platina com a paulista, na disputa político-ideológica em voga durante toda a década de 1920 entre liberalismo e antiliberalismo (Cf. CAPELATO, 1988).

Entre os pontos estão o determinismo geográfico:

*Com essas características meteorológicas do Chaco Boreal – inundações e secas – apresentadas com sintomas tão extremados, temos o primeiro fator adverso a uma guerra cujas principais operações teriam que realizar-se em pleno coração do território, no perímetro atingido pela linhas de fortins. Não é necessário possuir noções militares para chegar a essa conclusão, tomando por base o estado atual das coisas e o sentido da defesa, que deve atribuir-se, por igual, aos dois povos. Já se falou da distância dos núcleos povoados; de dificuldades para a mobilização dos exércitos; dos inconvenientes das travessias, de maneira que não somos nós os chamados a reincidir na prédica e basta um simples correr d'olhos pelo mapa, para definir, a compasso, tais detalhes. Do que haveremos de falar é da selva porque a conhecemos, porque a atravessamos; porque temos a noção de sua enormidade infinita. A mata sim que é o obstáculo, a jogar com armas o destino de dois povos. A mata, bela e trágica, generosa e avassalante.*¹⁹

O racismo científico:

*A selva chaquenha, em cujo seio se debatem as mais violentas paixões humanas, está desagregada pelo ódio dos povos. Nenhuma vida é mais agitada nem mais bravia que a da mata. (...) Os índios são dóceis, aparentemente bondosos, mas é muito difícil penetrar em suas almas... Quando nos querem? Quando nos enganam? Nós mesmos não sabemos se nossa semente cai em terreno fecundo.*²⁰

O regionalismo:

*Muito capital estrangeiro fracassou na primeira tentativa na ribeira do Chaco. Fracassou pelo excessivo otimismo com que se entregaram empresas a administradores indolentes e desconhecedores do país*²¹.
*(...) O Chaco Boreal – país do impossível – enquanto não o vençam a civilização e o trabalho – está na atualidade sob desconhecimento e incultura selvática, nas mesmas condições em que para os Estados Unidos de 70 anos, estava o Grande Deserto Americano.*²²

E a exaltação ao anglo-saxão:

Respeito às suas condições de vida, à sua contextura moral, cremos que nenhum povo imigrante possa ser superior ao menonita. Seus costumes são austeros. Honestos, puros, dotados de grande sentimento de união familiar. (...) Como tipos físicos, de pura raça saxônica, são vermelhos, de olhos azuis, altos e fortes. As mulheres, pletóricas, maciças e um tanto

¹⁹ O que é o Chaco Boreal: a impraticabilidade de uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai devido ao fator geográfico. 26/07/1929. OESP. Grafia atualizada.

²⁰ O que é o Chaco Boreal: a impraticabilidade de uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai devido ao fator geográfico. 31/07/1929. OESP. Grafia atualizada.

²¹ O que é o Chaco Boreal: a impraticabilidade de uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai devido ao fator geográfico. 27/07/1929. OESP. Grafia atualizada.

²² O que é o Chaco Boreal: a impraticabilidade de uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai devido ao fator geográfico. 04/08/1929. OESP. Grafia atualizada.

*desmazeladas, por efeito da vida rural na qual trabalham com os homens. As crianças são uns mimos*²³.

A análise de Jaime Molins parte do pressuposto de que os povos paraguaio e boliviano jamais entrariam em uma guerra por se tratarem de dois povos irmãos, distanciados por inimizade circunstancial, e que suas características “intrínsecas ao meio” não seriam capazes de romper as barreiras naturais do Chaco²⁴. Ela também não contemplou toda a extensão do Chaco, mas as terras pertencentes à Casado Sastres S.A., em visita oficial que realizou em 1915 e cujas impressões foram compiladas em 1916 no livro *Paraguay, Crônicas americanas* (Cf. CABALLERO, 2012: 176-181). Uma impressão com quatorze anos de atraso, que não considerou, além dos processos de ocupação movidos por Paraguai e Bolívia, a redução da atividade econômica da Inglaterra ao longo da segunda metade da década de 1920, atingindo fortemente as importações da Argentina (CANO, in. BASTOS; FONSECA, 2011: 130).

Tanto o texto do *El trabajador latinoamericano* quanto a reportagem do OESP foram publicadas meses antes do colapso da Bolsa de Valores de Nova York, ocorrido em outubro. A crise desencadeada por este evento viria a agravar todas as tensões abordadas até aqui, pois quando se dá o estouro da bolha financeira de Wall Street:

A economia latino-americana (...) era um apêndice produtor de bens primários (fundamentalmente agropecuários) para a economia dos países capitalistas desenvolvidos. Seu lento crescimento deve-se à extensão qualitativa na exploração dos recursos naturais. As pedras angulares dessa estrutura econômica eram os importantes resíduos de sistemas pré-capitalistas (semifeudais), em primeiro lugar a propriedade latifundiária da terra; a exploração da economia desses países monoprodutores pelo capital estrangeiro; e de certo desenvolvimento do capitalismo deformado pelos dois fatores anteriores. A esses fatores se acrescenta a concentração de todo o poder efetivo nas mãos dos proprietários dessas matérias-primas, a oligarquia latifundiária mercantil, os monopólios produtores de matérias-primas etc.

(...) Só no início do século XX aparecem na América Latina sinais de crise dessa estrutura arcaica. Mas foram necessárias sacudidas tão violentas quanto a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Socialista de Outubro e a grande crise econômica de 1929-1933 para que a crise dos suportes tradicionais da sociedade latino-americana aparecesse à superfície (HARNECKER, 1985: 63-64).

A crise de 1929 para a Argentina e o Brasil

Com os setores agrícola e minerador completamente atrelados ao capital financeiro, a crise levou os preços de tais setores no mundo capitalista a uma queda vertiginosa, o que fez países de economias de exportação primária serem duramente atingidos (Cf. COGGIOLA,

²³ O que é o Chaco Boreal: a impraticabilidade de uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai devido ao fator geográfico. 03/08/1929. OESP. Grafia atualizada.

²⁴ O que é o Chaco Boreal: a impraticabilidade de uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai devido ao fator geográfico. 04/08/1929. OESP. Grafia atualizada.

2009). Ou seja: toda a América Latina. Nesta perspectiva, a disputa política colocada em países com economias mais sólidas, como Brasil e Argentina, se deu na escolha entre a manutenção do modelo de acumulação “desenvolvimento para fora” ou na implementação de um de “substituição de importações” (HARNECKER, 1985: 64).

Na Argentina, onde o equilíbrio dos antagonismos entre a hegemônica oligarquia exportadora e a política de Hipólito Yrigoyen, nacionalista, modernizadora e contestadora dos padrões do liberalismo livre-cambista, foi afetado, prevaleceram os defensores da primeira opção (Cf. FAUSTO, DEVOTO, 2004; SILVEIRA, 1997: 79-80).

De acordo com Fonseca:

A derrubada do presidente Yrigoyen por um golpe militar e ascensão do general Uriburu ao poder em setembro de 1930 representou a vitória da extrema-direita argentina. Iniciava-se o que a oposição denominou “década infame” ou “Concordancia”, ou, ainda, “Restauração Conservadora”. O presidente derrubado estava realizando um programa que precocemente lembra os futuros governos desenvolvimentistas da América Latina: fez investimentos públicos em infra-estrutura, como portos, energia elétrica e estradas, e em educação básica e superior; ensaiou uma política externa menos atrelada à Grã-Bretanha; defendeu o nacionalismo na questão do petróleo, impedindo a exploração por empresas estrangeiras, e na crise de 1929 fez intervenção no mercado cambial para impedir a fuga de ouro do país. A oposição contra ele foi implacável desde o primeiro dia até o desfecho do golpe: apregoava-se que sua derrubada era para impedir a implantação do bolchevismo na Argentina (FONSECA, 2013: 308).

A “implantação do bolchevismo na Argentina” se mostrou evidente para a oposição quando o governo firmou contrato com a empresa soviética Luyamtorg, para compra de gasolina por preço abaixo da cotação no mercado mundial. Há indícios de que a derrubada de Yrigoyen tenha sido apoiada tanto pela Standard Oil quanto pela Royal Dutch Shell, entre eles o suborno a militares e a prestação de consultoria jurídica a essas e outras companhias estrangeiras por muitos dos ministros do governo Uriburu (MONIZ BANDEIRA, 1998: 179).

Institucionalmente, houve a manutenção formal do sistema representativo e da Constituição de 1853, ao mesmo tempo em que o yrigoyenismo foi afastado de forma violenta do processo político. Internacionalmente, as relações com a Inglaterra foram fortalecidas de modo significativo, abandonando em larga medida as restrições protecionistas implementadas nesta relação. Sobre a economia, a elite argentina, mesmo sob o impacto da crise que mostrava a fragilidade no longo prazo de um modelo de crescimento assentado na agroexportação, não buscava alternativas; ao contrário, propunha aprofundar o próprio modelo (SILVEIRA, 1997: 81-83; FONSECA, in. BARROSO; SOUZA, 2013: 310).

Já no Brasil, a disputa política pendeu para o sentido oposto ao da Argentina. Em agosto de 1929, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba lançaram a Aliança

Liberal em agosto deste ano. A chapa, cujo único elo era o combate à predominância paulista, reuniu as três ideologias enraizadas nas classes políticas desde o século XIX: o conservadorismo, o liberalismo e o republicanismo. Este último configurava-se como vertente do positivismo social, assim como o radicalismo jacobino dos “tenentistas”, (Cf. BOSI, 1992: 304). É importante ressaltar que a Aliança Liberal não trazia em seu programa qualquer ataque ao setor agrário em prol do industrial. Tanto o seu programa quanto o da chapa paulista estabeleciam a indústria como derivada da agro-exportação (Cf. FAUSTO, 1970: 62-65).

O resultado das eleições a favor dos paulistas levou à estruturação de um movimento cívico-militar golpista, que tomou o poder em outubro de 1930 e colocou fim à hegemonia *laissez-faire*, cuja grande beneficiária era a burguesia paulista cafeeira (FAUSTO, 1970: 112). De acordo com Mário Pedrosa, era objetivo político-econômico central da Primeira República, com sua Federação descentralizada, dar mãos livres aos negócios financeiros externos dos banqueiros e fazendeiros de café de São Paulo. Nessa época, qualquer Estado ou município da Federação, por insignificante que fosse, podia fazer empréstimos diretamente no exterior. Quando se dá o Golpe de 1930, apoiado pelas oligarquias estaduais e municipais prejudicadas em tal esquema, este é revogado (PEDROSA, 1966: 42).

A derrubada da chamada “República do Café com Leite” foi descrita por Nelson Werneck Sodré em *Formação Histórica do Brasil* como um movimento encabeçado pelas classes dominantes que abriu brechas para a composição de setores da classe média (SODRÉ, 1963: 328. Apud.: FAUSTO, op. cit.: 34)²⁵. As classes dominantes eram as burguesias agrárias que desejavam maior espaço no cenário político e cuja influência era cada vez mais minada pela predominância paulista. Já os setores da classe média estavam representados pelos “tenentistas”, que viriam a aderir definitivamente à Getúlio Vargas em resposta ao conteúdo radical do Manifesto de Maio, de Luís Carlos Prestes, que apregoava por uma “*revolução agrária e antiimperialista realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população*”²⁶.

O comando militar do golpe foi do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro – legalista até suas vésperas –, que liderou os jovens oficiais do Exército, e o político foi de Osvaldo Aranha, que além de articular, junto ao mineiro Virgílio de Melo Franco, os grupos

²⁵ A análise tenta contemplar as perspectivas que Boris Fausto chama de “teorias dualistas” sobre a natureza do Golpe de 1930, onde alguns autores como Wanderley Guilherme o caracterizaram como um golpe da burguesia e outros como Guilherme Ramos e Hélio Jaguaribe como uma revolução das classes médias (Cf. FAUSTO, 1970).

²⁶ Manifesto de Maio. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm>. Acesso em 22/09/2023.

oligárquicos insatisfeitos com o pacto federativo vigente durante a Primeira República, era o principal elo entre estes e os “tenentes” (PRESTES, 2014: 29; VISCARDI, 2012: 313, 316).

Parte por observação concreta da situação nacional, parte por sua orientação positivista:

O grupo liderado por Vargas perceberia rapidamente que a doutrina liberal não poderia constituir instrumento válido para garantir a superação da grave crise econômica que o país atravessava, numa conjuntura internacional caracterizada pela Grande Depressão. É o momento – imediatamente após a vitória dos “revolucionários de 30” –, em que as soluções de tipo autoritário e corporativo então em voga começam a impor-se como saída viável para os sérios problemas enfrentados pelo país (PRESTES, 2014: 30).

No transitar de Vargas entre os diferentes grupos de poder durante o Governo Provisório²⁷, foi fundado em fevereiro de 1931, por Góes Monteiro e Osvaldo Aranha, o Clube 3 de Outubro, organização política que teve entre seus membros os “tenentes” que se tornaram funcionários do governo. Seu intuito era de apoiar o Governo Provisório em medidas ditatoriais que deveriam levar “o menor tempo possível, mas tanto quanto seja necessário a preparar o surto de um regime capaz de ser útil ao país”²⁸. Também em fevereiro de 1931, Vargas dá os primeiros passos em direção à criação de uma assembleia constituinte (BORGES, 1979: 164).

Meses antes, em novembro de 1930, é fundada em São Paulo, por setores “tenentistas”, a Legião Revolucionária. Com um programa político em consonância com as doutrinas do positivismo social²⁹ e um manifesto recheado de idiossincrasias ufanistas com inspiração fascista³⁰, a Legião se converteu no Partido Popular Paulista – PPP – assim que o “tenente” João Alberto é afastado da interventoria de São Paulo por pressão das oligarquias paulistas (BORGES, 1979: 133; MORAES, 2018: 34).

Entre as principais medidas tomadas logo no início do novo governo, estão a reforma do sistema eleitoral, o corte de gastos suntuários, a reformulação do sistema tributário nacional e o abandono do protecionismo de indústrias “artificiais”. Especialmente as duas últimas estão bem de acordo com a práxis republicana no Rio Grande do Sul de interferir no processo de acumulação da burguesia, ora mediante instrumentos fiscais, tributando ou

²⁷ “Transitar” este que, segundo o antigo “tenente” Osvaldo Cordeiro de Farias, consistia em lançar amigos contra amigos para assim criar espaço para ele próprio [Vargas] (CAMARGO, 1981: 217. Apud. PRESTES, 2014: 81).

²⁸ Conforme carta de Osvaldo Aranha a Borges de Medeiros em dezembro de 1930 (PRESTES, 2014: 31).

²⁹ Legião Revolucionária de São Paulo, *Programa Partidário*, p. 1-16 (Apud. CARONE, 1973: 252-258).

³⁰ Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo. Disponível em: <https://integralismo.org.br/documentos/manifesto-da-legiao-revolucionaria-de-sao-paulo/>. Acesso em 22/09/2023.

isentando, ora mais diretamente, pela encampação de redes de transportes segundo o lema da socialização dos serviços públicos (BOSI, 1992: 294; MORAES, 2018: 111-112).

Destaca-se também a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chefiado por Lindolfo Collor, nome de destaque na política estadual rio-grandense e redator do programa da Aliança Liberal. Este decretou a Lei de Nacionalização da Mão de Obra, obrigando as empresas a contratarem trabalhadores nacionais. No caso da Matte Larangeira, onde os paraguaios eram quase a totalidade dos seus empregados, a companhia ervateira sofreu, com a promulgação da lei, um revés em sua luta pela terra contra os posseiros gaúchos e outros grupos que buscavam se estabelecer em Mato Grosso (GUILLEN, 1991: 63; ARRUDA, 1997: 19; PEREIRA, 2022: 150).

Esta e outras regulamentações trabalhistas vieram da mobilização do Estado brasileiro, provocada pela expansão do mercado de trabalho e pela “questão social”, no sentido de preparar institucionalmente a economia para que pudesse se defrontar com as reivindicações da classe operária. A chamada “Revolução de 1930”, desta forma, não representou uma ruptura radical com as antigas relações sociais e com os velhos métodos e hábitos da vida política e social brasileira. Entretanto, ela propiciou o fortalecimento das burguesias de base urbano-industrial. Não houve a substituição de uma classe dominante agrária por uma industrial, embora tenha sido aberto espaço para tanto, pois os interventores quase nada interferiram nos fundamentos econômicos do poder político nos Estados, porém enfraqueceram as antigas situações (BORGES, 1979: 133; VINHAS, 1982: 66; CANO, in. BASTOS; FONSECA, 2011: 138; FONSECA, 2013: 311).

Além disso, de acordo com Caio Prado Jr.:

O ajustamento do Brasil à nova ordem imperialista se processou sem modificação substancial do caráter fundamental da economia do país, isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comércio exterior. Esta nova ordem contribuiu mesmo, de certa forma, para reforçá-lo e o consolidar (PRADO JR., 1969: 281).

Em suma, o caminho econômico seguido pelo governo pós-Golpe de 1930 foi o da intensificação da penetração capitalista no campo, através da comercialização da produção, da exportação, da diversificação dos produtos e do abastecimento do mercado interno, além do incremento da industrialização, embora sem romper completamente com as diretrizes da Primeira República nesse campo (VINHAS, 1982: 67; SILVEIRA, in. AXT, 2005: 139).

A crise de 1929 para a Bolívia e o Paraguai

À época da Crise de 1929, tanto a Bolívia quanto o Paraguai – os únicos países na América do Sul sem saída para o mar – possuíam autonomia econômica bastante limitada, e um grau de dependência mais elevado, em comparação ao Brasil e à Argentina. Conforme Hernández:

No caso da Bolívia, se apresentará a particularidade de uma inclinação muito precoce – em relação a outros países sul-americanos – à órbita do capital norte-americano (...). Os barões do estanho não constituíam propriamente uma classe dominante, uma vez que, em última instância, eram três famílias – Patiño, Aramayo e Hirsch – que controlavam a produção de estanho e quase toda a mineração boliviana. Em 1924, Simón Patiño fundou a “Patiño Mines 7 Co.”, uma companhia formada pelo poderoso milionário associado com acionistas yankees, que controlava as minas de Uncía e Llallagua, das quais saía 50% da produção boliviana de estanho. Nessa época, Simón Patiño chegou a ter receitas anuais superiores a de todo o Estado boliviano.

(...) A situação do Paraguai durante as primeiras décadas do século XX não era mais esperançosa do que a da Bolívia. O país apenas sobreviveu como nação independente, perdendo grandes extensões de território. Entretanto, conseguiu manter boa parte do Chaco Boreal graças a uma mediação internacional favorável. A economia paraguaia se tornou firmemente controlada pela Inglaterra de forma direta e através da influência exercida pela Argentina. O capital inglês era titular da maioria das linhas férreas e do transporte fluvial, e eram ingleses os frigoríficos e as obras mais importantes. Muitos capitalistas e terra-tenentes argentinos transferiram-se para o Paraguai, onde obtiveram grandes extensões de terras públicas, destacando-se entre eles Carlos Casado, que se converteu no proprietário de aproximadamente 1.800 léguas (originalmente era quase o dobro, mas foram divididas e colocadas no nome de empresas associadas) e construindo Puerto Casado, que será a sede do comando militar paraguaio durante a guerra do Chaco (HERNANDÉZ, in. GUEVARA, HERNANDÉZ, 2004: 134-135. Tradução nossa).

Para Herbert S. Klein, a estrutura político-econômica boliviana do final do século XIX até meados do XX era um caso de plena hegemonia liberal, que garantiu a pacificação parlamentar através de governos civis, o controle social da maioria indígena camponesa via apropriação e concentração das terras comunais, e a monopolização da mineração e distribuição do estanho (Cf. KLEIN, In. BETHELL, 2013). Tal hegemonia foi comprometida com a maior crise do liberalismo econômico até então. De acordo com Klein e Andrade:

Graças à natureza extraordinariamente aberta de sua economia, a Bolívia foi uma das primeiras nações do mundo a sentir os efeitos totais da grande depressão que se seguiu à quebra da Wall Street em 1929 (Ibid.: 318).

Após a Crise de 1929, o estanho teve uma queda de preço acentuada, que já havia se iniciado em 1927. Em 1927, o preço da tonelada de minério foi de US\$917, e seguiu caindo até US\$385 em 1932 (ANDRADE, 2007: 29).

Já a estrutura político-econômica do Paraguai, embora sob constantes e sangrentas disputas entre o Partido Liberal e o Partido Colorado, era defendida por ambos. Após a Guerra contra o Paraguai, o que mais diferenciava os principais partidos políticos era a quais

interesses geopolíticos cada um estava alinhado, sendo o Partido Liberal aos da Argentina e o Partido Colorado aos do Brasil (Cf. LEWIS, In. BETHELL, 2013). Graças à continuidade do Liberal na presidência por duas décadas, estava intrinsecamente atrelada à da Argentina, que foi atingida com força pela crise. A Carlos Casado S.A., principal companhia latifundiária no Chaco Boreal³¹, passou a ter queda constante na produção de tanino e quebracho, seus principais produtos à época na região (CABALLERO, 2012:: 351). Além disso:

Depois de Vanguardia, o Paraguai viveu “um clima de guerra”. Começou uma fuga de ouro para a Argentina e o comércio decaiu porque os homens de negócios, ignorantes dos preparos, estavam seguros de que a Bolívia esmagaria o seu país (ZOOK, 1962: 90. Tradução nossa).

O Chaco Boreal, região que o governo paraguaio por décadas mobilizou esforços no sentido de integrá-lo não somente na formalidade territorial como na sociedade – via colônias menonitas – e na economia – via capital privado argentino ou inglês, em particular da Casado S.A. (CHIAVENATO, 1980: 90), de uma hora para outra perdia seu valor de mercado. O Partido Liberal não ficaria de braços cruzados perante tal situação. Além disso, ondas massivas de emigração deixavam o país por conta do desemprego e aumento de custo de vida que a crise impôs à classe trabalhadora (MOREIRA, 2011). Tanto para os Liberais quanto para os Colorados, o ufanismo em torno da causa nacional de defesa do Chaco aparecia como um modo de frear a evasão de pessoas.

Neste cenário, velhos imbróglis territoriais foram revigorados, e a diplomacia não pôde – e não quis mais – resolvê-los.

Em meio à crise, o governo boliviano, presidido então por Hernando Siles tomou medidas que incomodaram tanto a elite econômica, como a suspensão temporária da dívida externa e o controle de divisas, quanto às camadas populares, como redução de salários e demissões. Isso, somado à aceitação imediata da mediação estrangeira sobre a questão do Chaco, levou o exército, apoiado por Daniel Salamanca e outros representantes da classe política tradicional, a dar um golpe de Estado que derrubou Siles (HERNÁNDEZ, in. GUEVARA, HERNÁNDEZ, op. cit.: 135). Fora a maior inclinação bélica do conservador Salamanca em comparação ao liberal Siles, nada se alterou no que tange às políticas econômicas e à repressão social.

Em março de 1931, Daniel Salamanca chegou à presidência da Bolívia com minoria no congresso e em meio à pesada crise econômica, greves e movimentos estudantis em

³¹ Fundada em 1886 ao comprar aproximadamente 2.900 léguas quadradas de terras na região a preços mínimos, consequência direta dos efeitos da Guerra contra o Paraguai (Cf. CABALLERO, 2012: 12-13, 15). A Casado S.A. também construiu dois dos quatro portos paraguaios quando estes avançaram pela zona ribeirinha do rio Paraguai (MONIZ-BANDEIRA, 1998: 171).

efervescência, além da insuflação e radicalização das massas por uma incipiente esquerda composta de todos os matizes, tanto na capital La Paz como nos povoados e nas duas grandes cidades mineiras, Oruro e Potosí, onde os indígenas eram mais explorados. Como forma de resolver todos estes problemas, Salamanca concentrou suas energias nas questões fronteiriças do Chaco como forma de criar uma saída externa para desarmar conflitos internos e reconquistar a autoridade política (CHIAVENATO, 1980: 49; ANDRADE, 2007: 34).

Tais energias foram expressas no ousado, porém cauteloso, Plano de Penetração do Chaco. Em suas cartas para o magnata do estanho Simón Patiño, pedindo-lhe um empréstimo de 25.000 libras esterlinas e agradecendo ao mesmo, Salamanca menciona a incapacidade militar e a escassez financeira para se almejar uma guerra aberta contra o Paraguai e reforça mais de uma vez que o propósito do plano de penetração não é disputar territórios já ocupados, mas ocupar as áreas “desertas”³² (CALVO, 1975: 130-132).

Basicamente, o plano consistia na construção rápida de fortes militares próximos aos paraguaios limítrofes para salvaguardar tais áreas, fortalecer a posição jurídica da Bolívia até que a situação fosse resolvida e, eventualmente, garantir que fossem ocupadas por empreendimentos civis. Assim, em frente aos fortes paraguaios Toledo e Corrales foram erguidos Fernández, Loa, Bolívar e Camacho (Ibid.: 135). Além disso, também se buscava o antigo reduto jesuíta de Zamucos, para melhor embasar o direito boliviano sobre o Chaco com base no *uti possidetis juris* (Cf. CAPDEVILA, COMBÈS, 2010).

Como resultado, a linha de fortes bolivianos, antes esparsa, passou rapidamente a cobrir mais de 400 quilômetros, remontando de modo regular desde os pântanos Patiño, sobre o rio Pilcomayo até o centro do Chaco. Para os povos indígenas locais, particularmente aqueles que vieram a ser conhecidos como Ayoreos, a presença de fortes militares piorou as desavenças internas, além de intensificar a dispersão, a migração e a formação de confederações guerreiras (COMBÈS, BARBOSA, RICHARD, in. CAPDEVILA.: 60, 66, 157). Entre as consequências internas da empreitada estão a união entre os setores políticos da burguesia com o governo em seus propósitos belicistas e o desencadeamento de uma feroz repressão ao movimento operário e estudantil (ANDRADE, 2007: 34).

1931 também foi um ano decisivo para o recrudescimento do Paraguai em direção ao embate com a Bolívia. Em fevereiro, o país passou tanto por uma tentativa de golpe de Estado e quanto por uma de revolução. O golpe, conduzido pelo então major Rafael Franco, líder do

³² Nota-se desde as vésperas do conflito o não-reconhecimento da ocupação nativa no Chaco, por mais que o exército boliviano tivesse recebido, desde o início da década anterior, múltiplos ataques Nivacle em represália ao cercamento de terras antes não cercadas (FRITZ, in. RICHARD, 2008: 152).

ataque à Vanguardia, foi rapidamente debelado, mas conseguiu semear nos centros urbanos do Paraguai um clima de grande violência e desconfiança (VERÓN, 2013: páginas não especificadas). Já a insurreição, organizada por anarco-sindicalistas e socialistas e com objetivo de instalar uma comuna popular, tomou o porto de Encarnación em 20 de fevereiro durante 16 horas, até que forças paraguaias e brasileiras, graças à uma delação interna, encerraram a insurreição e prenderam os revoltosos (QUESADA, 1985: páginas não especificadas).

Meses depois, em Assunção, entre os dias 22 e 23 de outubro, uma manifestação de estudantes e operários, insatisfeitos com a inação frente ao avanço boliviano sobre o Chaco Boreal, protestou na frente de jornais locais, do Ministério do Interior e do palácio do governo. Os manifestantes exigiam medidas mais firmes de defesa ao Chaco e a renúncia do presidente José Patrício Guggiari. Em resposta, a guarda do palácio abriu-lhes fogo, matando 11 pessoas e ferindo mais de 30. A repercussão negativa do ocorrido foi enorme, e Guggiari foi obrigado a renunciar e a enfrentar julgamento. Inocentado das acusações de responsabilidade pelo massacre, retornou ao cargo em janeiro de 1932 (MOREIRA, 2011; VERÓN, 2013).

O plano de penetração boliviana no Chaco, ao contrário do que vinha sendo feito pelo governo paraguaio desde as duas últimas décadas, foi uma operação voluntariosa e reativa às circunstâncias imediatas. Centenas de homens foram enviados fortemente armados, porém com mantimentos muito aquém do exigido pelas duríssimas condições climáticas do local. De modo que, quando o Lago Pitiantuta³³, ocupado um ano antes pelos paraguaios, foi encontrado pelo exército boliviano, nem mesmo as ordens expressas de Salamanca³⁴ foram capazes de dissuadir o major Oscar Moscoso a abrir mão do “oásis milagroso”. Assim, o forte paraguaio Carlos Antonio López foi tomado pelas forças bolivianas em 15 de junho de 1932, em um ato de insubordinação da parte de Moscoso (OSORIO, 1973: 57).

Considerações finais

Apesar da indefinição secular a respeito do país ao qual o Chaco Boreal pertencia, tal indefinição não tornou as relações entre os povos boliviano e paraguaio hostis. Durante a Guerra contra o Paraguai, as duas nações construíram fortes relações voltadas para o comércio mútuo (SILVA, 2021: 66, 90), e seus respectivos exércitos, ao longo do século XIX e de

³³ Chamado pelos bolivianos de Lago Chuquisaca. Pitiantuta é o nome dado pelos Chamacoco, os primeiros a chegarem no lago, razão pela qual este nome foi o escolhido para ser usado.

³⁴ Teria repetido diversas vezes ao chefe do Estado Maior, general Juan Antonio Osório, para provocar qualquer conflito, nem sequer um atrito, com as forças paraguaias (CALVO, op. cit. 139).

meados do XX, mantiveram diálogo relativamente amistoso com os grupos indígenas chaqueños (LOUREIRO, 1933: 146). Antes do ataque a Carlos Antonio López, eram comuns os encontros entre tropas paraguaias e bolivianas na linha de fortes do Chaco Central (BARBOSA, RICHARD, in. CAPDEVILA, op. cit.: 169). E em entrevista a Edgard Carone em 1982, Luiz Carlos Prestes conta rapidamente sobre sua travessia pelo Chaco em 1928 em direção à Buenos Aires:

Na viagem atravessamos o Chaco, eu não podia passar pelo Brasil, de maneira que tive que atravessar o Chaco na fronteira boliviana e na fronteira paraguaia.

(...) Os paraguaios foram muito gentis comigo. Fui a um “fortim paraguaio”. Já havia ameaças de guerra entre a Bolívia e o Paraguai³⁵.

As informações levantadas permitem afirmar que as raízes da Guerra do Chaco decorrem de fragilidades estruturais internas e disputa territorial entre as duas nações beligerantes, e que o ímpeto bélico que empurrou dois povos nada interessados em confrontarem-se à carnificina foi mais recente. Veio das contradições exacerbadas pela crise mundial do capitalismo. Situação da qual, naturalmente, não estiveram isentos os dois países mais proeminentes da geopolítica sul-americana: Argentina e Brasil.

O que se verá a seguir são os modos como o governo brasileiro, então presidido por Getúlio Vargas, moldou e foi moldado pelo conflito boliviano-paraguaio, num contexto onde a referida crise mundial não deixava de pesar um instante sequer sobre as decisões tomadas.

³⁵ Revista Novos Rumos, n. 33, p. 8.

CAPÍTULO 2: ENTRE ARMAS E PALAVRAS: A GUERRA DO CHACO NO CAMPO DE BATALHA E NA CONFERÊNCIA DE PAZ

Levando em conta o que foi abordado na introdução da presente dissertação a respeito da historiografia da Guerra do Chaco, na qual uma parte enfatiza os interesses nacionais boliviano e paraguaio e outra parte aponta os interesses dos pólos capitalistas na região como determinantes, juntamente com as argumentações defendidas no capítulo anterior a este, a articulação entre ambos os fatores, proposta por Silveira, se mostra bastante pertinente:

O conteúdo econômico das relações de dependência determina-se politicamente por meio das formulações ideológicas que informam, precisamente, os interesses nacionais envolvidos na relação (SILVEIRA, 1997: 53).

É desta maneira que será abordada a Guerra do Chaco. A primeira seção foca-se na fase bélica do conflito, iniciada em 15 de junho de 1932, com o ataque boliviano sobre o forte no lago Pitiantuta, e encerrada em 12 de junho de 1935, com a assinatura do armistício entre os países beligerantes. O propósito aqui não é se debruçar em cada batalha, somente nas mais decisivas para o resultado da guerra, e embora não seja a ênfase de estudo desta pesquisa, se fará presente o relevante papel dos povos indígenas chaquenhos na vitória militar paraguaia.

Já a segunda seção terá como assunto a fase diplomática do conflito, iniciada no já referido armistício e encerrada em 21 de julho de 1938, com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Limites. Toda essa fase se deu na Conferência de Paz de Buenos Aires, e a análise a seu respeito irá interpretá-la como palco de antagonismo entre os interesses argentinos e os brasileiros-estadunidenses, cada qual buscando atrasar ou acelerar as negociações de paz de acordo com os próprios objetivos. Dois eventos serão brevemente tratados aqui por terem tido impacto direto nas atividades da conferência: os golpes de Estado ocorridos no Paraguai, em fevereiro de 1936, e na Bolívia, em maio do mesmo ano.

A campanha de conquista paraguaia sobre o Chaco

Embora a tomada do forte Carlos Antonio López seja considerada pela historiografia como o início da Guerra do Chaco, ela não ocasionou uma declaração de guerra formal por qualquer uma das partes, mas uma reação em cadeia. Os bolivianos foram expulsos de sua guarnição no Lago Pitiantuta um mês depois, e estes, em resposta, atacaram e se apossaram dos fortes Toledo, Corrales e Boquerón.

O Comitê dos Neutros se empenhou em paralisar os esforços da Bolívia em ocupar militarmente o Chaco Boreal, mas tanto o Paraguai quanto a Bolívia rejeitaram suas pressões. Do lado paraguaio, que se retirou do Comitê em julho por iniciativa da diplomacia argentina,

o então tenente-coronel José Félix Estigarribia acreditava erroneamente na existência de um plano de guerra da Bolívia que previa um ataque militar em larga escala. Do lado boliviano, havia dois planos em curso: o já comentado de penetração do governo de Salamanca e outro de operações próprias do Exército. Ambos conflitantes entre si, nenhum preparado para uma guerra aberta e ambos desprovidos de meios de transporte para serem levados a cabo (Cf. ZOOK, op. cit.: 117, 126; OSORIO, op. cit. 65-73; SILVEIRA, 1997: 105).

Quanto à Argentina, logo que a guerra começou, tratou de fechar as suas fronteiras para assim assinalar sua neutralidade, o que foi um duro golpe para os Nivacle e os missionários às margens do rio Pilcomayo, pois tiveram suas provisões prejudicadas. Apesar do fechamento, mais de 3.000 Avá-Guarani saíram de Chiriguana – suas terras até então independentes – no início do conflito, e se refugiaram em território argentino. Os que ficaram auxiliaram as forças bolivianas como guias, navegadores e abridores de caminhos (FRITZ, BOSSERT, LANGER, in. RICHARD, op. cit.: 171, 204, 240).

As divergências entre Salamanca e o Estado-Maior Geral, a superestimação das forças bolivianas pelo Paraguai e a esperança fraca de que a guerra ainda poderia não ocorrer resultaram no primeiro grande embate da Guerra do Chaco: a Batalha de Boquerón. Estigarribia escolheu retomar este, entre os três outros fortes, devido não somente por ter se tornado o quartel general avançado do exército boliviano como também por ser abundantemente abastecido de água. Sua intenção era o aniquilamento das tropas bolivianas no forte, sendo que o presidente Ayala, ainda confiante em uma solução diplomática, esperava que a vitória moral encerrasse as operações militares lá mesmo, eliminando a necessidade de perseguir o inimigo Chaco adentro (ZOOK, op. cit.: 120, 123, 405).

MAPA 3: SITUAÇÃO ANTERIOR AO INÍCIO DO CONFLITO, JUNHO DE 1932



Fonte: TREJO, 2019

As tropas paraguaias partiram de Puerto Casado em 7 de setembro, e tal como os bolivianos no ano anterior, com bastante despreparo material. Quando a batalha se iniciou, em 9 de setembro, a desvantagem dos paraguaios era evidente na falta de transportes adequados, armamentos e, especialmente, água. Além disso, seu comando não dispunha das informações que esperava, pois a polícia boliviana interceptou, no mesmo mês, dezenas de espiões paraguaios (CALVO, 1975: 656; SIENRA, 1980: 119).

A campanha sobre Boquerón recebeu apoio logístico da Carlos Casado S.A., que até 1931, controlava 260 quilômetros de vias férreas em suas terras no Chaco. Durante toda a guerra, as ferrovias da Casado foram decisivas para a locomoção do exército paraguaio e seu triunfo neste aspecto sobre as forças bolivianas. Entre os associados diretos da empresa latifundiária, estavam o presidente paraguaio Eusebio Ayala – advogado da filha do patriarca Casado –, o presidente argentino Agustin Justo – cunhado do filho – e o chanceler argentino Saavedra Lamas – advogado da empresa. Todos chegaram aos seus postos em 1932, sendo que a eleição de Justo foi denunciada como fraudulenta (CABALLERO, 2012: 269; FONSECA, 2013: 308; ZUCCARINO, 2017: 94-95)³⁶.

Após quase um mês de intenso cerco, a Batalha de Boquerón terminou em 29 de setembro com a vitória paraguaia. A moral das forças militares da nação guarani aumentou, o que levou toda a nação a se mobilizar social e economicamente em torno da defesa do Chaco. Sem mais meios de impedir o confronto armado, a Comissão dos Neutros admitiu seu fracasso no fim de 1932. A batalha também trouxe lições táticas aos paraguaios que os mantiveram vantajosos sobre os bolivianos durante a maior parte do conflito que se iniciava na prática, como a inutilidade dos ataques frontais a posições fortificadas, a importância do controle das vias de comunicação, da mobilidade ágil e ofensiva no bosque e da constância de água (ZOOK, op. cit.: 170; CHIAVENATO, 1980: 194; SIENRA, 1980: 127).

Com este ponto estratégico conquistado, não foi difícil para Estigarribia manter, durante o resto do conflito, sua tática de controlar as vias de comunicação, uma vez que:

O soldado boliviano demorava um tempo estimado de 14 dias para cobrir os 2.000 quilômetros que separavam o Altiplano do Chaco. O soldado paraguaio somente necessitava de 3 ou 4 dias para viajar de Assunção até as trincheiras. O transporte de cada soldado e sua alimentação custava ao

³⁶ Adepto da posição de Pátria Chica – escola geopolítica argentina que preza pela manutenção das fronteiras territoriais tal como foram definidas após a independência –, Justo buscou aproximação com o Brasil, revertendo o período de esfriamento gerado pelas administrações radicais, ao passo que Lamas, adepto da posição de Pátria Grande – escola oposta à da Pátria Chica, que apregoa pela expansão das fronteiras argentinas sobre o continente –, adotou postura anti-brasileira intransigente, em defesa da expansão argentina até Santa Cruz de la Sierra. Qualquer que fosse a posição geopolítica entre as duas tradicionais da Argentina, ambas serviram aos interesses da Carlos Casado S.A. (Cf. JAURETICHE, 1958; SILVEIRA, 1997: 89; CANDEAS, 2017: 190).

tesouro boliviano 280 bolivianos (mais ou menos 50 dólares). O transporte de material, 1.050 bolivianos por tonelada (mais ou menos 200 dólares). Estes mesmos itens representavam ao Paraguai um custo nove vezes menor (CALVO, 1975: 364. Tradução nossa).

Em dezembro de 1932, Hans Kundt, general alemão prestigiado por ter reorganizado o exército boliviano a partir de 1911³⁷, é convocado para assumir o poder supremo sobre as forças armadas. Acreditava-se, no círculo político, que a mera presença de Kundt mudaria o curso da guerra e asseguraria a vitória boliviana. Seus erros táticos e desavenças com os oficiais bolivianos levaram ao total oposto. Seguindo a direção do governo de conquistar posições fortes que dessem acesso ao rio Paraguai e garantisse melhores condições de negociação no campo diplomático³⁸, Kundt focou sua atenção inicial sobre o forte Nanawa. De janeiro a julho, lançou ataques frontais contra Nanawa e outros fortes como Corrales e Arce. O resultado: 4000 soldados bolivianos mortos, em condições materiais extremamente precárias, mas sempre a marchar em fila, o que lhes rendeu um apelido inusitado pelos Nivacle: *tucus*, “formigas”³⁹ (ZOOK, 1962: 183, 185, 189, 193, CHIAVENATO, 1980: 171; FRITZ, in RICHARD, 2008: 154).

Com o fracasso total da ofensiva boliviana, o governo paraguaio enfim declara formalmente guerra à Bolívia, em maio de 1933, e o exército e o povo paraguaio ficaram convictos da inevitabilidade da derrota da Bolívia. Mesmo com seu desempenho catastrófico no campo de batalha, entretanto, Kundt permaneceu no comando do exército boliviano, o que fortaleceu os oficiais que eram contra a sua presença e desestabilizou a ascendência do governo sobre o exército (SIENRA, op. cit.: 157; CHIAVENATO, op. cit.: 186).

No quesito defensivo, a Bolívia também sofreu um grande revés, quando começam, em 23 de outubro, os ataques paraguaios ao forte Campo Via. A vitória que o Paraguai obteve, embora tremenda, não foi completa, especialmente pela falta de caminhões para seguir com a perseguição, além do grande número de mortos e doentes. Ao final desta batalha, Kundt foi substituído pelo general boliviano Enrique Peñarada, o que fragilizou mais

³⁷ De acordo com Chiavenato, a Missão Alemã, comandada por Kundt e Ernst Roehm, foi responsável por preconizar, no exército boliviano muitas das características basilares da organização sócio-militar interna da Alemanha Nazista (CHIAVENATO, 1980: 154-156).

³⁸ A esperança de que a diplomacia deteria o massacre esteve presente em ambos os presidentes Salamanca e Ayala (CALVO, 1975: 367).

³⁹ Os Nivacle também criaram apelidos aos argentinos e aos paraguaios durante a Guerra do Chaco. Aos primeiros, lhafcatas, “moscas”, em decorrência dos envios de quantidades desproporcionais de soldados para reprimir ataques, a exemplo de junho de 1933, quando chegaram 100 soldados argentinos em resposta à morte de 36 pelas mãos vingativas dos Nivacle, e onde somente a intervenção dos missionários evitou um massacre (FRITZ, in RICHARD, 2008: 156). Aos segundos, nuus, “cachorros”, por causa do alto grau de violência sexual dos soldados paraguaios contra as mulheres Nivacle. As mortes e os estupros, entretanto, pararam quando o cacique Tofaai salvou a vida do general Juan Bautista Ayala (Ibid.: 158).

a autoridade de Salamanca como presidente (ZOOK, op. cit: 239-240, 243, 248, 250; SIENRA, 1980: 193).

Uma trégua de quinze dias, entre o fim de dezembro de 1933 e o início de janeiro de 1934, foi estabelecida. Uma vez que o Paraguai estava fisicamente incapacitado de aniquilar por completo o inimigo e a Bolívia não se encontrava em condições de resistir por mais tempo, a trégua foi bastante oportuna para o primeiro se reabastecer e o segundo formar um novo exército, visto que, dos 77.000 homens iniciais, 32.000 tiveram de ser evacuados por ferimentos ou doenças, 14.000 pereceram, 10.000 foram levados presos e 6.000 desertaram para a Argentina (ZOOK, op. cit.: 256-257).

MAPA 4: SITUAÇÃO GERAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES, DEZEMBRO DE 1933



Fonte: TREJO, 2019

Após a trégua, Estigarribia retomou a ofensiva, mas sofreu uma derrota no forte Cañada Strongest por conta do atraso de movimentação de seu subordinado direto, o coronel Rafael Franco. Entretanto, Peñarada não aproveitou seu pequeno triunfo, e o exército paraguaio logo retomou a iniciativa dos ataques, em direção às refinarias bolivianas de petróleo em Camiri, região próxima a Santa Cruz de la Sierra (ZOOK, op. cit.: 273-274, 285). A intenção ferrenha de Estigarribia de tomar tais poços veio após as denúncias à Standard Oil no mesmo ano.

No caminho, alcançaram Chiriguana, território Avá-Guarani entre os rios Pilcomayo Parapeti, e a vantagem paraguaia foi de vez consolidada. Tão logo os soldados falantes de guarani chegaram, a maioria dos Avá-Guarani e dos Isoceños deram preferência a estes para combater os “collas” – como se referiam pejorativamente aos bolivianos – e auxiliaram o exército paraguaio indiretamente, fornecendo-lhes provisões e, quando as tropas se retiravam, levando-as de volta ao Paraguai. Além disso, uma vez que a disputa da guerra foi transferida do rio Pilcomayo para a beirada dos Andes, os Nivaclé se aliaram aos paraguaios contra os bolivianos, estes com auxílio direto em combate armado (FRITZ, SCHUCHARD, LANGER, in. RICHARD, op. cit.: 159, 176-177, 241). Desta maneira, a locomoção paraguaia, antes limitada e truncada, se tornou muito mais ágil, e por consequência, até o final do ano, o exército paraguaio conquistou todo o território do Chaco Boreal, com sua linha de frente já localizada nas proximidades das encostas andinas (SILVEIRA, 1997: 123).

No fim do ano também, as relações tensas entre o poder executivo e o exército chegaram a um ponto crítico quando Salamanca, temeroso de uma revolta no Altiplano, decide, à revelia de seu próprio gabinete, visitar a região do Chaco em 21 de novembro. Seguiu-se uma semana de intensa conspiração dos principais comandantes das tropas bolivianas, incluindo Peñarada, em no dia 28, ao tomarem o palácio do governo sem derramamento de sangue e convocarem o vice-presidente José Luis Tejada Sorzano, os militares lançaram por telegrama seu ultimato à Salamanca: a renúncia ou a rendição total ao Paraguai. Sob tamanha pressão, o presidente aceitou a deposição (ZOOK, op. cit.: 315; CALVO, op. cit.: 1440-1441).

MAPA 5: SITUAÇÃO GERAL AO FINALIZAR DA CAMPANHA NO ANO DE 1934



Fonte: TREJO, 2019

Em 16 de janeiro de 1935, as tropas paraguaias alcançaram as margens do rio Parapeti, limite histórico dos direitos sobre o Chaco alegados pelo Paraguai, e lá foram bem recebidas por “Guarayos”⁴⁰, que os apoiaram na campanha com entusiasmo. Entretanto, nem mesmo munidas de informações fornecidas pelo serviço de espionagem argentino, as divisões comandadas por Rafael Franco foram capazes de resistir à última grande concentração de artilharia boliviana em Villamontes, manejada por 25.000 homens, que, desta vez, contavam com a vantagem geográfica do altiplano. Após uma série de investidas rechaçadas ao longo de seis meses, as forças paraguaias recuaram de volta ao Parapeti (Cf. ZOOK, op.cit.: 342-348; CALVO, op. cit.: 657).

Com a Bolívia dispondo de mais contingente humano, moral restabelecida e sem mais embargo de armas pela Liga das Nações, esta adquiriu condições de estender por ainda mais tempo o sangrento conflito (PALMEIRO, 1973: 76. Apud. MONIZ-BANDEIRA, 1998: 182). Entretanto, as chancelarias da Bolívia e do Paraguai acabaram por aceitar os termos de um protocolo de paz no dia 9 de junho, e o armistício foi declarado no dia 12, sendo que todas as questões pendentes, desde a desmobilização até o problema territorial, ficaram para serem resolvidas na Conferência de Paz estabelecida em Buenos Aires, decisão que os setores militares dos respectivos beligerantes não ousaram contestar (SILVEIRA, 1997: 144).

Sobre a interrupção das hostilidades, Tristán Marof disse o seguinte:

Não há tal paz, o que há é CAPITULAÇÃO. A Bolívia de joelhos aceita tudo, aceitará tudo. As condições são lamentáveis. (...) Não há tal paz. Há esgotamento, cansaço, amotinamento das tropas que se negam a combater. A fome, a miséria e a inaptidão dos Comandos impuseram a paz. (...) O Brasil levantou a mão quando Estigarribia se dirigia ao Oriente boliviano e a chancelaria paraguaia sonhava com a independência do rico departamento de Santa Cruz. No momento, o Brasil pressionado por sua delicadíssima situação interna não pode se lançar em nenhuma aventura guerreira. Esta é a paz com que se festeja com champanhe, tediosa e fedendo a sangue e petróleo! Linda paz de corvos, hienas e empresários! (Marof, “La paz del Chaco”. Apud. STEFANONI, 2014: 41. Tradução nossa).

Apesar do Paraguai ter garantido a posse militar do Chaco Boreal, como era seu objetivo inicial, o armistício não foi considerado uma vitória completa para os argentinos adeptos da Patria Grande, que pretendiam anexar Santa Cruz de la Sierra, e para Estigarribia, que pretendia chegar alcançar Camiri e capturar a refinaria de petróleo responsável pelo suprimento do combustível à Bolívia (MONIZ-BANDEIRA, 1998 182, 187).

Alguns fatores foram essenciais para a vitória paraguaia. Além da vantagem logística e dos erros táticos do inimigo, pode-se destacar as condições climáticas e geográficas

⁴⁰ Forma genérica e indistinta que os paraguaios se referiam aos Avá-Guarani, Isoceños e outros povos autóctones falantes de guarani (LANGER, in. RICHARD, 2008: 241-242).

alienígenas para os soldados bolivianos, a diversidade linguística entre estes⁴¹ e o fornecimento único de armamentos à Bolívia – pela britânica Vickers-Armstrong – em comparação aos múltiplos contratos firmados pelo Paraguai. Também se deve destacar o apoio das comunidades menonitas no esforço paraguaio de guerra e, principalmente, a preferência da maioria dos povos autóctones, se não pela neutralidade, em auxiliar o exército paraguaio, tendo em vista o elo linguístico e a escalada de violência do exército boliviano (HUGHES, 2005: 18; RICHARDS, 2008; ZUCCARINO, 2017: 87-88).

Para as populações indígenas nativas do Chaco, a guerra trouxe mortes, provocou migrações forçadas, destruição de aldeamentos e profundas trocas culturais ao ponto de fazer desaparecer antigos costumes e inserir novos. Os Ayoreos, sem mais soberania sobre seus territórios, tiveram de se deslocar para as missões religiosas bolivianas, iniciando-se um processo de dependência dos primeiros para os segundos. Os Nivaclé ainda passaram por inúmeros conflitos internos entre as etnias do Pilcomayo e externos contra os brancos, até reconquistarem muitos de seus locais tradicionais, com a ajuda de missionários Oblatos. Os Enlhet, de maneira semelhante aos Ayoreos, se incorporaram às colônias menonitas. E os Ioseños migraram em larga escala ao Paraguai durante a guerra, mas nem todos permaneceram até o final, devido às dificuldades de adaptação a outra terra. Também houve todo um grupo de Avá-Guarani que emigrou do Chaco Boreal para o sul de Mato Grosso, e daí, Brasil adentro rumo ao Norte, em uma ressignificação contemporânea da milenar busca pela “Terra Sem Mal” (ELTZ, 2014: 102, 110, 117, 122, 127-128; MENDES JÚNIOR, 2021: 200, 203).

⁴¹ Enquanto os comandantes paraguaios comunicavam-se facilmente com seus subordinados em guarani, as ordens vindas dos comandantes bolivianos eram em espanhol, quando a maioria dos soldados falavam apenas aimará ou quéchuá (CHIAVENATO, 1980).

MAPA 6: LINHA DE CONTATO QUANDO FIRMADO O ARMISTÍCIO, 12/06/1935, E LIMITE ARBITRAL, 21/07/1938



Fonte: TREJO, 2019

As pressões sobre o Paraguai e a Bolívia para que as batalhas fossem encerradas de imediato vieram diretamente dos presidentes brasileiro e argentino Getúlio Vargas e Agustín Justo. A relação entre Brasil e Argentina no que diz respeito à Guerra do Chaco, e como tal relação se deu na conturbada situação interna brasileira, é o assunto a ser tratado a seguir.

A Conferência de Paz de Buenos Aires

A terceira proposta do Protocolo de 12 de junho de 1935, que estabeleceu o cessar-fogo no Chaco, diz que a Conferência de Paz deve:

Promover a solução das divergências entre o Paraguai e a Bolívia por acordo direto entre as partes, ficando estabelecido que o Paraguai e a Bolívia, no caso de não alcançarem bom êxito nas negociações diretas, assumem, por este Convênio, a obrigação de resolver as divergências do Chaco por meio da arbitragem de direito, designado desde já como árbitro a Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia. A Conferência de Paz encerrará as negociações diretas quando, a seu juízo, haja chegado o momento de declarar que por meio delas não é possível chegar a um acordo definitivo; verificado este caso, passar-se-á ao ajuste, pelas partes, do compromisso arbitral, não podendo a Conferência de Paz encerrar suas sessões enquanto este compromisso não ficar devidamente assentado.⁴²

Àquela altura, as comissões internacionais que tentaram mediar e solucionar o conflito entre Bolívia e Paraguai falharam, e as europeias, após a invasão italiana à Abissínia em 1935, mostravam-se ineficazes até para cuidar dos conflitos em sua própria área de influência. Além disso, como já foi dito no capítulo anterior, os beligerantes não pararam de se rearmar. Na prática, todos os envolvidos sabiam: a consequência imediata de um eventual fracasso da Conferência de Paz de Buenos Aires seria a retomada da guerra. Para sua vantagem, todos os antagonismos de critérios e teses, que por quase 50 anos foram obstáculos para um entendimento via diplomacia, foram desconsiderados pelo Protocolo (LOUREIRO, 1936: 47).

Os principais pontos a serem resolvidos pela conferência eram a repatriação de prisioneiros de guerra, a definição da responsabilidade pelo início do conflito, além da questão territorial. O Paraguai contava com sua ocupação de praticamente todo o território no momento do armistício como vantagem na conferência, enquanto a Bolívia, para compensar suas derrotas militares, buscou acenar aos mediadores – Argentina e Brasil – sobre as possibilidades comerciais referentes ao petróleo (SILVEIRA, 1997: 148).

Este tema em particular estava no centro da disputa entre os dois países, pois:

Os projetos geopolíticos brasileiro e argentino afetam diretamente a questão petrolífera, central para o interesse norte-americano. A preeminência de um ou outro destes projetos decidiria o canal de exportação do petróleo

⁴² *Protocolo sobre a convocação da Conferência de Paz, relativa ao conflito do Chaco* (Apud. BARROS, 1943: 124).

explorado pela Standard Oil: ou via território brasileiro, até Santos, ou através do território argentino, até Buenos Aires. (...) Esta última solução contrariava frontalmente os interesses norte-americanos, devido à ação protecionista da Argentina em relação à YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales). Assim, os EUA estão particularmente interessados, senão na vitória brasileira, certamente no fracasso das pretensões argentinas, nesta disputa sul-americana (Ibid.: 149).

A postura argentina na conferência advogava pelo direito europeu em intervir nos conflitos americanos, enquanto a brasileira e a estadunidense eram pan-americanistas, ou seja, defendia a exclusividade americana em lidar com os conflitos do próprio continente (BARROS, 1938: 82). Fazia sentido, pois o estreitamento de relações privilegiadas com os EUA tinha grande importância na consolidação do projeto político-econômico da burocracia militar e empresarial de tornar o Brasil uma potência regional e industrializada. Osvaldo Aranha chega a escrever para Vargas que “não me interessa o Chaco em si... mas o Brasil, unicamente o Brasil, a sua posição na política continental e a sua preeminência na América do Sul, apoiada nos Estados Unidos” (Cf. CORSI, 1999: 55).

Os trabalhos da Conferência de Paz se iniciaram em julho de 1935, com Saavedra Lamas na presidência. O primeiro movimento da conferência foi de promover a desmobilização dos exércitos beligerantes, sendo que até setembro a Bolívia havia desmobilizado 54.105 soldados e o Paraguai 46.515. Este tratou o assunto com mais velocidade por conta do gasto elevado em se manter um exército em território tão extenso, enquanto a Bolívia foi mais cautelosa devido a seus líderes acreditarem na existência de contingentes abertamente revolucionários (ROUT, 1970: 115-116).

Já o segundo movimento foi o de promover a repatriação dos prisioneiros de guerra. Este assunto levou as delegações da Argentina e do Brasil a um embate aberto, devido à Bolívia deter aproximadamente 1.700 prisioneiros paraguaios, ao passo que o Paraguai detinha quase 30.000 prisioneiros bolivianos. A delegação boliviana, apoiada pelo Brasil e pelos EUA, exigia a repatriação imediata de todos os prisioneiros. A delegação paraguaia, por outro lado, argumentava que o imediato repatriamento iria devolver à Bolívia um contingente comparável ao de um exército, o que poderia conduzir ou facilitar um novo processo de mobilização militar em La Paz (SILVEIRA, 1997: 153-154).

A partir dessa delicada questão de segurança, que se misturou aos debates envolvendo o petróleo e o tráfego internacional, Saavedra Lamas apelou para múltiplos adiamentos e dilatações das discussões segundo seus próprios interesses (Ibid.: 154). Apesar disso, Macedo Soares, cuja equipe enxergava Lamas como imparcial, verborrágico e ardiloso (ROUT, op. cit., 112), considerou o primeiro semestre de conferência um sucesso, em relatório.

*Durante a marcha dos trabalhos da Conferência de Paz viram-se as diferentes Delegações a braços com a solução de grandes problemas. Cumpre destacar, com o relevo que lhe cabe, dois assuntos, que, pela sua magnitude, foram alvo de exaustivas negociações. A repatriação dos prisioneiros de guerra, depois de longos esforços despendidos pelos elementos mediadores, aos quais pôde prestar valiosa colaboração a nossa Delegação, estava quase solucionada ao terminar do ano. A questão de fundo, para qual a solução do Protocolo de 12 de Junho prevê, em último caso, o recurso à solução judiciária pelo Tribunal Permanente de Justiça Internacional de Haia, não pôde até agora, em virtude de se tratar de assunto extremamente delicado, ser resolvida. Parece que o caminho a ser seguido será o do entendimento direto entre as partes litigantes.*⁴³

Tal otimismo veio a ser contestado no início do ano seguinte. Em fevereiro de 1936, meses após o fim das hostilidades sem que nenhuma melhoria econômica ou política tenha sido alcançada com o triunfo nos campos de batalha, um golpe militar encabeçado por Rafael Franco depõe Eusebio Ayala, que é preso e exilado, juntamente com o general Estigarribia. O ataque contra as grandes lideranças paraguaias durante a guerra – respectivamente no campo político e no militar – por figuras que se projetaram nas batalhas no Chaco significou uma reação advinda do conflito contra o Partido Liberal, que além de intrinsecamente ligado ao governo argentino, não parava de postergar as lutas e reivindicações dos setores sociais alheios à disputa entre liberais e colorados (COUCHONAL, 2014: 155).

Três meses depois, em maio, um novo golpe militar é desencadeado na Bolívia, também comandado por Enrique Peñarada, mas desta vez a contar com o apoio da Legión de Ex Combatentes – LEC –, organização de oficiais jovens que serviram no Chaco dirigida por Germán Busch e David Toro. Com este na presidência, a LEC formou uma Junta de Governo com grupos políticos antiliberais predominantemente de esquerda, em um regime autointitulado como “militar socialista” inspirado no governo mexicano de Lázaro Cárdenas e na breve República Socialista Chilena. O antiliberalismo da Junta de Governo de Toro se refletiu, em menor e maior medida, nas demandas levantadas pela formação de laços entre os indígenas e a esquerda na Guerra do Chaco: direitos à população indígena e nacionalização das minas e reservas de óleo. Em relação às minas, a propriedade privada destas manteve-se intocada (GALLEGO, 1993: 221-223; COTE, 2013: 745; STEFANONI, 2015: 50, 53).

Ambos os governos militares passaram a imprimir uma ação bem mais intransigente na Conferência, sob o argumento patriótico de jamais desconsiderar, nas negociações, os sacrifícios impostos pela guerra, o que levou à sua virtual paralisação durante praticamente todo o ano de 1936. Tais governos também passaram por grandes instabilidades vindas dos setores (Cf. SILVEIRA, 1997: 158-159). Apesar de tudo isso, suas posturas aceleraram a

⁴³ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1935. Acervo FUNAG.*

repatriação dos prisioneiros, sendo transferidos da Bolívia para o Paraguai mais de 2.500 prisioneiros de maio até agosto, e vice-versa mais de 17.100 de maio até fevereiro do ano seguinte⁴⁴. Tal feito levou o autor Pizarro Loureiro a fazer a seguinte declaração:

A Conferência de Paz é digna de aplausos e admiração pela tenacidade, inteligência e espírito americanista revelados no transcurso das difíceis negociações que teve de encaminhar após terminada a guerra boliviano-paraguaia. Tendo vencido a todos os obstáculos que se opuseram a sua missão até este momento, é de se esperar que, adiante, realize seu trabalho com igual bravura ao abordar a questão de fundo, consolidando definitivamente, com a harmonia dos pontos de vista da Bolívia e do Paraguai, a paz na América (LOUREIRO, op. cit.: 48. Tradução nossa)

No que dependesse de Saavedra Lamas – que no mesmo ano recebeu o Prêmio Nobel da Paz apesar de ter feito tudo ao seu poder para atizar o conflito e atrasar sua resolução – não. Os respectivos golpes de Estado em fevereiro e maio, assim como todo o caos político interno que lhes acompanhou, foram usados por Lamas para protelar as negociações o máximo possível a fim de obter o resultado que mais lhe fosse favorável. A postura de Macedo Soares, por outro lado, era a de tentar solucionar o quanto antes as pendências que a guerra deixou. Foi o que informou a delegação brasileira para Vargas em correspondência datada de dezembro.

A desastrada política pessoal do Senhor Saavedra Lamas abriu-nos o caminho para a seguinte conclusão: da impossibilidade neste Continente do binômio Estados Unidos-Argentina. E mais uma vez fomos nós, o Brasil, os “scouts”, os “dreadnoughts” americanos constantemente ameaçados pelos torpedos argentinos. Que digam a esse respeito os Senhores Ministros Macedo Soares e Embaixador Osvaldo Aranha, as duas grandes figuras da nossa representação e mesmo da Conferência.

(...) O Ministro Macedo Soares, que ontem partiu para o Chile, deu um grande impulso ao problema do Chaco, apesar das dificuldades subterrâneas criadas, ainda uma vez, pelo Senhor Saavedra Lamas, que para isto se serviu da solércia e da malícia do delegado paraguaio, Senhor Ramirez. O entendimento pessoal entre os chanceleres do Paraguai e da Bolívia, dirigidos pela habilidade e energia do Ministro Macedo Soares é tido aqui como uma vitória e um grande passo para o tão cabuloso problema do Chaco. Muito valeu para esse encontro a sinceridade e o prestígio do Presidente Justo, que conhecedor das dificuldades criadas pelo seu Ministro, resolveu apoiar o nosso chanceler de maneira fidalga e humana.

(...) Agora, há quem diga, que o Senhor Saavedra Lamas não é tão personalista e que ao contrário ele procura seguir uma política determinada pelos interesses econômicos e militares do seu país. É que não se deve esquecer que preso ao caso do Chaco estão o acordo ferroviário com a Bolívia, a perturbação dos interesses paraguaios-brasileiros, no caso da ligação do sistema ferroviário entre esses dois países e a questão de limites entre a Argentina e o Paraguai. Forçando como está a Argentina em conseguir os seus desejos relativos a estes problemas junto ao Paraguai e a

⁴⁴ Repatriação dos Prisioneiros Bolivianos e Paraguaio. *The Chaco Peace Conference*, p. 91-94. (In. ROUT, 1970: 235-236).

Bolívia, vai ela fatigando ambos, trazendo-os suspensos num interesse capital para eles nesse momento, seja nas suas políticas interna como externa.

Desejosa de derrubar o Governo do Coronel Franco, tem dado todo apoio, inclusive monetário, ao General Estigarribia e companheiros, aqui exilados. De outro lado, usa de certas personalidades chegadas ao governo, como o já citado Ramirez, para que o Paraguai não ceda aos conselhos brasileiros sobre a questão chaquense. E desta forma tem esperança de irritar o Governo brasileiro, de maneira que este abandone o Paraguai e a deixe sozinha no terreno para manobrar a sua vontade em favor dos seus interesses políticos, financeiros e econômicos, principalmente no projeto de desmoroamento do antigo projeto financeiro da ligação ferroviária Brasil-Paraguai.⁴⁵

No mesmo mês, deu-se a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, com a presença do presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt. A mudança de nomenclatura, de “pan-americana” para “interamericana”, se deu, conforme Pedrosa, a fim de evitar as desagradáveis conotações do nome antigo para ouvidos latino-americanos, especialmente argentinos (PEDROSA, 1966: 16). Na ocasião, inaugura-se a “Política da Boa Vizinhança”, e a entrada definitiva da América Latina no campo focal da visão curta estadunidense, a princípio mais com objetivos político-militares do que econômicos (ANDRADE, 2012: 7).

A paralisação promovida por Lamas durou até dezembro, quando a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB –, empresa nacional de exploração de petróleo aos moldes da argentina YPF⁴⁶ foi criada pelo governo Toro. Mas foi entre março e abril de 1937 que ela causou rebulição internacional.

CONSIDERANDO:

Que o Governo da República, em cumprimento de seus deveres e em exercício de suas legítimas atribuições, editou o Decreto de vinte e um de dezembro de mil novecentos e trinta e seis, criando a entidade Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (Y. P. F. B.);

Que, em Resolução Suprema de treze de março passado, ao declarar caducas as concessões da Standard Oil Co. of Bolivia e de propriedade fiscal todos os bens, ações e direitos da citada Companhia, se encomendou sua administração à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos:

Que dentro do exercício das atividades inerentes à sua própria índole, a Y. P. F. B. tem a necessidade dos bens, ações e direitos da extinguida Companhia, para sua exploração e comercialização, garantias de crédito etc., de acordo com suas características de Entidade Industrial Comercial de Fisco; (...)

⁴⁵ GV c 1936.12.02/2. *Correspondência a Getúlio Vargas sobre a inauguração da Conferência do Pacto Interamericano de Segurança Coletiva, em Buenos Aires abordando os seguintes pontos: discurso do Presidente Justo criticando a idéia do Pacto Continental; notícias sobre os debates travados em torno dos projetos para manutenção da paz e sobre a neutralidade; e dificuldades criadas pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Saavedra Lamas, para concretização dos objetivos da Conferência. Inclui ainda referência ao caso do Chaco. Buenos Aires (Vol. XXIV/79, 81, 88d, 89, 90, 105). Grafia atualizada.*

⁴⁶ Pela qual o governo argentino, até então antiliberal, proibiu a passagem boliviana pelo rio Paraguai e, com isso, acirrou as tensões em torno do Chaco Boreal que levaram à guerra, conforme apresentado no capítulo 1.

PORTANTO O CONSELHO DE MINISTROS DECRETA:

Art. 1o. - Se premia, em caráter definitivo, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos todos os bens, ações e direitos que pertenciam à já extinguida The Standard Oil Co. of Bolivia e que passaram à propriedade fiscal em virtude da R. S. de 13 de março do presente ano.

Art. 2o. - O regime a se seguir com estes bens, ações e direitos premiados, será o mesmo que determina a Lei Orgânica da Y. P. F. B. em exercício de suas atividades em geral e relações com o Estado em particular.⁴⁷

Foi a primeira vez que um país latino-americano confiscou uma empresa multinacional estrangeira, e à Standard Oil não foi paga qualquer indenização. Isso porque foi comprovada sua culpabilidade nas acusações de fraude e violação de contrato, ao praticamente sabotar a Bolívia durante a guerra, transferindo equipamentos para a Argentina e dificultando o refinamento de gasolina para os aviões bolivianos. A partir do ocorrido, o governo boliviano utilizou a questão do petróleo como trunfo político junto ao Brasil, à Argentina e aos Estados Unidos, o que intensificou a disputa argentino-brasileira pela supremacia no subcontinente e a atenção estadunidense em torno do domínio sobre suas reservas de petróleo (SEIFERHELD, 1983; SILVEIRA, 1997: 159-160; MONIZ BANDEIRA, 1998: 180; ANDRADE, 2012: 97).

Durante todo o ano de 1937 há um esforço conjunto dos representantes do Brasil, Estados Unidos e Chile para minar a influência de Saavedra Lamas. Entretanto, quem saiu na dianteira da corrida pelo petróleo – e conseqüentemente pela supremacia continental – foi o chanceler argentino, que conseguiu em abril, de maneira bilateral com Tomás Elio, o acordo preliminar argentino-boliviano para a construção da estrada de ferro Yacuiba-Santa Cruz. Em julho, o embaixador Rodrigues Alves obteve do governo boliviano a promessa de negociar o projeto ferroviário e comercial brasileiro, mas nada foi oficializado. Um mês antes, Macedo Soares foi transferido do MRE para o Ministério da Justiça, por decorrência das constantes desavenças com Osvaldo Aranha, que priorizava as boas relações com os Estados Unidos ante a disputa geopolítica com a Argentina. Em seu lugar entrou Mário de Pimentel Brandão (ROUT, 1970: 142; SILVEIRA, 1998: 145, 160-161).

Enquanto a situação interna se tornava cada vez mais favorável à implementação de uma ditadura, a externa exigia a Vargas e seus generais que acelerassem os planos para tanto. Em agosto, o Partido Liberal voltou ao poder no Paraguai, e a Conferência se encontrou paralisada até a substituição dos delegados de Assunção, justamente quando uma comissão

⁴⁷ *DECRETO SUPREMO 30-04-1937. YACIMIENTOS PETROLÍFEROS FISCALES BOLIVIANOS - Adjudicasele todos los bienes, acciones y derechos de The Standard Oil Co. Disponível em: <https://www.derechoteca.com/gacetabolivia/decreto-supremo-30-04-1937-2-del-30-abril-1937/>. Acesso em 22/09/2023. Tradução nossa.*

boliviana chega a Buenos Aires para a assinatura dos pactos econômicos. Tanto a suspensão das negociações quanto a subserviência dos liberais paraguaios à Argentina foram vantajosas para Lamas, que tinha aspiração ao cargo presidencial (SILVEIRA, 1997: 163-164).

Entretanto, mesmo com a Conferência paralisada, a diplomacia brasileira seguiu convencendo a boliviana das vantagens em assinar o acordo com o Brasil, especialmente no que tangia à linha férrea Corumbá-Santa Cruz que, mesmo passando por terras demograficamente vazias, não teria o empecilho de cruzar um terceiro país no meio do caminho – no caso da linha Yacuiba-Santa Cruz, o Paraguai. Além disso, os próprios paraguaios, mesmo com o Partido Liberal de volta, protestaram vigorosamente contra os acordos econômicos argentinos com a Bolívia (ROUT JR., 1970: 151-152, 154-155).

Para completar as frustrações do chanceler argentino, as eleições presidenciais argentinas de setembro consagraram Roberto Ortiz, adversário de Lamas entre os conservadores, para a escolha do seu candidato (SILVEIRA, 1997: 164). Havia então a expectativa para a saída de Lamas da chancelaria e, conseqüentemente, da presidência da Conferência, o que animava a delegação brasileira. O Brasil estava atento à situação política da Argentina, como demonstra a seguinte carta de Osvaldo Aranha ao presidente:

*A Argentina continua o seu trabalho. O embaixador Braden, representante deste país [Estados Unidos] no Chaco, notificou este governo de que o Saavedra está mandando recursos vultosos para a campanha na imprensa deste país. Nós nada podemos fazer, além da nossa ação pessoal, que, posso assegurar-te, é sem tréguas nem desânimos.*⁴⁸

Quando é dado o golpe que decretou o Estado Novo, em novembro, A imprensa argentina logo tratou de acusá-lo de beirar uma ditadura fascista e de justificar atos de barbaridade (KOIFMAN, In. FERREIRA, DELGADO, 2019: 289-290), e Saavedra Lamas, em um último esforço para se manter no cargo de chefe da Conferência, acirrou as acusações contra o Brasil, conforme relata a seguinte correspondência de Leite Ribeiro ao presidente.

O Saavedra continua tramando, nas costas do General Justo, toda sorte de ursadas conosco. (...) Na Conferência do Chaco, o Saavedra tem procurado intrigar-nos com os ex-beligerantes e até mesmo com os representantes dos países mediadores, atrevendo-se a dizer que “se não fosse o Brasil, já teriam chegado a um acordo”. Como se tivéssemos interesses diretos no Chaco. Infelizmente, ele se tem servido dos representantes, ora da Bolívia, ora do Paraguai, para fazer com que o Brasil fique em situação antipática perante a Conferência. (...) Outras pessoas, igualmente bem informadas, disseram-me que o Saavedra está lançando de uma suposta “má vontade do

⁴⁸ GV c 1937.09.24. *Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas sobre a gravidade da situação política nos Estados Unidos e as possíveis repercussões desta situação na questão do arrendamento dos destroyers ao Brasil.* CPDOC. Grafia atualizada.

Brasil para com ele” afim de explorar o espírito nacionalista argentino e fazer pressão para continuar na pasta do Exterior.⁴⁹

O jogo de Saavedra conseguiu protelar propostas do Brasil, Estados Unidos e Peru que o indispusse contra a Bolívia, mas não impediu sua eventual demissão em 21 de fevereiro, tão logo Ortiz assumiu a presidência da Argentina. Seus sucessores na presidência da Conferência, Manuel Alvarado e José Maria Cantillo, não eram ligados à escola geopolítica da “Pátria Grande”. Isto somado à assinatura do tratado brasileiro-boliviano⁵⁰, em fevereiro, e à não-ratificação do argentino-boliviano, em março, sedimentou o triunfo da planificação geopolítica do Brasil sobre a Argentina (Cf. SILVEIRA, 1997: 166-167).

Os dois países passaram a reconhecer a legalidade da desapropriação das reservas da Standard Oil, apesar das pressões estadunidenses contrárias (MONIZ-BANDEIRA, 1998: 184). Entretanto, as relações entre os EUA e o Brasil não foram prejudicadas, uma vez que empresas estadunidenses poderiam continuar a explorar o petróleo boliviano através da associação com as partes brasileiras das sociedades⁵¹, e ainda melhoraram, com a nomeação de Osvaldo Aranha, abertamente americanófilo, para o MRE em março (CORSI, 1999: 94).

A condução de Aranha propiciou que a delegação brasileira, chefiada por Rodrigues Alves, se aproximasse mais da estadunidense, chefiada por Spruille Braden, e juntas, controlassem politicamente a Conferência. Uma vez que esta, como centro da disputa geopolítica-econômica, ficou esvaziada, todos os mediadores tomaram, pela primeira vez, ações conjuntas para se chegar a uma solução minimamente razoável para o litígio. Entre elas, a rejeição à doutrina de não-reconhecimento de territórios obtidos via conquista militar vinda de 1932, à época do Comitê dos Neutros, e a desistência de atribuir a um dos beligerantes a causa da guerra, objetivo estipulado no protocolo de 1935 (Cf. ROUT, 1970: 215-216; SILVEIRA, 167, 169).

Apesar da postura intransigente do Paraguai – influenciada extraoficialmente por Lamas –, com o objetivo levar a Conferência ao fracasso e, portanto, à arbitragem em Haia, as propostas de ambas as partes em litígio foram conciliadas em um último esforço da Conferência que envolveu uma série de acordos públicos e secretos – entre eles a intervenção também extraoficial de Estigarribia como embaixador paraguaio nos EUA (ROUT, 1970: 199, 211; SILVEIRA, 1997: 168, 170, 173).

⁴⁹ GV c 1937.11.24/1. *Carta de Orlando Leite Ribeiro a Getúlio Vargas informando sobre a atuação intrigante de Saavedra Lamas em relação ao Brasil*. CPDOC. Grafia atualizada.

⁵⁰ Este será analisado no capítulo seguinte.

⁵¹ Questão que foi estabelecida em um segundo tratado assinado com a Bolívia junto com o referente a ligações ferroviárias. Este também será analisado no capítulo seguinte.

Finalmente, em 21 de julho de 1938, é assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites⁵², que oficializa as conquistas militares paraguaias e concede à Bolívia o direito de livre circulação sobre o rio Paraguai. O tratado estipula ainda uma comissão mista de demarcação de fronteiras. Mas com os interesses iniciais dos próprios beligerantes sendo relativamente satisfeitos, além da Casado S.A. e outras empresas e latifúndios podendo finalmente expandir-se através da anexação definitiva do Chaco Boreal ao Paraguai (Cf. CABALLERO 2012: 370-371), a comissão caducou com o encerramento definitivo da Conferência de Paz, em janeiro de 1939 (Cf. SILVEIRA, 1997: 175), e não encontrou solução nos mais de setenta anos seguintes.

Considerações finais

A Guerra do Chaco abalou as estruturas econômicas e geopolíticas de todos os países nela envolvidos. Para a Bolívia, a guerra escancarou seus problemas logísticos crônicos envolvendo controle de seus meios de transporte e de produção, bem como abriu caminho para a disputa sociopolítica pela resolução de tais problemas, uma vez que os partidos oligárquicos tradicionais caíram em completo descrédito (Cf. ANDRADE, 2007: 37; SEBBEN, 2010: 91).

Para o Paraguai, o fim da guerra marcou o início de uma busca por relações externas mais equilibradas e menos dependentes da Argentina, em uma “política pendular” de aproveitamento das fricções ou rivalidades sub-regionais para obter vantagens em benefício do país, e em um fortalecimento dos laços com os EUA (YEGROS, BREZZO, 2010: 149).

Para a Argentina, o conflito boliviano-paraguaio representou o apogeu e, paradoxalmente, o início do declínio da hegemonia na região, que protagonizou as mediações, mas perdeu o alinhamento incondicional do Paraguai aos seus interesses, e prevaleceu na Bolívia na década seguinte mais pela falta de condições do Brasil de materializar seus tratados, do que por mérito próprio (DORATIOTO, 2000: 28; HAGE, 2009: 117).

E para o Brasil, o caso chaquenho representou uma vitória diplomática notável, onde a diplomacia brasileira passou de mera coadjuvante das ações estadunidenses a peça fundamental no processo de obtenção do cessar-fogo (SILVEIRA, 1997: 175). Contudo, o conflito boliviano-paraguaio não se limitou a influenciar o Brasil somente no campo das relações internacionais. As formas como ele esteve presente na conturbada trajetória política da Era Vargas serão discutidas no capítulo seguinte.

⁵² O documento consta integralmente nos apêndices desta dissertação

CAPÍTULO 3: ENVOLVIMENTO INDIRETO, CONSEQUÊNCIAS DIRETAS: O GOVERNO VARGAS NA GUERRA DO CHACO

Vários autores, como Helder Gordim da Silveira (1997), Luiz Alberto Moniz-Bandeira (1998) e Francisco Doratioto (2000), estão de acordo que o confronto armado entre Paraguai e Bolívia chacoalhou a balança geopolítica na América do Sul, o que se refletiu no lugar do continente entre a tradicional presença europeia na economia e na cultura, e crescente raio de influência dos Estados Unidos.

Mesmo ao se analisar a questão de maneira menos globalizante e mais local, ainda se trataria de uma guerra a acontecer nas fronteiras do Brasil, dando continuidade aos desafios para a integridade territorial brasileira emergidos do período de corrida imperialista que Eric Hobsbawn chamou de “Era dos Impérios” (GARCIA, 2005: 10). De modo que há ausência de estudos na historiografia brasileira e sul-americana sobre a presença da Guerra do Chaco no desenrolar político-econômico do Brasil na década de 1930, para além do campo diplomático.

É essa ausência que o presente capítulo buscará corrigir. As primeiras seções irão analisar a trajetória do avanço militar paraguaio no Chaco Boreal. Logo após, será feito um balanço da situação política brasileira à luz do desenrolar da guerra. Da mesma forma, seguirá uma análise da trajetória Conferência de Paz realizada iniciada após o armistício de 1935, bem como os seus desdobramentos na política interna.

Em cada uma das seções, veremos como a condução da guerra – tanto na sua fase militar quanto na diplomática – influenciou e foi influenciada pelas posições estratégicas brasileiras de neutralidade e mediador da paz, cada qual a almejar objetivos políticos e econômicos bastante específicos e variáveis conforme o momento.

O Brasil diante da Guerra do Chaco

No ínterim entre a tomada de Boquerón pelos bolivianos até as forças de Estigarribia se reunirem e partirem do Porto Casado em direção ao forte, ocorreu no Brasil uma guerra civil entre o Governo Provisório e a Frente Única Paulista, aliança formada entre o Partido Democrático – PD – e o Partido Republicano Paulista – PRP⁵³. Primeiro ela fez oposição aos “tenentes” agraciados com interventorias, particularmente João Alberto em São Paulo, e

⁵³ Tanto os nomes dos partidos estaduais quanto suas posições divergentes politicamente, mas convergentes social e economicamente, demonstram o forte espelhamento nos Estados Unidos para a construção do ideário de supremacia paulista sobre o restante do Brasil tão expresso na imprensa e na intelectualidade paulista nos anos 1920 e 1930. Ver *Os arautos do liberalismo* (CAPELATO, 1988) e *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista* (BORGES, 1979).

depois, ao Governo Vargas como um todo, em represália às políticas econômicas centralizadoras taxadas pela imprensa regional de “comunistas” (MORAES, 2018: 84).

Conforme Vavy Pacheco Borges:

A) *Verifica-se historicamente, pela formação da Frente Única Paulista e conseqüente Revolução de 32, a unicidade da oligarquia paulista.*

B) *A união oligárquica, que então se concretiza, parece ser causada por uma posição contra a centralização, que traz a perda da autonomia de São Paulo. A perda se dá seja no plano político (com a nomeação de interventores, com a presença de “forasteiros” na direção do Estado...) seja no plano econômico (com a alteração do imposto de exportação...).*

C) *A união também surge contra a burocratização decorrente das novas formas assumidas pelo Governo Provisório e dirigidas contra a apontada “falta de organização do capital e do trabalho”. conforme afirma Vargas em discurso em maio de 1931: criação do Conselho Nacional do Café, da Bolsa de Imóveis, controle da riqueza da oligarquia (maiores impostos no café, imposto de transmissão de propriedade...).*

D) *A união parece sobretudo se dar pela perda da hegemonia que a imprensa oligárquica quer reconquistar. O constitucionalismo (cuja base é o tradicional legalismo oligárquico) é a bandeira que encobre os estratégias ideológicas usados com a finalidade de recobrar o acesso direto ao poder federal.*

E) *A união (finalmente) se faz também por medo das mudanças pronunciadas principalmente pela ação da Legião Revolucionária, que então se liga sobretudo com Miguel Costa. (...) Esta faz muita arregimentação popular e isto atemoriza uma oligarquia que vê seus privilégios diminuídos, até mesmo pelos seus “aliados”, como, por exemplo, Vargas. Mas [antes da Guerra Civil Paulista] não se vê ainda a oligarquia paulista associando a Vargas o “fantasma do povo”. A oligarquia tem consciência de que precisa unir-se para combater, na Constituinte, as “ideias subversivas”, conforme dizem seus Manifestos, mas Vargas não é visto como quem as agita (BORGES, 1979: 189-190).*

A trajetória bélica da Guerra Civil Paulista não será aqui abordada. Para os fins desta pesquisa, o importante a ser ressaltado é o papel do sul de Mato Grosso na eclosão do conflito, e que, no que se refere à Matte Larangeira – a mais poderosa empresa latifundiária da região –, parte considerável de seu capital era argentina e a maioria de sua mão de obra era paraguaia. No contexto de guerra entre o Paraguai e a Bolívia, nota-se uma forte correlação entre o início desta da Guerra Civil Paulista, com a companhia ervateira representando uma forte ameaça à estabilidade política nacional e mesmo à posição brasileira frente à argentina como polo de poder na Bacia do Prata. O Governo Provisório lidou habilmente e de uma só vez com os dois problemas, assunto que será abordado no próximo capítulo.

Poucos dias depois da vitória paraguaia em Boquerón, no dia 2 de outubro, as tropas insurrecionais se renderam. A oligarquia paulista, por um lado, foi obrigada a aceitar a interventoria de Waldomiro Castilho, militar ligado aos “tenentistas”, no estado de São Paulo. Economicamente, contudo, ela não foi retaliada após o fim do levante, tendo suas dívidas

perdoadas, seus veículos de imprensa não censurados e os exilados logo repatriados (MORAES, 2018: 114).

A derrota dos paulistas na guerra civil significou a aproximação do governo com os setores oligárquicos mais expressivos, como forma de garantir a eleição de Vargas na Constituinte e sua consolidação no poder. Desta maneira, mesmo com apoio dos “tenentes” a Vargas na guerra em São Paulo, o Governo Provisório se afastou paulatinamente destes (PRESTES, 2014: 72, 89). Dos clubes “tenentistas” formados como expressão própria de apoio ao Governo Provisório, apenas o 3 de Outubro foi mantido. A Legião Revolucionária, já transformada no Partido Popular Paulista no início do ano, foi dissolvida ao final do conflito. Logo em seguida, Plínio Salgado fundou a Ação Integralista Brasileira – AIB –, movimento com inspiração no fascismo italiano e no corporativismo português (CARONE, 1973: 309).

Dos chefes militares e líderes civis envolvidos no Levante, houve os que queriam continuar com a guerra – especialmente os gaúchos da Frente Única – e outros que ansiavam pelo retorno aos quadros constitucionais – especialmente os paulistas. Na medida em que as eleições para a Assembleia Constituinte se aproximavam, mais fortalecida a corrente pacifista ficava e mais enfraquecida ficava a bélica (SILVA, 1968: 76, 77). Quanto a esta, alguns combatentes se voluntariavam nas fileiras paraguaias devido a laços de proximidade com a Argentina (APONTE, 2018: 6). Entretanto, a Guerra do Chaco serviu principalmente de pretexto para o exílio preferencial em Buenos Aires, como descreve Hélio Silva.

Não era fácil conseguir o visto nos passaportes. O consulado argentino tinha ordens severas. Os emigrados usaram de um artifício: dirigiram-se ao cônsul do Paraguai, anunciando a intenção de se alistarem nas tropas que combatiam no Chaco. Foi com passaporte paraguaio que Austregésilo de Ataíde desembarcou em Buenos Aires, com direito a uma permanência de quinze dias, mercê de um convênio entre as duas repúblicas. Uma vez lá, ninguém o incomodou. Lindolfo Collor foi ao Chaco como correspondente de guerra (Ibid.: 77).

As vitórias decisivas do Paraguai em Boquerón, Nanawa e Campo Via alteraram a posição argentina perante o conflito. Em seu início, a Argentina assumiu uma postura de neutralidade, cujo maior símbolo foi o “devaneio diplomático” Ata de Mendoza, de fevereiro de 1933, que previa, entre outros pontos, o cessar imediato das hostilidades, bem como – novamente – um arranjo da questão limítrofe mediante arbitragem (CALVO, 1975: 570, 587-588; BIEBER, op. cit.: 273). Entretanto, com a possibilidade de um grande avanço militar paraguaio no Chaco, se tornou inconveniente para a Argentina qualquer forma de tratativa de paz, uma vez que o território de Santa Cruz de la Sierra aparecia no horizonte militar argentino (SILVEIRA: 1997: 112).

Por outro lado, o Brasil, diante das expectativas com uma vitória rápida da Bolívia frustradas⁵⁴, e ainda coerente com as posições de Rio Branco atualizadas por Travassos de enfrentamento à Argentina e alinhamento pragmático com os Estados Unidos (Cf. SILVEIRA, 1997; RICUPERO, 2013), fará com que o Itamaraty não meça esforços para protagonizar os esforços de busca pela paz⁵⁵. O próprio Vargas chegou a lidar com a questão, ao evitar os canais diplomáticos regulares e tratar direta e reservadamente com Agustin Justo, que fez visita oficial ao Rio de Janeiro em outubro de 1933.

De acordo com Barros:

Os dois presidentes, o do Brasil e o da República irmã, não podiam deixar de examinar, em tão feliz oportunidade, o drama que enlutada o Continente. Das conversações entre o Sr. Getúlio Vargas e o general Justo, nasceu a ideia de ser dirigido um apelo conjunto, em nome dos dois países, aos governos do Paraguai e da Bolívia para que cessassem a luta (BARROS, 1938: 47).

Explorando as diferenças de concepções geopolíticas entre o presidente e o chanceler argentino sem, contudo, colocar Justo contra Lamas e com isso comprometer a sustentação política do general, Vargas conseguiu a garantia de que as negociações para a solução do conflito ocorressem em âmbito panamericano e assinou com o presidente argentino o Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação⁵⁶ (SILVEIRA, 1997: 118; CANDEAS, 2017: 190), que, embora tenha ficado sem ser promulgado enquanto não houvesse adesão de mais países da região (CANDEAS, 2017: 191), viria a estabelecer as bases da futura Conferência de Paz, a ser analisada na seção seguinte.

O crescimento gradual do interesse do Itamaraty na resolução da Guerra do Chaco não se dá somente em decorrência do andamento do conflito, como também conforme as ocorrências internas. Após o fim do Levante Paulista, a disputa “oligarquias versus tenentismo” não servia mais aos interesses de Vargas, e precisava acabar a fim de evitar novas guerras civis. Pelo lado das oligarquias, o Governo Provisório fez concessões para evitar nova radicalização da luta política. Pelo lado do “tenentismo”, em crise com os pedidos de demissão em 1933 do interventor do Rio Grande do Norte, Bertino Dutra, e do de São Paulo, Waldomiro Castilho de Lima (SILVA, 1970: 199, 206) e sem uma proposta programática

⁵⁴ Assunto a ser mais explorado no próximo capítulo.

⁵⁵ Mais protagonizar do que efetivamente buscar a paz. Exemplo disso é a proposta de paz feita pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE –, encabeçado até então por Afrânio de Melo Franco, em setembro de 1933. A proposta previa a criação de uma zona de arbitragem em uma ampla área do Chaco a compreender ambos os rios Pilcomayo e Paraguai, em respaldo às pretensões territoriais bolivianas. Ela não foi aceita pelo Paraguai – fracasso como pacificação –, mas afastou Buenos Aires e conquistou a simpatia da Bolívia – sucesso como articulação política (Cf. SILVEIRA, 1997: 114-115).

⁵⁶ O documento consta integralmente nos apêndices desta dissertação.

própria, foi cada vez mais absorvido ou pela corporação militar ou pela política oligárquica de seus respectivos estados (CAPELATO, 1988: 184; PRESTES, 2014: 63, 70, 72, 78).

Além de Espírito Santo Cardoso, outro exemplo desse movimento de absorção é o ex-“tenente” Orlando Leite Ribeiro, nomeado Cônsul de Terceiro Regime em setembro do ano anterior para atuar em Buenos Aires e que, devido ao seu largo conhecimento das questões geopolíticas em jogo na disputa Brasil-Argentina, desempenharia importante papel político diplomático nas relações com o vizinho platino ao longo da década de 1930 (SILVEIRA, 1997: 110-111). Nas correspondências com Getúlio Vargas, juntamente com a questão do Chaco estavam os rumores de que elementos “revolucionários” exilados em Buenos Aires e em Assunção preparavam novo levante a ser feito no Rio Grande do Sul (SILVA, 1968: 34).

Em carta sobre o movimento conspiratório no Prata, Leite Ribeiro denuncia detalhes das ações e alguns dos principais conspiradores:

Seguem com esta, cópias de cinco documentos. (...) Por tudo que li, Dr. Getúlio, estou convencido de que eles vão fazer barulho, embora saibam antecipadamente da derrota. Que é justamente o que apregoam os do grupo Taborda: baderna! antes, durante e após as eleições.

(...) Outro setor importante é o de Mato Grosso, que está sendo organizado por intermédio da Matte-Larangeira. Procurei o atual diretor da empresa, com quem sempre tive relações, notando que ele, com suas velhas relações do Senador Azeredo, Aníbal de Toledo (que hoje faz parte do diretório da empresa no Rio) etc., o homem está trabalhando para essa gente... Não teve a resistência moral de seu velho pai, Don Pancho, que soube resistir ao Bernardes, Washington, etc.⁵⁷

Em meio às ameaças de novos levantes armados, a maior atitude contra elas foi a realização do pleito constituinte, marcado para maio de 1933 pelo Decreto no 21.402, de 14 de maio de 1932 – dois meses antes do Levante Paulista –, e cujas atividades iniciaram-se em novembro do mesmo ano (Ibid.: 198, 218; POLETTI, 2012: 15)⁵⁸.

Em relação aos revoltosos ainda dispostos à sublevação armada:

Notícias fidedignas de Buenos Aires e Montevideú fazem crer no desânimo e na falta de recursos com que lutam os contra-revolucionários lá refugiados. Daí a probabilidade de terem vendido parte do material de guerra recebido ao Paraguai.⁵⁹

⁵⁷ GV c 1933.02.25. *Carta de Orlando Leite Ribeiro a Getúlio Vargas enviando cópias de documentos contendo informações sobre uma nova rebelião e plano de preparação do movimento.* CPDOC. Grafia atualizada.

⁵⁸ Conforme Moraes, a chamada “Revolução Constitucionalista” em nada adiantou ou atrasou o processo constitucional (MORAES, 2018: 75). Quando muito, ajudou a organizar a oposição liberal na Constituinte, cujo domínio numérico e discursivo foi dos conservadores (CARONE, 1973: 91).

⁵⁹ *Carta de Pantaleão Pessoa a Getúlio Vargas, 07/05/1933* (Apud. SILVA, 1968: 55).

Tão logo a guerra contra a Bolívia é oficialmente declarada pelo Paraguai, o Brasil declara sua neutralidade, e diante de tais problemas internos, as primeiras regras tratam de usar o conflito internacional como prerrogativa para combater os conspiradores:

Art. 1º – Os residentes dos Estados Unidos do Brasil, nacionais ou estrangeiros, devem abster-se de qualquer participação ou auxílio em favor dos beligerantes e não deverão praticar ato algum que possa ser tido como de hostilidade a uma das potências em guerra.

Art. 2º – Não é permitido aos beligerantes promover, no Brasil, o alistamento de nacionais seus, de cidadãos brasileiros, ou de naturais de outros países, para servirem nas suas forças armadas.

Art. 3º – É proibido aos agentes do Governo Federal, ou dos Estados brasileiros: exportar ou favorecer, direta ou indiretamente, a remessa de artigos bélicos a qualquer dos beligerantes.⁶⁰

Quanto à Assembleia Constituinte, os representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia lutaram pelo princípio federalista; os dos estados do Norte e Nordeste, onde a presença dos “tenentes” era mais marcante, defenderam a centralização do poder, alegando que o federalismo beneficiava os estados “mais fortes” e o centralismo amparava os “mais fracos”, pois limitava os privilégios daqueles (CAPELATO, 1988: 185). O Decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933⁶¹ fixou que participaram da Assembleia Constituinte 40 deputados classistas, ao lado de 214 representantes eleitos, sendo que havia a presença de socialistas entre representantes classistas e eleitos pelo Partido Socialista de São Paulo, além de um pluripartidarismo que refletia correntes de opinião independentemente das bancadas dos Estados (POLETTI, 2012: 31, 32).

A Constituição aprovada incorporava elementos liberais e democráticos ao mesmo tempo em que avançava na montagem da estrutura sindical corporativista. Em seu espírito conservador, manteve o arcabouço da de 1891 ao mesmo tempo em que foi mais complexa e abrangente do que a anterior. Foi durante a Assembleia Constituinte que as denúncias contra a Standard Oil foram feitas, o que, por consequência, tornou o petróleo um fator político e militar de primeira ordem. Conforme Hage:

Dissimulação da empresa internacional de petróleo ou fruto de questões históricas mal resolvidas, a Guerra do Chaco revelou lição séria aos países da região, a de que os hidrocarbonetos passariam a ser elemento de disputa no longo prazo. (...) Para o Brasil, o aumento de relacionamento diplomático com La Paz não era sem propósito, pois havia nele um traço de

⁶⁰ Decreto Nº 22.744, de 23 de maio de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22744-23-maio-1933-558654-publicacaooriginal-80146-pe.html>. Acesso em 22/09/2023.

⁶¹ Decreto nº 22.653, de 20 de Abril de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22653-20-abril-1933-518292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22/09/2023.

conveniência à medida que a consolidação do processo político e econômico, inaugurado pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, necessitasse de superávit de petróleo para a consecução de seu projeto (...) de industrializar efetivamente o país. Pelo motivo de o território nacional ser pobre em carburantes, e pelas dificuldades de importação do Oriente Médio, aquele governo havia vislumbrado a possibilidade de se conseguir o energético pela aproximação diplomática com a Bolívia, ação de caráter geopolítico com irradiação para o futuro (LAGE, 2007: 116-117).

É neste contexto que é incluído na Constituição de 1934 o Código de Minas, uma das poucas reivindicações econômicas feitas pelo Clube 3 de Outubro que foram atendidas. O código foi redigido pelo então Ministro da Agricultura e ex-“tenente” Juarez Távora (VINHAS, op. cit.: 68; CARONE, 1973: 91, 94).

Entre seus ditames estão:

As jazidas de substâncias minerais úteis à indústria passaram, bem como as minas, a constituir propriedade distinta do solo e não parte integrante deste ou do subsolo em que estiverem encravadas, e seu aproveitamento, quer sejam do domínio público, quer do domínio privado, tornou-se dependente da autorização ou concessão prévia do Governo da União, segundo o regime instituído no presente código.

Ficou assim consagrada na nova legislação a tendência moderna de transformar-se a propriedade em geral, de um simples direito subjetivo do proprietário em uma função social de detentor da riqueza, opondo-se à propriedade-direito do passado, a propriedade função, reconhecida pela cultura econômica dos povos como uma das condições existenciais da sociedade contemporânea.

(...) Pelo Código de Minas, as jazidas desconhecidas, quando descobertas, serão incorporadas, não ao patrimônio particular da União, mas ao patrimônio geral da Nação, como propriedade imprescritível e inalienável⁶²

Por mais que o “tenentismo” estivesse cada vez mais ausente da vida política, os desdobramentos da Guerra do Chaco fizeram com que os “tenentes” seguissem úteis militar e diplomaticamente a Vargas, eleito presidente da Assembleia Constituinte em 1934. Waldomiro Castilho de Lima voltou às suas atividades com o Estado-Maior do Exército – EME – e pela instituição dedicou-se a observar de perto o conflito⁶³, e José Carlos de Macedo Soares, outrora envolvido com a revolta de 1924 e que, ao longo da Constituinte, desempenhou um papel de mediador entre os políticos paulistas e o chefe do Governo Provisório⁶⁴, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores – MRE.

Távora e outros ministros da ponta de lança do “tenentismo” – como Espírito Santo Cardoso, que foi substituído como Ministro da Guerra por Góes Monteiro em janeiro –

⁶² Juarez Távora. Ministério da Agricultura, *Código de Minas*, p. 3-7 (Apud. CARONE, 1973: 95-96).

⁶³ Suas observações serão analisadas no próximo capítulo.

⁶⁴ Verbetes biográficos do CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo>. Acesso em 22/09/2023.

apresentaram cordiais pedidos de demissão, uma vez encaminhada e aprovada a Constituição, com sentimento de “missão cumprida” (Cf. SILVA, 1969: 567-568).

Isso porque, apesar da Constituição de 1934 representar o triunfo das oligarquias reorganizadas após o Levante Paulista, ela continha, além do esboço de projeto econômico industrializante e centralizador positivista – expresso, por exemplo, no Código de Minas –, a base para uma futura escalada autoritária, nos artigos relativos à Segurança Nacional (Cf. CARONE: 1973: 58; BOSI, 1992: 276; PRESTES, 2014: 47):

Art 159 - Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender às necessidades da mobilização.

§ 1º - O Conselho Superior de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da República e dele farão parte os Ministros de Estado, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Armada.

§ 2º - A organização, o funcionamento e a competência do Conselho Superior serão regulados em lei.

(...) Art 161 - O estado de guerra implicará a suspensão das garantias constitucionais que possam prejudicar direta ou indiretamente a segurança nacional.⁶⁵

O próprio Getúlio declarou, em caráter público, seu desdém pela Constituição aprovada⁶⁶, e em caráter privado, que seria seu primeiro revisionista. Uma vez aprovada, a Constituição de 1934 não seria empecilho para a implementação do projeto autoritário encabeçado por Vargas, que, para se manter no poder, dada a resistência oferecida pelo liberalismo regionalista, teria de trilhar a via do golpe militar. Não à toa a cúpula governamental ficou satisfeita e confiante, enquanto a oposição esperava nada mais do que seguir se opondo, e a inquietação estava restrita aos intelectuais (Cf. SILVA, 1969: 562-563, 570-571; PRESTES, 2014: 80).

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ *Ora, quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina, e confunde, a cada passo, as atribuições dos poderes da República. A Constituição de 1934, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação; anula, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem e ao desenvolvimento normal da administração; acoçoa as Forças Armadas à prática do facciosismo partidário; subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão. GV c 1934.07.15/2. Discurso de Getúlio Vargas perante a Assembleia Nacional Constituinte. CPDOC. Grafia atualizada.*

Dentre os inquietos estava Astrojildo Pereira, que à luz da homologação dos golpistas da Aliança Liberal via Constituinte⁶⁷, analisou sua essência com base na trajetória do Governo Provisório e da disputa “oligarquias versus tenentismo” vigente até então.

A nova Constituição, que pretende exprimir a “média” da opinião nacional, segundo a fórmula tão do agrado de alguns chefes do outubrismo, representa em verdade um compromisso entre os grupos tenentistas e constitucionalistas. Constituição de equilíbrio, portanto, e por isso mesmo de precária estabilidade. Nesse sentido pode dizer-se que ela reflete com admirável precisão não a pretensa “média” de uma opinião nacional escamoteada a 3 de maio, mas sim as contradições de interesses que dividem as classes dominantes do país (...). Tal compromisso não faz desaparecer, nem mesmo atenua as contradições e os antagonismos existentes. Ela significa apenas uma trégua diante do perigo comum mais ameaçador: a revolução operária e camponesa, contra a qual o outubrismo vem realizando a fascização sistemática do poder, terreno este em que o acordo é unânime entre os dois grupos. Fora deste terreno, a luta entre ambos prosseguirá, tomando as mais variadas formas de expressão. Constitucionalistas e tenentistas, nacionalistas e regionalistas, federalistas e unitaristas, sulistas e nortistas, etc., são expressões diversas de um mesmo fenômeno básico (PEREIRA, 2022: 159-160).

No campo econômico, lideranças expressivas do empresariado industrial passaram a se aproximar do Governo Constitucional a partir de 1935, quando este passa a firmar importantes parcerias comerciais (DINIZ, in. AXT, 2005: 126).

Por um lado, aderiu a novos acordos estadunidenses, onde produtos brasileiros de exportação primária teriam livre ingresso no território dos EUA em troca de redução de tarifas de produtos industrializados estadunidenses. Tais acordos, de caráter liberal, faziam parte dos convênios de comércio recíproco aprovados pelo Governo Roosevelt em 1934, com o objetivo de reanimar as relações comerciais com a América Latina e expulsar do continente os vultosos acordos bilaterais alemães. Por outro lado, devido à procura por mercadorias mais baratas e escoamento de produtos não contemplados nas exportações aos EUA, estes acordos expandiram-se fortemente no Brasil durante o mesmo período, através de mecanismos informais interbancários, o que tornou o Brasil, no maior parceiro comercial da Alemanha na América Latina (PEDROSA, op. cit.: 45; NASCIMENTO, 2002: 114-116). Tudo de maneira cuidadosa para não sofrer represálias nem de uma potência nem de outra.

Pelo menos em relação a parcerias internacionais, o Brasil estava em patamar superior à possível rival Argentina, cuja economia seguia em constante retração graças às insistências em controle de gastos públicos, ações voltadas para a financeirização e não para a produção, e

⁶⁷ A quem iria essa (...) Assembleia Constituinte delegar o poder presidencial? O escolhido foi Getúlio com 175 votos. Em segundo lugar, com 59 votos, os deputados e representantes de classe não sufragar um nome de oposição ao republicanismo gaúcho: votaram em ninguém menos do que Borges de Medeiros. O castilhismo, rejeitado em 91, era em 34 a pedra angular do sistema político nacional (BOSI, 1992:306).

na priorização de acordos com a também decadente Inglaterra. Insistências estas, frutos da hegemonia ideológica do *laissez-faire* (FAUSTO; DEVOTO, 2002: 266; FONSECA, in. BARROSO; SOUZA, 2013: 309).

Até aqui, o Brasil manteve seu compromisso com a neutralidade na Guerra do Chaco, desempenhando papel secundário na diplomacia em comparação com a Argentina e buscando manter boas relações com os dois beligerantes. Tudo isso em nome de um objetivo econômico maior voltado para a projeção continental, como explica Corsi:

A política comercial adotada a partir de 1934, com o objetivo de ampliar mercados para os produtos brasileiros e voltada em particular para a América do Sul, consiste em um indicio quanto à pretensão do governo Vargas em transformar o Brasil em potência regional. Um dos aspectos dessa política era a expectativa de ampliação das exportações de produtos manufaturados, que contribuiria para transformar o país em um centro econômico da região. Os esforços em ampliar o intercâmbio comercial com o Paraguai e a Bolívia implementados nesse período são ilustrativos (CORSI, 1999: 55).

A postura brasileira no campo diplomático, entretanto, se tornou mais firme após um incidente que elevou a tensão com a Argentina a sem precedentes.

Em 13 de março de 1935, Brasil, Peru e Estados Unidos receberam notificações sobre as propostas de paz argentino-chilenas, onde constava a convocação de uma Conferência de Paz em Buenos Aires, além de uma Conferência Econômica de Estados Vizinhos. Em uma provocação de Saavedra Lamas, o Brasil estava excluído. O caso da exclusão causou enorme alvoroço político-diplomático, o qual ganhou as páginas da grande imprensa em todo o continente, o que levaria, mais tarde, a chancelaria argentina a retroceder, sob a alegação de que a exclusão do Brasil do grupo mediador proposto resultou de um inacreditável erro datilográfico (SILVEIRA, 1997: 132; SILVEIRA, in. AXT, 2005: 144).

A Guerra do Chaco, para Getúlio Vargas, tomava um “rumo obscuro”⁶⁸. Sua escalada a nível continental parecia iminente. Assim constatou Oswaldo Aranha:

Não temos neste continente um país amigo, capaz de nos ajudar, e sabemos de vários capazes de tudo fazer pelos nossos possíveis inimigos. No nosso continente não é mais favorável a nossa posição internacional. Os países indo-espanhóis são os nossos inimigos naturais, não nos podem inspirar confiança e, ainda hoje, guardam para conosco as reservas herdadas das lutas ibéricas, acrescidas das rivalidades continentais. (...) A Argentina não tem motivos para ter modificado sua convicção de que pode nos vencer. Antes, vários fatores vieram fortalecer essa ilusão: a situação econômica, a supremacia naval, o material bélico, o adestramento do Paraguai e as reservas financeiras. A atitude deste país foi o único veto e motivo da sua contenção. Se, como tudo está a indicar, for removido, como

⁶⁸ A carta foi enviada a Oswaldo Aranha, em caráter confidencial, e nela, Vargas detalha suas preocupações com o conflito. O documento, disponibilizado pelo CPDOC (GV c 1934.12.08/1), está transcrito integralmente nos apêndices desta dissertação.

*está sendo, este empecilho, não tenhas dúvida, se não caminhar para a guerra, caminharemos para o domínio arrogante dessa gente, hoje associada a outros, como mostram as últimas démarches do Chaco*⁶⁹.

É nesse clima de guerra iminente que, em abril, um mês antes da viagem de Vargas à Argentina, é decretada a Lei de Segurança Nacional, cujo primeiro projeto foi apresentado em janeiro, passando por mais duas alterações até chegar à sua versão final, suavizada em forma, mas não em essência, que, como os setores sindicais logo perceberam⁷⁰, era ser a arma das classes dominantes contra a ascensão do operariado (SODRÉ, 1986: 35). A promulgação da “Lei Monstro”, de acordo com Edgard Carone, marcou a transição da disputa “oligarquias versus tenentismo” para “oligarquias versus classe operária e oposições liberais” (CARONE, 1973: 6). Embora, no que diz respeito ao terreno do combate social, pode-se chamá-la de “oligarquias e oposições liberais versus classe operária”.

Os liberais paulistas foram buscar no cerne dessa teoria as justificativas para a aceitação da Lei de Segurança Nacional.

Argumentavam que os comunistas estavam provocando um estado de guerra na sociedade brasileira: os “agitadores” desrespeitaram o direito de propriedade. Atentar contra a propriedade (...) significava atentar contra a vida do proprietário. Os insurgentes comunistas punham em risco não só propriedade e proprietários, mas o fundamento básico da ordem social. A Lei de Segurança Nacional representava uma legítima defesa da sociedade contra esses criminosos: prendê-los, expulsá-los ou matá-los era um direito legal (CAPELATO, 1988: 207).

Nessa nova fase, o Clube 3 de Outubro foi dissolvido por iniciativa própria, em abril, e a AIB ocupou o papel que antes era dos “tenentes” de apoiar o projeto autoritário do governo. (MAIO, CYTRYNOWICZ, in. FERREIRA, DELGADO, 2020: 42).

Apesar do enfoque na classe trabalhadora, há um capítulo inteiro dedicado exclusivamente à incitação à guerra – não a de classes ou a religiosa, como é especificado em diversos artigos, mas à guerra em seu sentido comum – , em uma clara advertência aos grupos poderosos que estivessem, por ventura, conspirando para servirem como aliados em uma eventual guerra contra o Brasil:

CAPÍTULO III

Art. 22. Não será tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social (Const., art. 113, n. 9).

⁶⁹ GV c 1935.03.06/1. *Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas defendendo uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face a atual situação internacional.* CPDOC. Grafia atualizada.

⁷⁰ *A nenhum elemento operário que se encontre, no momento, na direção do seu Sindicato de Classe, é lícito desconhecer o perigo iminente, que correm nossas organizações e o seus dirigentes, em face da violenta reação que já vimos sofrendo e que se tornará insuportável com o advento da Lei de Segurança Nacional, chamada “Lei Monstro”.* Manifesto operário contra a Lei de Segurança Nacional. A Platéia, 19/02/1935 (Apud. CARONE, 1973: 416).

§ 1º A ordem política, a que se refere este artigo, é a que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e actividade dos poderes políticos, estabelecidas na Constituição da República, nas dos Estados e nas leis orgânicas respectivas.

§ 2º A ordem social é a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua protecção civil e penal; ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; à organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente.

Art. 23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular.

Art. 24. Fazer propaganda de guerra.

Pena - De 1 a 3 annos de prisão celular⁷¹

Quanto à guerra, após Macedo Soares rejeitar o convite em vista da ofensa de Lamas, Vargas assumiu novamente a ingerência emergencial do trato com a Argentina na questão do Chaco. Desta vez, foi ele quem fez visita oficial a Buenos Aires, em maio de 1935. Entre o firmamento de convênios e do protocolo de construção da ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres, chegou-se a um acordo quanto à necessidade urgente de obter o término das hostilidades, e passou-se a pressionar o chanceler da Bolívia, Tomás Elio, e o do Paraguai, Luis Riart, nesse sentido. Macedo Soares promoveu encontros em separado com os dois na embaixada brasileira (SILVEIRA, 1997: 143; CANDEAS, 2017: 191).

De acordo com Jayme de Barros:

O Brasil e a Argentina, pela primeira vez agindo em conjunto queriam a paz. Desejavam-na intimamente, a Bolívia e o Paraguai, já esgotados e com enormes dificuldades na aquisição de armamentos. Todo o esforço consistiria em agir bravamente para evitar que um décimo oitavo desastre diplomático obrigasse os dois países a prosseguir na luta desumana e brutal que durava havia três anos. Estava situado o problema. Cumpria resolvê-lo (BARROS, 1938: 74).

Tal resolução se daria na Conferência de Paz. A maneira como ela foi influenciada pela atuação brasileira, bem como os impactos que causou nos rumos políticos do Brasil, são os assuntos da próxima seção.

O Brasil diante da Conferência de Paz de Buenos Aires

⁷¹ Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em 22/09/2023. Grafia atualizada

Enquanto a Guerra do Chaco foi levada dos campos de batalha para a mesa diplomática, setores políticos de oposição a Vargas começavam a costurar articulações para derrotá-lo. Alguns pela via eleitoral – com destaque para a candidatura do paulista e sócio do OESP Armando de Sales Oliveira –, outros pela insurrecional. Essa, articulada no Rio Grande do Sul, ameaçava iniciar uma nova guerra civil no Brasil, que seria alimentada por armamentos do confronto interrompido em torno do Chaco Boreal, de forma bem semelhante a como a Bolívia se beneficiou dos armamentos vindos do Peru, adquiridas para um possível confronto armado com a Colômbia.

Como já foi abordado neste capítulo, era conhecida por Vargas a relação de proximidade entre conspiradores das regiões sul e centro-oeste com os argentinos e paraguaios no contexto da Guerra do Chaco. Tal proximidade se manteve durante o cessar-fogo. A conspiração encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha – que sonhou repetir a escalada golpista de Vargas – para derrubar o governo que “não cumpriu as promessas da revolução” (SILVA, 1970: 225-226), vinha sendo alimentada pelas armas paraguaias acumuladas no Chaco para uma eventual retomada dos conflitos armados. É o que revela a seguinte correspondência entre o político gaúcho José Loureiro da Silva e Miguel Tostes, Secretário Geral do Interior e Segurança.

O elemento de ligação do Flores com os provisórios é o Quim Cezar. Foi a Santa Catarina entender-se com os elementos comunistas que fugiram ultimamente e estão no comando das forças, inclusive o Trifino Correia [Ex-membro da Coluna Prestes, militante pela ANL]⁷². Avisam-me que por perto de Marcelino Ramos é que está o armamento vindo do Chaco.⁷³

E a seguinte correspondência entre Agamenon Magalhães, então chefe do Ministério da Justiça – MJ –, e os deputados Luzardo e Benjamin Vargas.

Os oficiais do grupo de Dorso, segundo informações que colhemos, já estão pernoitando em casa. É preciso acentuar que este grupo se acha localizado na frente de um corpo da Brigada, e além disso, há o grupo de Artilharia que está isolado. Temos certeza absoluta de ligações de Flores com Trifino Correia e outros graduados membros da Aliança Libertadora. Queremos muito especialmente chamar atenção do Governo para o caso Collor. Collor é a alma da conspiração e trama junto do Governador. Sua recente viagem a Buenos Aires, segundo acabamos de ser informados de quem ouviu de Flores, foi contratar aviadores que serviram na guerra do Chaco. E parece ter contratado seis com os respectivos aparelhos. Sua partida urgente, agora, para São Paulo e Rio, prende-se positivamente à articulação política e conspiração com os paulistas e outros elementos no Rio.

⁷². Verbetes biográfico do CPDOC, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA.%20Trifino.pdf>. Acesso em 22/09/2023.

⁷³ GV c 1937.03.20/2. Carta de José Loureiro da Silva a Miguel Tostes fazendo um balanço da situação política e militar no Rio Grande do Sul e informando que aguarda um sinal do Governo Federal para iniciar o combate contra o grupo de Flores da Cunha. CPDOC. Grafia atualizada.

*(...) No Rio Grande a situação é indisfarçavelmente grande. No Rio Grande está se jogando nesta hora a sorte do governo Getúlio e a nossa própria*⁷⁴

Quando essas correspondências foram escritas, o Brasil estava sob fortes medidas de exceção que, assim como a Lei de Segurança Nacional, vieram de guinadas imprevisíveis no conturbado cenário da guerra. Neste caso, dos dois golpes militares ocorridos no Paraguai e na Bolívia que serviram de pretexto para serem freadas as negociações de paz.

O nacionalismo exacerbado do governo de Rafael Franco e a ausência neste de projeto claro (COUCHONAL, 2014: 155) provocaram muita preocupação nos círculos internos do governo federal brasileiro. É o que demonstra a seguinte correspondência do ex-ministro de Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, para Orlando Leite Ribeiro:

Causou surpresa aqui a revolução paraguaia e, sobretudo, a prisão do herói da guerra do Chaco: general Estigarribia.

Receio que isso venha a influir nas negociações para a paz e até mesmo na projetada conferência inter-americana, sugerida pelo presidente F. Roosevelt. Se a questão não tiver sido provocada por uma luta entre generais, ou entre os vários heróis paraguaios, poderá, talvez, ter um caráter comunista – o que será, certamente, um perigo para os vizinhos.

*As notícias ainda são confusas, mas a inquietação tem motivos justificados.*⁷⁵

Na mesma carta, está expresso também o desdém pelo regionalismo político e pelo processo eleitoral estabelecido na Constituição de 1934:

*A verdade, que esses brasileiros degenerados não querem ver, é que o Brasil não pode mais suportar o abalo de uma campanha presidencial, com os excessos que caracterizam sua luta política entre nós. Ainda estamos no meio do período presidencial atual e já tudo se faz visando a substituição do chefe de Estado!*⁷⁶

Em resposta a tais fatores externos e internos, foi promulgado o Decreto nº 702, de 21 de Março de 1936, no qual:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil, autorizado pelo artigo segundo do decreto legislativo número oito, de 21 de dezembro de 1935, e nos termos do artigo segundo do decreto n. 532, de 24 de dezembro do mesmo mês e ano:

Atendendo a que novas diligências e investigações revelaram grave recrudescimento das atividades subversivas das instituições políticas e sociais;

Atendendo a que se tornam indispensáveis as mais enérgicas medidas de prevenção e repressão;

⁷⁴ GV c 1937.04.18. Correspondência sobre a gravidade da situação política e militar do Rio Grande do Sul. Inclui informações a respeito da movimentação das tropas controladas pelo governador, críticas à atuação do Gal. Esteve no comando da 3ª RM, referências à presença de capangas, contratados por flores da Cunha, no recinto da Assembléia Legislativa e pedidos de providências urgentes relativas à dissolução dos provisórios e recrutamento de reservistas. CPDOC. Grafia atualizada.

⁷⁵ GV c 1936.02.20. Carta de Afrânio de Melo Franco a Orlando Leite Ribeiro comentando a situação política do país e sua apreensão face à utilização de práticas políticas do antigo regime. CPDOC. Grafia atualizada.

⁷⁶ Ibid.

Atendendo a que é dever fundamental do Estado defender, a par das instituições, os princípios da autoridade e da ordem social:

RESOLVE:

Art. 1º É equiparada no estado de guerra, pelo prazo de noventa dias e em todo o território nacional, a comoção intestina grave articulada em diversos pontos do país desde novembro de 1935, com a finalidade de subverter as instituições políticas e sociais.

Art. 2º Durante o período a que se refere o artigo anterior, ficarão mantidas, em toda sua plenitude, as garantias constantes dos números 1, 5, 6, 7, 10, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 32, 34, 35, 36 e 37, do art. 113 da Constituição da República, ficando suspensas, nos termos do art. 161, as demais garantias especificadas no citado art. 113 e bem assim as estabelecidas, explícita ou implicitamente, no art. 175 e em outros artigos da mesma Constituição.

Art. 3º O ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores superintenderá a execução das medidas decorrentes das disposições anteriores, expedindo, para esse fim, as instruções que se tornarem necessárias.

Art. 4º O presente decreto entrará em vigor imediatamente e seu texto será comunicado por via telegráfica aos governadores dos Estados e interventor federal do Território do Acre.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.⁷⁷

Quando o prazo de noventa dias estabelecido pelo decreto nº 702 se aproximou do fim, ocorreu o golpe na Bolívia. Isto somado às movimentações em andamento para a derrubada de Vargas – fosse por via eleitoral, mais fortalecida, quanto por via insurrecional, mais enfraquecida – levou ao prolongamento da equiparação do Estado de Sítio com Estado de Guerra em junho.

Curiosamente, enquanto decretava guerra no âmbito interno, o Governo Vargas ratificou o compromisso com a paz no externo:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Tendo sido ratificado o Tratado antibélico de não agressão e de conciliação concluído e firmado entre o Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933 e;

Havendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação, por parte do Governo brasileiro, em Buenos Aires, a 26 de agosto de 1936;

Decreta:

77

Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-702-21-marco-1936-472177-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/09/2023.

*Que o referido Tratado (...) seja executado cumprido tão inteiramente como nele se contém.*⁷⁸

Munidas de plenos poderes, a polícia e as autoridades passaram a atingir com mais profundidade todo tipo de oposição ao Governo Vargas – congressistas, jornais, sindicatos, comunistas etc. – o que beneficiou as oligarquias com repressão nos Estados e unanimidade no Congresso. Neste cenário, os integralistas, liderados por Plínio Salgado, também foram beneficiados, pois se tornaram “guardiões da ordem” e delatores da oposição (CARONE, 1973: 66). Além disso, o Estado de Guerra permitiu ao Governo Constitucional aplicar medidas ferrenhas de apaziguamento das querelas regionais para assim integrar as classes políticas dominantes espalhadas pelo país em um projeto nacional centralizado, assim fazendo com todas, à exceção de São Paulo, Bahia e Pernambuco (CARONE, 1976: 7).

No Sul e Centro-Oeste, as medidas sugeridas ao então Ministro da Justiça são aplicadas⁷⁹, e as pretensões golpistas de Flores da Cunha freadas. Isso, juntamente com a derrubada do governador de Mato Grosso Mário Correia da Costa – cuja oposição era feita pela Aliança Mato-grossense, liderada por Filinto Müller – tratou de isolar politicamente a candidatura de Sales Oliveira, à essa altura meramente decorativa (SILVA, 1970: 295-296, 321-322). No Nordeste, a violência foi imensa. Acusada de abrigar apoiadores da quartelada em Natal, uma vez que muitos de seus residentes vinham do Rio Grande do Norte, a comunidade Caldeirão de Santa Cruz do Deserto em Crato, Ceará, há onze anos a desafiar o poder dos latifundiários locais com sua organização socioeconômica cooperativista, foi sumariamente exterminada em 11 de maio, deixando centenas, talvez milhares de mortos⁸⁰.

⁷⁸ Decreto nº 1077 de 01/09/1936. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/149015-promulga-o-tratado-anti-bellico-de-nuo-agressuo-e-de-conciliauuo-firmado-entre-varios-paizes-no-rio-de-janeiro-em-10-de-outubro-de-1933.htm>. Acesso em 11/09/2023. Grafia atualizada.

⁷⁹ *Em face disso, para a vitória da causa, julgamos indispensável:*

- 1) *Instruções mais categóricas e enérgicas ao comandante da Região, a fim de não lhe suceder o que aconteceu com o General Gil em 1930#;*
- 2) *Medidas mais eficazes referente a censura da imprensa, rádios transmissoras, e a vigilância de estradas de ferro, aviões e navios a vapor;*
- 3) *Garantir de fato a Assembleia (...);*
- 4) *Convocar imediatamente a Brigada Militar;*
- 5) *Interpelar o governador sobre a organização dos corpos provisórios, movimentos de grupos no interior do Estado e recrutamento de cavalcadas;*
- 6) *Ocupação da via férrea;*
- 7) *Ordenar ao Exército para receber reservistas, pois julgamos indispensável a cooperação de elementos civis;*
- 8) *Discussão dos vetos na Assembleia e denúncias ao governador;*
- 9) *Decretação da intervenção no Rio Grande, o que em nome da maioria da Assembleia do Estado julgamos dever levar a conhecimento do governo federal.*

GV c 1937.04.18.CPDOC. Grafia atualizada.

⁸⁰ DEMOCRACIA, Memorial da. *SÍTIO DO CALDEIRÃO, NO CE, É MASSACRADO*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunidade-do-caldeirao-e-massacrada#card-77>. Acesso em: 26 jun. 2023.

O Estado de Guerra só é revogado em junho de 1937, quando Macedo Soares chega ao MJ. Entretanto, com a situação interna já bastante favorável à implementação de uma ditadura, tal ação nada mais representou do que uma legitimação maior para a narrativa que justificou o Golpe de 10 de Novembro. Em outubro, após a divulgação do documento falso *Plano Cohen*, que supostamente descrevia um complô guiado pela URSS para instaurar um regime judaico-comunista no Brasil, o Congresso aprova novamente o Estado de Guerra⁸¹.

Conforme Carone:

Pressionadas pelo governo e militares, as forças civis e oposicionistas recuam e o Congresso, que revogara as medidas de exceção, volta a decretar o Estado de Sítio e o Estado de Guerra. Só que agora elas vão ser dirigidas contra segmentos da própria classe dirigente e não mais contra o operariado e a classe média. A ação destas classes já se encontra paralisada com a repressão que começa em 1935, fecha os sindicatos e partidos, prende e tortura suas lideranças. O terror torna-se prática corrente, mas nunca é denunciado pelas oligarquias. Agora, a luta vai se dar no plano dos grupos dirigentes. O golpe de 10 de novembro é o início deste processo (CARONE, 1976: 8).

Logo no dia do golpe, foi decretada a moratória da dívida externa e estabelecida uma política cambial restritiva, o que feriu frontalmente os interesses estadunidenses no Brasil. A partir da implantação do governo ditatorial denominado Estado Novo, prevalece a centralização na economia, que se deu na criação de diversos institutos, tais como o do Pinho, o do Sal, o do Cacau e o do Açúcar e do Alcool, com o objetivo de controlar a produção nacional e os grupos de famílias que dominavam determinados setores de produção primária e de transformação (SILVA, 1997: 41; CORSI, 2000: 92).

Também no dia do golpe, foi promulgada uma nova constituição, aos moldes positivistas rio-platenses e aos fascistas, porém, acima de tudo, de forte caráter nacionalista. A “Polaca”, como ficou conhecida pejorativamente a constituição escrita por Francisco Campos e Vicente Rao desde os fins de 1936 (CARONE, 1976: 142), veio para reforçar tais políticas vindas da constituição anterior, como o Código de Minas e Energia, e diminuir as tendências liberais, oligárquicas e democráticas que a tornavam tão contraditória (Cf. PORTO, 2012).

De acordo com o seu artigo 180, *enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União*⁸². Munido de tal prerrogativa, Vargas passou a governar através de decretos-lei (CANCELI, 2017: 13). Com um deles, o de número 37, expedido em

⁸¹ *Este pseudo-documento, forjado pelos integralistas e divulgado pelo Exército, só torna-se eficiente porque bate numa tecla sempre usada pelas classes dirigentes, pelos fascistas e até pelo Exército – o anticomunismo (CARONE, 1976: 8).*

⁸² *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 11/09/2023.

dezembro, colocou na ilegalidade a AIB, uma de suas colaboradoras mais ferrenhas na escalada autoritária que levou ao Estado Novo, conforme os artigos seguintes:

Art. 1º Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.

§ 1º São considerados partidos políticos, para os efeitos desta Lei, todas as arregimentações partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral, assim como as que, embora não registradas em 10 de novembro do corrente ano, já tivessem requerido o seu registro.

§ 2º São, igualmente, atingidas pela medida constante deste artigo as milícias cívicas e organizações auxiliares dos partidos políticos, sejam quais forem os seus fins e denominações.

Art. 2º É vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares compreendidos no art. 1º.⁸³

A Constituição de 1937 também foi razão de desconfianças entre empresariado e o governo estadunidenses, pois representava aceno tanto para a expropriação de empresas norte-americanas do governo Cárdenas no México quanto para o estreitamento dos vínculos com o nazi-fascismo. Vargas contou com a colaboração assídua de Aranha para tranquilizar os Estados Unidos e garantir seus capitais para a implementação de um amplo programa de obras (CORSI, 2000: 91-93). Além disso, o Brasil, como já foi dito, era o principal aliado dos Estados Unidos na questão do Chaco, servindo de entrave para os projetos econômicos e geopolíticos argentinos. Assim sendo:

O governo Roosevelt, por sua vez, não radicalizou: aceitou a ditadura Vargas como um fato “normal” da vida política da região. A política de boa vizinhança acabou falando mais alto: era preferível recuar em alguns interesses particulares a comprometer os interesses estratégicos. Além disso, o governo norte-americano talvez avaliasse que uma ação radical contra o Brasil poderia jogar Vargas nos braços da Alemanha (Ibid.: 93-94).

Para os interesses brasileiros daquele momento, convinha encerrar os trabalhos na Conferência de Paz o mais rápido possível, antes que o conflito armado pudesse começar novamente. Além dos desastres que tal eventualidade poderia acarretar, a compra constante de armamentos, tanto por parte do Paraguai quanto da Bolívia, estava favorecendo Flores da Cunha, que mesmo destituído do governo e exilado no Uruguai desde outubro de 1937, seguia a conspirar contra o governo federal. É o que mostra seguinte correspondência de Adolfo Cardoso de Alencastro Guimarães, funcionário do MRE na Argentina, a Vargas:

⁸³ Decreto nº 37, de 2 de Dezembro de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/09/2023.

Falando sobre atividades subversivas no Brasil, confirma que Flores está em atividade, ligado a elementos comunistas como a todos que querem perturbar a ordem, tendo Nemo Canabarro Lucas como assessor técnico... Lembra que Canabarro Lucas é inteligente e hábil, tendo servido como comandante de regimento na guerra do Chaco, sob as ordens de Estigarribia, também hostil ao Brasil segundo informações que teve aqui. Em conversa com oficiais argentinos, ficou inteirado que o Paraguai e a Bolívia estavam comprando armamento na França, Inglaterra e outros países, e que Flores estava em negociação para ficar com parte deste material destinado ao Paraguai. Encontrou muita reserva e desconfiança nos círculos militares, políticos e diplomáticos, PARECENDO-LHE QUE ESPERAM ALGUMA COISA NO BRASIL, principalmente a gente ligada a S. Lamas⁸⁴.

A “coisa” que aconteceu teve, afinal, envolvimento de Flores da Cunha, assim como de Julio de Mesquita Filho, proprietário do OESP, Euclides Figueiredo, comandante das tropas paulistas durante a guerra civil de 1932, e Octávio Mangabeira, chefe do MRE à época de Washington Luís na presidência (ZIMBARG, 2001: 138). Mas nenhum desses teve protagonismo na empreitada. Quem a planejou e executou foi a AIB, em 11 de maio, tendo sido debelada no mesmo dia.

Conforme Carone:

O movimento de 10 de novembro termina com o partido e Plínio Salgado julga-se “traído”. Mas, covardemente, foge a um conflito direto, como sempre o fizera no passado e também posteriormente. O papel de acusador cabe ao General Newton Cavalcanti, integralista notório, que sempre nega a sua posição ideológica. Só mais tarde, pressionado pelos companheiros que foram enganados e que lhe pedem prestação de contas, é que Plínio Salgado rompe definitivamente com Getúlio Vargas.

Neste momento os radicais integralistas não têm mais ilusão e partem para um confronto armado: o líder é o médico Belmiro Valverde. Este se aproxima de liberais como Otávio Mangabeira e o Tenente Severo Fournier; obtém aprovação de oficiais da Marinha e oficiais de diversas Forças Públicas.

O golpe de 11 de maio de 1938 é antecedido por diversos movimentos pequenos, alguns deles tendo eclodido parcialmente entre janeiro e março de 1938, outros goraram antes de sua realização. A polícia e o Governo estão prevenidos, mas parece que apesar dos fatos concretos e denúncias, há interessados em ignorar a preparação do golpe. Quando este se realiza finalmente em 11 de maio, Getúlio Vargas quase é morto e as ações imediatas para o contra-ataque tardam propositalmente; só depois é que os integralistas são cercados no Palácio Guanabara e no Arsenal da Marinha e muitos deles são fuzilados friamente pela polícia (CARONE, 1976: 28-29).

Por ter contado com as armas destinadas ao Paraguai e à Bolívia repassadas por Flores da Cunha, conforme relata a correspondência entre Alencastro Guimarães e Vargas, o

⁸⁴ GV c 1938.03.01. Carta de Adolfo Cardoso de Alencastro Guimarães a Getúlio Vargas transmitindo informações de Góes Monteiro sobre sua viagem à Argentina, a hostilidade dos Ministros da Guerra e da Marinha desse país para com o Brasil e solicitando que o Itamarati solicite o abreviamento de sua viagem. Informa também sobre o estado de saúde do embaixador do Brasil em Buenos Aires. CPDOC. Grafia atualizada. Grifos nossos.

malsucedido *Putsch* Integralista pode ser considerado o último rescaldo da Guerra do Chaco em território brasileiro. Dois meses depois, o conflito boliviano-paraguaio chegou oficialmente ao fim com o já mencionado tratado de paz.

Considerações finais

A visão firme, porém maleável, da postura brasileira perante a Guerra do Chaco mostra-se como mais um exemplo da modernização restauradora que define o lugar contraditório da “Era Vargas” na história republicana do Brasil, uma vez que:

O molde comtiano, menos rígido e dogmático que à primeira vista parece ao leitor do filósofo, revelou-se, em várias instâncias, flexível e pragmático, só endurecendo em horas de crise, isto é, quando grupos rebeldes da sociedade civil (comunistas e integralistas, na década de 30) tentaram abalar aquela ordem que o poder julgava indispensável para consolidar o seu projeto modernizante. Mas, nas conjunturas de folga, a cooptação paternalista houve-se com eficácia e estreitou as relações entre os sindicatos e os aparelhos executivos e judiciários do Estado que marcaram fundo o nosso modelo trabalhista. Modelo que, no final das contas, acabou sendo o modelo de nosso capitalismo, sobretudo nos maiores centros urbanos (BOSI, 1992: 305).

Em seu pragmatismo, adaptou-se às circunstâncias cambiantes do contexto internacional e da política interna, movendo-se cautelosamente em função das crises e oscilações típicas daquele momento histórico.

Na verdade, Vargas foi, ao mesmo tempo, ou sucessivamente, progressista ou conservador, conciliador ou intransigente, autoritário ou democrata, elitista ou paternalista, intérprete das forças de continuidade ou de mudança, de acordo com sua própria leitura dos sinais do tempo. Por trás das várias faces, um projeto nacional de desenvolvimento se impunha, a despeito das resistências de diferentes matizes (DINIZ, in. AXT, 2005: 121-122).

Ao longo do conflito boliviano-paraguaio, a diplomacia brasileira, junto com os ministros das áreas econômicas, haviam se aprimorado graças a toda a experiência de negociação habilidosa e pragmática adquirida desde os primeiros anos de governo. Entretanto, as tensões políticas em torno das eleições presidenciais marcadas para o ano seguinte ameaçavam minar não apenas a governabilidade de Vargas como também seus projetos econômicos de desenvolvimento do país via industrialização (LEOPOLDI, KOIFMAN, in. FERREIRA, DELGADO, 2020: 230, 276, 282).

Esses projetos, como estiveram entrelaçados com o desenrolar da Guerra do Chaco, bem como o papel dos militares nisso tudo, formam o assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: NAÇÃO QUASE EM ARMAS: O ENVOLVIMENTO MILITAR-GEOPOLÍTICO DO BRASIL NA GUERRA DO CHACO

Até aqui, percebeu-se uma postura majoritariamente reativa por parte do Governo Vargas a respeito da Guerra do Chaco, e um grande número de autores relega o Brasil a um mero papel de observador. O que este capítulo buscará mostrar é que tal papel tem sido bastante subestimado. Documentos do Acervo Getúlio Vargas no CPDOC e do Arquivo Histórico do Exército mostram que houve também uma postura ativa exercida pelo governo brasileiro de maneira consciente e coordenada.

Na primeira seção, serão analisadas as diferenças de postura internacional entre as gestões Washington Luiz e Getúlio Vargas, bem como os projetos logísticos do governo brasileiro existentes desde a Primeira República e resgatados por Vargas no contexto de guerra iminente entre a Bolívia e o Paraguai. Aqui, os antecedentes do conflito entre Peru e Colômbia conhecido como Questão Letícia serão rapidamente abordados para melhor contextualizar a dinâmica entre ruptura e continuidade nos dois períodos.

Em seguida, veremos a ligação bastante próxima entre a Guerra Civil Paulista e a Guerra do Chaco, e como o Governo Provisório venceu a primeira instigando a segunda. A terceira seção discorrerá a respeito das avaliações, pelos militares governistas, dos riscos que a guerra pela posse do Chaco Boreal representava para a segurança nacional, em razão da disputa geopolítica continental com a Argentina e dos eventuais aliados internos – derrotados na guerra civil, mas ainda influentes – que a nação platense teria, com destaque para a Companhia Matte Larangeira.

Por fim, a última seção se dedicará a mostrar como essas avaliações, somadas aos resultados da Guerra do Chaco, levaram o Estado Novo a conduzir a Marcha Para o Oeste em direção ao atual Mato Grosso do Sul.

A projeção continental do Brasil, de Washington Luiz a Getúlio Vargas

As delimitações de fronteiras ocorridas na América do Sul ao longo da década de 1930 tiveram início na década de 1920. As divergências entre o Peru e a Colômbia relativas às cláusulas do Tratado Salomón-Lozano de 1922 desembocaram na Questão Letícia dez anos depois (JUNIOR, 2022: 23), bem como os já abordados incidentes nos fortes Sorpresa e Vanguardia foram o estopim para a Guerra do Chaco. No mesmo ano em que Rojas Silva era executado por forças bolivianas, o Brasil também passou a dar mais atenção às suas próprias fronteiras. Conforme Rodrigues e Silva:

Em 1927, o então presidente da república do Brasil, Washington Luís Pereira de Sousa (15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930) determinou a inspeção das fronteiras do Brasil até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo então o General de Divisão, Cândido Mariano da Silva Rondon, nomeado Inspetor de Fronteira. A inspeção no Norte e no Centro-Oeste tinha por objetivo percorrer a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados brasileiros do Pará, do Amazonas, e do Mato Grosso (Atuais Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). O reconhecimento das fronteiras brasileiras no Norte e Centro-Oeste se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território (RODRIGUES, SILVA, 2019: 4).

Com as políticas econômicas do Governo Washington Luiz voltadas às relações ultramarinas, como o retorno ao padrão-ouro e a proteção ao café dos efeitos da crise financeira que se anunciava (VISCARDI, 2012: 303-304), as ações de inspeção fronteiriça e integração territorial promovidas neste período constituíram primordialmente como medidas de segurança. Este governo buscou manter as relações harmoniosas construídas, ao longo das duas últimas décadas, tanto com a Bolívia quanto com o Paraguai, o que motivou uma orientação ao Ministério das Relações Exteriores – MRE – de completa neutralidade, retração e reserva quanto à questão do Chaco (BIEBER, op. cit., 270).

À época, quem estava à frente do MRE era o ex-deputado da Bahia Octávio Mangabeira. Ligada às tradições liberais, a gestão introspectiva de Mangabeira na questão do Chaco agravou a autoexclusão do Brasil na comunidade internacional, iniciada durante a inconsequente e mesquinha política externa do Governo Artur Bernardes (RODRIGUES; MIALHE, 2003: 157-158; CARVALHO, 2019: 61). Além disso, foi firmado com a Colômbia o Tratado de Limites e Navegação Fluvial. Fruto de uma ata estadunidense na qual o Brasil se colocou em posição subserviente, o tratado garantiu a manutenção da linha divisória contestada pelo Peru, o que, embora tenha, a princípio, resolvido a questão limítrofe na região amazônica, arrefeceu as tensões em direção a um conflito (BARROS, 1937: 21; JUNIOR, 2022: 24).

Ao contrário do MRE, o Estado Maior do Exército – EME – demonstrou preocupação com a disputa boliviana-paraguaia desde quando ela deu sinais de que poderia escalar para algo mais grave. Datam de 1928, ano do ataque paraguaio a Vanguardia, os primeiros documentos secretos da 2ª seção de informação do Estado Maior do Exército que registram o acompanhamento da questão do Chaco Boreal, em seus aspectos políticos, geográficos e militares (RODRIGUES; SILVA, 2019: 19). Desta maneira, o apoio majoritário do Exército

ao movimento golpista que tomou o poder em 1930 pode ser explicado pela ruptura com o modelo liberal que vinha trazendo tantos riscos à integridade territorial nacional.

No campo das relações internacionais, isso significava retomar os princípios consolidados no Itamaraty no período Rio Branco, esquecidos após uma espécie de interregno liberal-clássico, de alinhamento mais direto e incondicional à política estadunidense, entre 1912 e 1930, com destaque na abordagem de cada problema fronteiriço na sua especificidade própria voltada mais para a rivalidade permanente com a Argentina e menos para um alinhamento automático com a política estadunidense (SILVEIRA, in. AXT, 2005: 139; RICUPERO, 2013: 407, 418, 423). Para tanto, Afrânio de Melo Franco foi escolhido como Ministro das Relações Exteriores, no lugar de Octávio Mangabeira, que havia sido destituído e preso um dia após o golpe.

Jayme de Barros resume a relação entre restauração e modernização da política externa brasileira nos seguintes termos:

O ambiente revolucionário, criado em 1930, com o Chefe do Governo Provisório investido de poderes discricionários, favoreceu a mudança que se impunha na nossa política externa.

Sem o fetichismo dos cânones diplomáticos, habituado a ir direto à essência dos problemas, possuído de uma poderosa consciência nacionalista, orgulhoso da independência e da soberania do Brasil, o Sr. Getúlio Vargas deu, com decisão, outro sentido, objetivo e claro, aos nossos negócios exteriores. Nestes últimos sete anos [1930-1937], sob sua direção, prestigiado por ele, o Itamaraty reintegrou-se, como desejava, na sua velha política realista, cujos grandes feitos se interromperam com a morte de Rio Branco. Se o problema internacional brasileiro não era mais, como no tempo do inesquecível chanceler, eminentemente político, e sim econômico, urgia situá-lo nos seus precisos termos.

A primeira providência foi procurar estabelecer o equilíbrio nas trocas de produtos, numa atitude de defesa contra os países que cerceavam nossa expansão comercial. Passaram os nossos mercados internos a exercitar o seu poder aquisitivo no estrangeiro de acordo com as condições de acolhimento, em cada país, da produção nacional. Acordos provisórios, pactos definitivos, bilaterais, foram elaborados pelo Sr. Afrânio de Mello Franco, em obediência a essa firme e enérgica política de compensações.

(...) No que diz respeito à América, cingimo-nos, dentro do mesmo espírito realista, aos imperativos geográficos (BARROS, 1938: 7-8).

Barros cita os estudos do então capitão Mário Travassos, compilados em *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, escrito em 1930 e divulgado em círculos internos em 1931, como as principais evidências destes “imperativos geográficos”. No ensaio, Travassos exalta o governo de Getúlio Vargas, que, sem sua avaliação, *por método no caos de nossas iniciativas tão desordenadas* (TRAVASSOS, 1938: XXVIII), além de conclamá-lo a realizar tarefas consideradas fundamentais:

Agora, só nos resta confiar os “Aspectos Geográficos Sul-Americanos”, que vimos de coordenar, à sabedoria dos nossos patrícios de boa vontade.

(...) Não há dúvida que são lanços vultosos para quem dificilmente vai mantendo o que existe. Mas é um dever político que incumbe ao Brasil, não só do ponto de vista nacional como continental (TRAVASSOS, 1938: XXXV; 103).

O estudo de Travassos se baseia em dois pontos: a Argentina como rival na disputa pela supremacia econômica e geopolítica da América do Sul, e os Estados Unidos como aliado preferencial, porém não confiável.

A amplitude da influência do Estado Argentino, remontando a bacia do Prata por vales e divisores, repercutindo já para além de sua própria órbita hidrográfica, tendendo a rematar seu domínio por onde o tráfego seja capaz de levá-lo, traduz-se praticamente num desequilíbrio geopolítico em favor do Prata, na luta multissecular entre a bacia do Prata e a bacia do Amazonas (Ibid.: XXIII).

Dada a importância avassaladoramente crescente do avião e do automóvel, sem dúvida nenhuma cabem à borracha e ao petróleo as referências que devem balizar o primeiro lançamento das influências político-econômicas yankees em território sul-americano.

A esses imperativos respondem o controle exercido pelos americanos sobre o petróleo da Venezuela, da Colômbia e do Peru e a atuação da Ford na Amazônia.

Se levarmos em conta as medidas de segurança adotadas pelo Equador e pela Bolívia por meio de legislação adequada a manter, em qualquer caso, a nacionalização de seu petróleo, pode-se facilmente verificar por onde andam já as influências yankees em território sul-americano (Ibid.: 78).

O texto de Travassos foi escrito em meio ao acirramento das tensões entre Paraguai e Bolívia na questão do Chaco, embora esta não seja diretamente mencionada. Neste contexto, de acordo com Stanley Hilton:

A disputa entre a Bolívia e o Paraguai pela região do Chaco já ameaçava assumir uma feição militar. Com o Brasil mergulhado em sua própria crise político-financeira e ressentindo-se de um aparato militar e naval eficiente, qualquer diplomacia agressiva poderia ser desastrosa. Melo Franco, assim, procederia com tato e discrição, procurando sempre exercer sua influência no sentido de uma solução conciliatória e demonstrar isenção e objetividade. "Nosso ponto de vista inalterável é o de colaborar de qualquer modo para a paz americana," telegrafou à Legação em La Paz em meados de 1931, "e a nossa atitude deve continuar a ser de completa imparcialidade aí e em Assunção (HILTON, 1986: 26. Apud. CARVALHO, 2019: 74).

Tal equilíbrio entre influência e imparcialidade buscava evitar problemas para o Brasil que pudessem aparecer na aproximação que fazia com a Bolívia quando esta iniciou seu Plano de Penetração no Chaco. Um dos empreendimentos civis previstos para ocuparem as áreas do Chaco Boreal pretendidas pela Bolívia era a construção da linha férrea que ligaria Santa Cruz de la Sierra até Santos e Rio de Janeiro, fornecendo à nação altiplana o tão almejado acesso para o Atlântico e ao Brasil para o sistema ferroviário continental.

Em um documento preservado no acervo do CPDOC e datado de 22 de julho de 1931, Getúlio Vargas faz um balanço sobre os acordos e tratados com a Bolívia sobre delimitação de

fronteiras e construção de ferrovias para estabelecer uma interligação ferroviária do Brasil com o restante da América do Sul, alinhado com os pontos de Travassos a respeito da Bolívia.

Volta-se a tratar da ligação, por estrada de ferro, de Santa Cruz de la Sierra a Corumbá, ponta dos trilhos da Noroeste. O projeto dessa ligação é um dos signos da preponderância política da vertente do Atlântico sobre a do Pacífico, de que temos tratado já algumas vezes e, certamente, será realidade próxima se influências estranhas e contrárias não voltarem, por sua vez, a manifestar-se novamente.

O território boliviano pode ser considerado como o centro geográfico do continente sul-americano, seja por sua posição como expansão oriental dos mais importantes contrafortes dos Andes, seja como ponte orográfica abrindo o sistema andino, simultaneamente, às influências político-econômicas que as bacias do Amazonas e do Prata representam na massa continental (TRAVASSOS, 1938: 199-200).

Ao final do documento, como pode ser visto a seguir, Vargas aponta a relevância da questão do Chaco tanto para a concretização dos acordos, no que diz respeito à construção das ligações ferroviárias, quanto para a disputa geopolítica continental com a Argentina.

Em minha humilde opinião, urge retomar o assunto sem perda de tempo e liquidá-lo de modo definitivo.

O Tratado de Petrópolis ainda não foi cumprido textualmente e, como contra ele levantam-se muitas vezes na Bolívia, que protestam, sobretudo, contra a cessão do Acre ao Brasil, mediante indenização, e PROPUGNAM A IDEIA DE SEREM RECUPERADOS OS TERRITÓRIOS PERDIDOS, compreende-se ser de bom aviso não deixar subsistente nem mesmo um pretexto para novas discussões e deliberações.

Quanto a questão das ligações ferroviárias com o Brasil, é fora de dúvida que devemos abandonar a primeira ideia de pontes e ramais e preferir, como já o fizemos, a construção de linhas férreas que partam de Santa Cruz de la Sierra.

Foram consideradas até agora duas dessas linhas: uma até Puerto Gretchen, para facilitar à Bolívia a saída pelo vale do Amazonas, e outra até a beira do rio Paraguai para lhe dar um escoadouro pela nossa linha férrea de Mato Grosso.

Qual devemos preferir?

A meu ver, A SEGUNDA, POR SER A MAIS ÚTIL, TANTO PARA NÓS QUANTO À BOLÍVIA. DESTARTE, LEVAR-LHE-EMOS OS NOSSOS PRODUTOS E RECEBEREMOS DELA OS QUE NOS CONVIEREM.

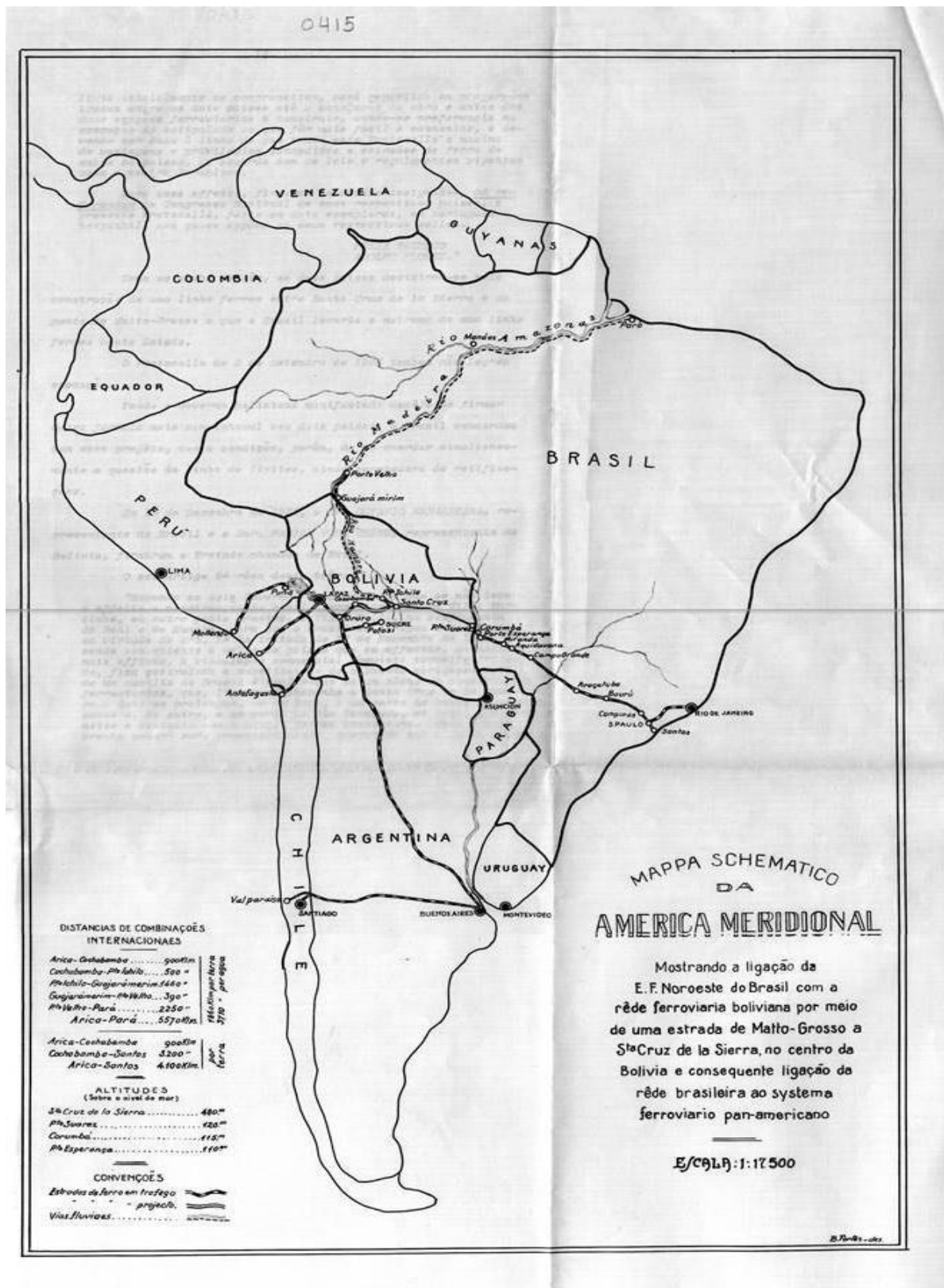
Se não dermos saída para o Atlântico, por São Paulo ou pela Capital Federal, para toda a zona em torno e à leste de Santa Cruz de la Sierra, em breve veremos a República Argentina, prosseguindo no seu plano de drenar para o Prata a exportação e a importação da Bolívia, executar a linha férrea Yacuiba-Santa Cruz, com que logrará realizar suas aspirações.

O momento é oportuno, porque a Bolívia, na luta que mantém com o Paraguai pela posse do Chaco, está compreendendo nitidamente o quanto lhe convém ter uma linha férrea para a beira do Rio Paraguai, partindo de Santa Cruz.

Militarmente essa linha proporcionará vantagens à Bolívia contra o Brasil, mas, reciprocamente, também as proporcionará ao Brasil contra a Bolívia.⁸⁵

⁸⁵ GV c 1931.07.22. Documento sobre Ligações Ferroviárias com a Bolívia, acompanhado de mapas, historiando os vários acordos e tratados entre o Brasil e a Bolívia sobre delimitação de fronteiras e construção de ferrovias entre os dois países. CPDOC. Grafia atualizada. Grifos nossos.

MAPA 7: MAPA UTILIZADO NO DOCUMENTO “LIGAÇÕES FERROVIÁRIAS COM A BOLÍVIA



Fonte: CPDOC

O mapa esquemático usado no documento coloca o Chaco Boreal inteiro – incluindo as áreas já ocupadas pelo Paraguai – como território boliviano. Até aquele momento, a Bolívia dispunha do maior contingente de soldados, e era de conhecimento público a escalada armamentista e a postura mais ofensiva do exército boliviano em comparação com o paraguaio. O mais provável é que Vargas e seu círculo próximo contavam com o sucesso do Plano de Penetração e que, com a balança mais favorável à Bolívia, a questão do Chaco seria resolvida diplomaticamente, tal como foi após o incidente no Forte Vanguardia.

Três pontos também são ressaltados. O primeiro: entre o Paraguai e a Bolívia, este era avaliado como adversário bélico potencial mais provável. O segundo: o fator crucial para se escolher entre uma ou outra opção de cumprimento de um acordo internacional – no caso, o Tratado de Petrópolis – era o desenvolvimento regional da área mais propícia para tanto – no caso, o Mato Grosso. E o terceiro: estava vislumbrada uma troca comercial desigual, no qual o Brasil claramente sairia em vantagem em relação à Bolívia. Tais pontos demonstram a coesão entre assuntos militares, diplomáticos e econômicos no Governo Vargas que o permitiu sobreviver a um período de marchas, contramarchas, incertezas e conflitos acirrados no âmbito interno (GOMES, In. FERREIRA, DELGADO, 2019: 177).

A Guerra do Chaco e o Levante Paulista

Em junho de 1932, quando o exército boliviano ataca o forte Carlos Antonio López, o Brasil foi o único membro do Comitê dos Neutros que se recusou a pressionar a Bolívia frear seu avanço militar (CALVO, op. cit.: 980). Isso por que:

O temor do Estado-Maior do Exército, bem como do Ministério das Relações Exteriores, era de que a Argentina, a dispor de importantes recursos (petróleo, gado e cereais), boa organização econômica e constituindo, na América do Sul, “potência de primeira grandeza”, com “superioridade militar terrestre, marítima e aérea” sobre o Brasil, tentasse absorver a Bolívia, além do Uruguai e do Paraguai, e assim recompor as fronteiras do Vice-Reino do Rio da Prata (MONIZ BANDEIRA, 1998: 168).

Para além destes temores, o que estava em jogo, em sentido concreto e imediato, era a estagnação da Bolívia, ainda mais sufocada em sua mediterraneidade após a tomada do Vanguardia pelos paraguaios. Paralisados seus planos de conseguir uma saída para o Atlântico através da incorporação dos trechos fluviais do Pilcomayo e do Paraguai no Chaco, o país andino se veria mais inclinado a assinar com a Argentina o Protocolo Carrillo-Gutierrez, acordo que previa a ligação ferroviária entre Yacuiba e Santa Cruz de la Sierra, contrapondo-se, na prática, aos compromissos com o Brasil vindos desde o Tratado de Petrópolis de 1903 (Cf. Ibid.). Se na condução militar e diplomática da Primeira República,

regionalista e interessada apenas na proteção de fronteiras, tal assunto seria provavelmente menosprezado, na República Pós-1930, com projetos de desenvolvimento econômico via integração territorial e projeção continental, recebeu atenção total.

Também em junho de 1932, para desgosto das frentes únicas estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas nomeou Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, oficial querido entre os “tenentistas”, para o cargo de Ministro da Guerra (MORAES, 2018: 35). O verbete biográfico de Cardoso no CPDOC⁸⁶ diz que a oficialidade “tenentista” impôs seu nome como ministro. Entretanto, dentro da cúpula governamental, os “tenentes” não passavam de satélites de Vargas, alocados por este em pontos estratégicos, para se contraporem aos objetivos oligárquicos – expressos na defesa do regionalismo e na manutenção do discurso liberal –, mas sempre sobre o controle e a supervisão de grupos como o 3 de Outubro (PRESTES, 1997: 26, 67, 80). Desta maneira, a escolha por Cardoso foi expressão de um projeto de centralização autoritária e nacionalismo antioligárquico (Ibid.: 80) do qual dependia a aplicação dos pontos estabelecidos por Travassos: a política interna brasileira como indissociável de uma política continental (RODRIGUES; SILVA, 2019: 8).

A nomeação de Cardoso indispsôs Vargas perante os militares legalistas e constitucionistas, que a consideraram um desrespeito à hierarquia do Exército e acirrou os nervos entre os paulistas, que já estavam altos graças ao rompimento entre o Partido Democrático e o Governo Provisório em janeiro e à decretação da lei eleitoral de 24 de fevereiro que alterava o voto distrital para o proporcional. O general Bertoldo Klinger, antigo inimigo do “tenentismo”, aproveitou-se da situação para instigar seus aliados da Frente Única Paulista ao conflito com Vargas. Klinger estava associado à Companhia Matte Larangeira, tendo coordenado telegrama a perseguição do Exército contra uma revolta de posseiros gaúchos nos domínios da empresa ervateira em meados do mesmo ano (GUILLEN, 1991: 143; MORAES, op. cit.: , 37, 40-41).

Sentindo-se lesada pelas políticas trabalhistas do Governo Provisório, a Matte Larangeira viu no início dos confrontos armados entre o Paraguai e a Bolívia uma oportunidade para reverter a situação de volta para quando detinha autoridade absoluta sobre suas terras e mão de obra. De acordo com Silva:

Após o início do conflito de 1932, seus protagonistas utilizaram-se das fronteiras mato-grossenses para uma série de contatos fundamentais para o futuro revolucionário constitucionista. Entre os objetivos desses contatos estava a compra de material bélico e aviões. Os recursos a serem utilizados

⁸⁶

Disponível

em:

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/cardoso-augusto-inacio-do-espirito-santo>. Acesso em 22/09/2023.

seriam os provenientes da venda de 36.000 sacas de café depositadas no Paraguai, com o apoio do Instituto do Café do Brasil, em Concepción, e das facilidades da Companhia Mate Laranja. Os pontos de contato para essa comercialização e outras providências passaram a ser as cidades de Guaira e Ponta-Porã. O gerente da empresa ervateira, em Campanário, recebeu cartas de recomendação para que providenciasse o transporte rápido aos enviados paulistas que fariam contato com Buenos Aires. (...) Colaborou nesta intermediação Jorge Berstein Filho, gerente da Mate Laranja em Campanário (SILVA, 1998: 33).

Na política interna, fez-se necessário manter o movimento insurgente restrito à São Paulo e escasso de suprimentos. E na externa, a trégua do Comitê dos Neutros, tão favorável aos interesses econômicos argentinos, precisava ser quebrada, mesmo que fosse através do apoio pontual ao exército paraguaio, aliado da Argentina. O Governo Provisório matou dois coelhos com uma só cajadada.

De acordo com o major paraguaio Alejandro Sienna:

Cercado Boquerón, chegaram apressadamente, de outros setores do Chaco, tropas em auxílio de seus companheiros sitiados. Estes reforços chegavam a conta-gotas e eram facilmente absorvidos pelas tropas paraguaias que cobriam as costas de seus camaradas e que estabeleceram o cordão de aço contra o reduto do Coronel Marzana. Também apareceram no céu os grandes aviões de três motores, os famosos Junker que jogavam munições e suprimentos a seus companheiros sitiados. 80% desses auxílios caíam como verdadeiros presentes às linhas paraguaias. (Ibid: 118. Tradução nossa).

Sienna atribui a origem desses auxílios a uma suposta absorção de material destinado aos bolivianos lançado por aviões. Entretanto, o domínio aéreo, durante praticamente toda a guerra, foi da Bolívia. Sua pouca ajuda aos soldados confinados no forte não se explica por ação direta paraguaia, mas pela falta de compreensão do potencial aéreo pelos comandantes militares bolivianos ao longo do conflito⁸⁷ (Cf. ZOOK, 1962: 143; CALVO, 1975: 312-313).

Dito isso, os auxílios eram, de fato, presentes, dados por ação direta do governo brasileiro, como mostra uma correspondência de Protásio Vargas ao irmão Getúlio, a respeito da desarticulação dos levantes no Rio Grande do Sul em apoio à guerra paulista. A carta data de 7 de setembro, mesmo dia da partida do exército paraguaio a Boquerón, e descreve um curioso destino das armas e suprimentos destinados aos paulistas e que foram interceptados.

Telêmaco lá está (em Ponta Porã) ao lado de Klinger, obedecendo o Piragibe, porém já quase sem soldados, que têm emigrado para o Paraguai, donde é necessário repatriá-los, autorizando nosso Ministro em Assunção.

⁸⁷ A aviação boliviana chegou a ser usada de maneira eficaz em uma única operação, de caráter ofensivo. Em 27 de abril de 1933, seis aviões bolivianos bombardearam Puerto Casado por cerca de uma hora. Porém, bastou uma reclamação de Saavedra Lamas, alegando que lá havia apenas civis argentinos radicados no Chaco, que a Bolívia nunca mais atentou contra o local, mesmo que a chancelaria boliviana tenha contestado a Argentina explicando que Puerto Casado era o coração da atividade bélica paraguaia (CALVO, 1975: 274-276). A aviação boliviana, entretanto, era bastante empregada no bombardeio de aldeias Nivaclé (FRITZ, in. RICHARD, 2008: 153).

(...) O Ministro referido, vendo que o avião de combate, comprado pelos paulistas ao Chile e ali arterrissados, levantaria vôo, pelo suborno em prática, DEU-O AO GOVERNO QUE O MANDOU PARA O CHACO... Os paulistas compraram algumas centenas de caixas de gasolina, que depois de pagas, foram denunciadas pelo Ministro. O GOVERNO APREENDEU E MANDOU-AS TAMBÉM AO CHACO. Refere-se também o Schiavo que o vapor que levou o material bélico para Porto Murtinho estava sendo objeto de cuidado pelos revolucionários, constando que marchava uma coluna para derrotar os nossos 500 que lá estavam e apoderarem-se do mesmo material. Que ele avisará disso os oficiais a bordo e a esquadriha.⁸⁸

Vale reiterar que Porto Murtinho, às margens do Rio Paraguai, foi fundada pela Companhia Matte Larangeira, que o batizou com o nome de seus grandes sócios e patronos na política. Um município sob a administração direta da ervateira e, portanto, parte da rede de contatos montada pelo “Estado dentro do Estado”.

Os paulistas foram privados dos armamentos e combustíveis que compraram, e estes foram transferidos para os atacantes de Boquerón. O Governo Provisório, assim, contribuiu de maneira fundamental para a primeira vitória paraguaia na Guerra do Chaco. Esta batalha foi encerrada no dia 29 de setembro, e no dia de outubro, as tropas insurrecionais se renderam. A oligarquia paulista, por um lado, foi obrigada a aceitar a interventoria de Waldomiro Castilho de Lima, militar ligado aos “tenentistas”, no estado de São Paulo. Economicamente, contudo, ela não foi retaliada após o fim do levante, tendo suas dívidas perdoadas, seus veículos de imprensa não censurados e os exilados logo repatriados (MORAES, 2018: 114).

O Exército, entre observações e reformulações

A guerra paulista indicou a grande preocupação dos militares em relação a sua Instituição, bem como a consciência da necessidade de mudança. Assim, ela tratou de acelerar a reorganização das Forças Armadas sob os postulados centralizadores da chamada “Doutrina Góes Monteiro”, expressa em correspondências do general para Vargas e Aranha desde 1931 (PRESTES, 2014: 46; VILELLA, 2014: 197, 200).

Também após o fim do conflito, é promulgado, no dia 18 de outubro, pelo ministro Espírito Santo Cardoso, o decreto que estabelece a criação do Serviço Geográfico do Exército, órgão com grande autoridade para realização de planejamentos nacionais, como mostram os artigos 1 a 4:

Art. 1º É criado o Serviço Geográfico do Exército (S. G. E.) que substitui, com a ampliação constante deste regulamento, a Comissão da Carta Geral do Brasil e o Serviço Geográfico Militar.

⁸⁸ GV c 1932.09.03. *Documentos sobre os levantes deflagrados no Rio Grande do Sul em apoio à revolução paulista. Contém informações sobre as atividades e a desarticulação dos grupos de Marcial Terra, Borges de Medeiros e Toribio Gomes e suas conexões na Argentina e Uruguai.* CPDOC. Grifos nossos. Grafia atualizada.

Art. 2º O Serviço Geográfico do Exército (S. G. E.) destina-se ao levantamento, organização, preparação e impressão das cartas geográficas e topográficas, necessárias principalmente à defesa militar.

Os objetivos das cartas, a natureza do terreno e as circunstâncias de prazo e lugar determinam sua qualidade, escala e precisão e métodos ou processos a empregar.

Art. 3º O S. G. E. procurará recolher e coordenar todos os dados idôneos (federais, estaduais, municipais, privados, nacionais e estrangeiros) sobre a geografia e cartografia do país, sua descrição física e política e recursos diversos, principalmente no que interessa à defesa nacional.

Promoverá, e realizará, como instituição técnico-científica que é, os estudos e experiências concernentes à sua atividade.

§ 1º Não poderá executar nenhum trabalho de levantamento ou de campo não pertencente ao Ministério da Guerra ou fora dos programas aprovados pelo Estado-Maior do Exército, mesmo que sejam federais. Excetuados estes e quando devidamente autorizado, poderá encarregar-se, dentro de sua alçada técnica e mediante indenização, de outras incumbências de reconhecida utilidade pública, desde que isso não perturbe sua atividade normal.

§ 2º Atendendo ao seu valor econômico e administrativo, as produções do Serviço Geográfico do Exército que não tiverem caráter reservado serão acessíveis ao público. A decisão sobre a natureza reservada dessas produções compete ao chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 4º Tem sob sua jurisdição a Escola de Engenheiros Geógrafos Militares.⁸⁹

As atribuições do Serviço Geográfico do Exército são coerentes com as seguintes orientações de Mário Travassos:

Ter-se-há ainda de consolidar a São Paulo-Rio Grande, aumentando-lhe o rendimento, e ligar o oceano ao Paraná, prolongando as linhas de Ponta Grossa ao Porto de Guairá e do Porto da União à Foz do Iguassú; enfim consolidar a Noroeste, em toda a extensão do termo, pondo-a à altura de suportar em boas condições o escoamento dos produtos mediterrâneos, do Paraguai e da Bolívia (TRAVASSOS, 1938: 102-103).

Levando em conta que, ao final de setembro de 1932, havia três foros paralelos envolvidos na questão chaquenha: o Comitê dos Neutros, o bloco de países limítrofes Argentina, Brasil Chile, Peru – ABCP – e a Liga das Nações, e que os membros de um foro chegavam mesmo a defender uma resolução em um e outra em outro (Cf. CALVO, 1975: 356; SILVEIRA, 1997: 108), a possibilidade da Guerra do Chaco crescer a uma escala continental era real. Algo para o qual Travassos também já alertava.

⁸⁹ Decreto nº 21.883, de 29 de Setembro de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21883-29-setembro-1932-503680-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22/09/2023.

A intensificação do tráfego fluvial para levar ao Atlântico, pelo Prata, a produção boliviana; o alongamento dos trilhos argentinos à procura dos trilhos bolivianos num esforço de dobrar os transportes fluviais; as vias transversais que procuram estabelecer a roçada entre as vias fluviais e férreas, enfim, todo o trabalho da influência argentina sobre a Bolívia tem custado muito esforço, principalmente o emprego de vultosos capitais que urge defender.

Por outro lado, a Bolívia não se contenta com um porto de mar no Atlântico – quer a sua saída marítima no Pacífico. Enquanto não, sentindo o quanto lhe custa a proteção argentina, apela ao Brasil, visando um porto em correspondência mais direta com seu planalto central (Santos ou São Francisco).

E de todo esse exame pode-se fixar de modo categórico o sentido político da Bolívia como centro geográfico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração (TRAVASSOS, 1938: 45-46).

Neste cenário, as prováveis alianças já começavam a se articular. A Argentina, como já foi abordado, estava incondicionalmente ao lado do Paraguai. Chile e Peru – este em conflito com a Colômbia pela área onde se localizava a cidade de Letícia – ofereceram livre acesso à Bolívia para tráfego de armamentos, em respeito aos respectivos tratados firmados com o país altiplano em 1904 (CALVO, 1975: 618-620).

Por mais que o “tenentismo” estivesse cada vez mais ausente da vida política, os desdobramentos da Guerra do Chaco fizeram com que os “tenentes” seguissem úteis militar e diplomaticamente a Vargas, eleito presidente da Assembleia Constituinte em 1934. José Carlos de Macedo Soares, outrora envolvido com a revolta de 1924 e que, ao longo da Constituinte, desempenhou papel de mediador entre os políticos paulistas e o Governo Provisório⁹⁰, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, ao passo que Waldomiro Castilho de Lima voltou às suas atividades com o EME, e pela instituição dedicou-se a observar de perto o conflito.

Em *A questão do Chaco Boreal*, Castilho de Lima procura atualizar a situação militar do Brasil e realizar comentários sobre o conflito em andamento, no contexto dos interesses nacionais (RODRIGUES; SILVA, 2019: 19). O documento sigiloso abordou as diversas maneiras de possível invasão do território brasileiro através do estado de Mato Grosso, destacando o perigo que representava a Companhia Matte Larangeira:

É interessante observar aqui que, na região de Mato Grosso fronteira com o Paraguai, numerosos habitantes são paraguaios e consideram vivamente essa zona como uma usurpação violenta ao seu país, do que não se conformam o fazem sempre assunto de suas conversações. A Companhia Matte Larangeira, bem como outros latifúndios de propriedades estrangeiras, especialmente paraguaias, emprega em seus serviços grande

⁹⁰ Verbetes biográfico do CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo>. Acesso em 22/09/2023.

número de paraguaios os quais procuram alistar para ingressar nas fileiras do exército paraguaio, constituindo assim um caso atentatório aos princípios de neutralidade brasileira muito prejudiciais às relações com os nossos vizinhos. Essa empresa da Matte Larangeira constitui um perigo para os interesses da Defesa Nacional naquela zona, caso venham a ser estabelecidas hostilidades de qualquer sorte naquela fronteira, notadamente no início das operações militares, no caso de uma guerra com aquele país. Além desse fato, essa companhia, em todas as lutas internas de 1922 a 1932, contribuiu sempre para auxiliar os revoltosos contra o governo, quer pelo auxílio de capital, quer arregimentando tropas, inclusive grande parte de paraguaios, como aconteceu especialmente em 1932 auxiliando a revolução de São Paulo, conseguindo manhosamente apoderar-se de armamento do Exército, que acabado a refrega, desapareceu misteriosamente⁹¹.

Também havia carregamentos de diversos tipos saídos das terras da Matte Larangeira ao Paraguai durante a Guerra do Chaco. Mas estes não correspondiam a iniciativas gerenciadas pela empresa, mas a atividades de contrabando realizadas, como forma de resistência pontual, pelos milhares de trabalhadores e posseiros que confrontavam o poder da companhia ervateira na luta pela terra. Nessa luta, a Matte Larangeira cometia frequentes chacinas (BASTOS, 1986: 261; GUILLEN, 1991: 179).

Outro fator que explica a apreensão de Castilho de Lima quanto à empresa ervateira é o seu crescimento expressivo durante a guerra, conforme descreve Jovam Vilela da Silva:

Os negócios da empresa cresceram tanto que, por volta de 1934, os bens da empresa Laranjeira, Mendes & Cia. foram discriminados em 900 carretas, 180 chatas, 37 lanchas a vapor, 2 linhas de Decauville com um percurso de 80 quilômetros, 30 depósitos mestres e 70 depósitos auxiliares, 250 quilômetros de estradas vicinais de rodagem, 60 pontes construídas e distribuídas pelo caminho, 20 rebocadores e 08 vapores. Além desses recursos, possuía ainda veículos à gasolina, ferraria, marcenaria e carpintaria. Para auxiliar na tração das carretas e outros serviços, possuía 1700 burros e 2500 cavalos. Criava também um rebanho bovino avaliado em 55 mil cabeças. Para todo esse empreendimento, empregava 28000 pessoas. Desse total, 18000 eram empregados fixos e os 10000 restantes, volantes, mão-de-obra paraguaia em sua quase totalidade (SILVA, 1998: 40).

Tão poderosa era a companhia ervateira que, mesmo sob observação secreta pelo EME, tinha no Governo Vargas um aliado, o mato-grossense Filinto Muller, Chefe de Polícia do Distrito Federal e convicto apologista do nazismo (SILVA, 1997: 41).

Em vista das possibilidades de invasão ao território brasileiro por forças paraguaias e argentinas através do sul de Mato Grosso – facilitadas pela Matte Larangeira –, o general faz uma série de sugestões para a região. Entre elas:

A reorganização do forte, modernizando-o e tornando-o eficiente para as operações da guerra moderna. Sua defesa deve ser mista, por terra e por água porque durante as enchentes ele pode ser desbordado fora das vistas

⁹¹ Brasil (1934). *A Questão do Chaco Boreal (Estudo Sigiloso)*. Rio de Janeiro: Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, p.15. AHEx.

de guarnição, devido aos morros que existem em ambas as margens, e pela construção de pontos defensivos acessórios, com perfeita ligação entre si e com Corumbá, com vários dispositivos para a defesa minada do rio, coadjuvada por elementos da Marinha (flotilha) tanto fluviais quanto aéreos. Além disso, a instalação da tropa e a residência dos oficiais, o saneamento da zona e o desenvolvimento rodoviário deverão ser objetos de estudos e empreendimentos inadiáveis.

Além da modernização da defesa do forte de Coimbra, de acordo com as ideias acima, para barrar o acesso a Mato Grosso pelo rio Paraguai, seria interessante organizarmos um outro sistema defensivo no lugar denominado Fecho dos Morros, no referido rio, ao sul de Bourbon, hoje, fortin paraguaio da margem direita, na latitude de 21° e 22°.⁹²

Castilho de Lima também se atentou à disputa econômica e geopolítica com a Argentina, apontando os interesses econômicos desta na região do Chaco e os prejuízos que suas empresas teriam em um eventual reconhecimento dos direitos territoriais da Bolívia.

Como dados que demonstram a importância dos aludidos interesses, a nota⁹³ consignou, entre outros, os seguintes:

- *que dos 22.000.000 de hectares que compreende a totalidade do território disputado, 10.500.000 são de propriedade argentina*
- *que dos 30.000 paraguaios ali habitantes, 18.000 trabalham nos estabelecimentos industriais argentinos;*
- *que do milhão de cabeças de gado vacum ali criado, a metade é propriedade argentina;*
- *que dos 420 quilômetros de vias férreas existentes no Chaco, 320 quilômetros são de propriedade dos argentinos;*
- *que dos 140.000.000 de pesos argentinos que constituem a totalidade do capital investido no Chaco, 80.000.000 pertencem a argentinos;*
- *que essas cifras registradas em 1929 devem se considerar na realidade muito aumentadas como consequência dos grandes progressos posteriormente conquistados pelos capitalistas argentinos.*

Além desses interesses, a importante questão do petróleo, cuja presença parece existir no Chaco, apesar de se ter verificado que os lençóis petrolíferos dessa região se encostam na cordilheira, em território boliviano, preocupa seriamente a Argentina que vê nisso uma concorrência comercial que irá destruir a nascente produção de Comodoro Rivadavia, especialmente se a Bolívia conseguir uma saída pelo Paraguai. Entretanto, o petróleo que existe nas proximidades do rio Paraguai está em mãos de industriais argentinos⁹⁴.

Sobre as últimas linhas do trecho transcrito, Orlando Leite Ribeiro relata em carta para Vargas, de 2 de dezembro de 1933, que:

O maior obstáculo para a saída da Bolívia no Rio Paraguai é o vasto lençol de petróleo que dizem existir no Chaco... (...)

Parece-me que devemos esperar que os entusiasmos bélicos, paraguaios ou bolivianos, se arrefeçam ao mesmo que as esperanças de ambos ou só do Paraguai, na Comissão dos Cinco [Argentina, Brasil, Chile, Peru e Estados

⁹² Ibid. Apêndice, p.4-5, 7. Grafia atualizada.

⁹³ A mesma emitida ao MRE argentino encabeçada pela Carlos Casado S.A.(ZUCCARINO, 2017: 96-97).

⁹⁴ Brasil (1934). *A Questão do Chaco Boreal (Estudo Sigiloso)*. Rio de Janeiro: Inspeção do 1º Grupo de Regiões Militares, p.9-10. AHEx. Grafia atualizada.

Unidos]. *Será o tempo necessário, também, para que o General Justo possa conjurar a crise política interna por que atravessa o país, podendo assim fazer prevalecer sua opinião pessoal sobre o Chaco. Somente aí, poderá ter êxito uma ação segura como a que o Presidente se propõe. Em todo caso, eu reuni propositadamente tudo que tem saído ultimamente para que o Senhor tivesse uma impressão pessoal sobre o assunto*⁹⁵.

Leite Ribeiro também se correspondia com Góes Monteiro, então chefe do EME, a respeito da questão do Chaco. Conforme a correspondência analisada por Moniz-Bandeira, datada de 16 de janeiro de 1934:

A Argentina via “com pavor” a saída da Bolívia pelo rio Paraguai, dado que inundaria o mercado com petróleo, “matando sua recente indústria de Comodoro Rivadavia”. A observar que o “vasto lençol do subsolo petrolífero do Chaco” se estendia mais para o lado da Bolívia e o que nas proximidades do rio Paraguai existia já era argentino, ele [Leite Ribeiro] acentuou que “A questão do petróleo é o que mais interessa à Argentina e daí o fato de que ela não tenha apoiado a pretensão justa da Bolívia em obter uma saída ao rio” (MONIZ-BANDEIRA, op. cit: 177).

Quando a correspondência chega a Góes Monteiro, este havia sido nomeado Ministro da Guerra. Suas ações no cargo reforçaram e unificaram o Exército, ao promover:

*Férrea disciplina, forte inculcação ideológica em torno do patriotismo, ação sistemática de cobrança dos dois valores máximos das forças armadas (hierarquia e disciplina), exclusão sumária de todo militar suspeito de simpatia com o comunismo, diminuição do número de sargentos (...), novo plano de carreira com os praças e atendimento de alguns pleitos justos sem isso demonstrasse fraqueza ou subordinação às organizações subversivas.*⁹⁶

Também começou a implementar as sugestões de Castilho de Lima, como descreve em relatório oficial:

*A lei de quadros e efetivos fixou a organização do Exército em tempo de paz, consignando-lhe o mínimo de unidades correspondentes à população e à extensão territorial do país. Essa organização permaneceu, durante o último ano, desfalcada de vários elementos, devido à falta de quartéis e em virtude da escassez de recursos materiais. Ao mesmo tempo que os meios normais e indispensáveis foram reduzidos, cresceram, de modo apreciável, os encargos da tropa das 3a, 8a e 9a Regiões Militares, em face do serviço vigilância de de fronteiras, realizado, durante longos meses, nos Estados do Rio Grande do Sul, do Amazonas, e, ininterruptamente, no Estado de Matto Grosso, devido aos movimentos revolucionários irrompidos na Argentina e no Uruguai, ao conflito de Letícia e à Guerra do Chaco.*⁹⁷

Quando o relatório foi enviado, em maio de 1935, o EME já havia produzido um documento secreto, datado de março, mês do desentendimento entre as chancelarias argentina

⁹⁵ GV c 1933.12.02. *Carta de Orlando Leite Ribeiro a Getúlio Vargas sobre o andamento das conversações relativas ao conflito entre Bolívia e Paraguai, afirmando que considera a existência de petróleo na região do Chaco, como maior obstáculo à solução do conflito; comentando o inquérito sobre o atentado em São Tomé; opinando sobre a questão dos exilados brasileiros e pedindo solução para o seu caso dentro do corpo diplomático.* CPDOC. Grafia atualizada.

⁹⁶ Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, série 4 – produção intelectual de terceiros – microfilme 051-97, doc n. 685 (Apud. RANGEL, 2007: 246).

⁹⁷ *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*, maio de 1935, p. 56-57. FUNAG. Grafia atualizada.

e brasileira, abordado no capítulo anterior. No documento, intitulado *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes*, a possibilidade do conflito envolver o continente inteiro estava posta de maneira evidente. No seguinte trecho, são avaliadas as melhores alianças:

Em caso de guerra qual será o auxílio mais eficaz ao Brasil, o do Paraguai ou o da Bolívia?

Pela posição geográfica que o Paraguai ocupa e pelas qualidades militares de seu povo, de que nos dão justa medida a tenaz resistência que opôs ao inimigo na guerra da Tríplice Aliança e a galhardia com que se vem batendo, no Chaco, contra a Bolívia, alcançando notáveis resultados apesar da inferioridade numérica e deficiência de recursos materiais, não deixam dúvida sobre o valor de um tal aliado, inquestionavelmente mais precioso para nós do que o seu atual adversário, numa guerra em que o nosso inimigo principal fosse a Argentina.

Numa tal eventualidade o Paraguai seria aliado do país que se julgasse mais forte, desde que se acumulassem os motivos de desconfiança que seu Governo já nutre contra a Argentina. A decepção do apoio chileno à Bolívia deve ter sido formidável e trouxe-lhes grande experiência...⁹⁸

A construção de um projeto

Em junho o armistício é decretado, e no mesmo mês, o ensaio de Mário Travassos, *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, é publicado com novo nome: *Projeção Continental do Brasil*. Conforme Miyamoto:

*Travassos inegavelmente constituiu um divisor de águas nos estudos sobre a geopolítica nacional. Embora importantes fossem as obras de Backheuser, foi somente depois de 1931, com Travassos, que surgiu, em termos geopolíticos, UMA ANÁLISE SÓLIDA DO PAPEL A SER EXERCIDO PELO PAÍS EM TERMOS INTERNACIONAIS. Não é por acaso que nas edições posteriores o seu trabalho mudou de designação, inicialmente intitulado *Aspectos geográficos sul-americanos*, para *Projeção Continental do Brasil*. É que este título corresponde com mais exatidão ao conteúdo de sua obra (MIYAMOTO, 1985: 58).*

Este papel, segundo a Doutrina Góes Monteiro, deveria ser conduzida pelo Exército.

A Guerra do Chaco, junto com a Questão Letícia, reforçou a demanda dos militares por armas e equipamentos mais modernos, uma vez que os poucos disponíveis haviam sido usados no conflito contra São Paulo. (ROSE, 2001: 175). O armistício de junho não fez com que a possibilidade de uma guerra contra a Argentina fosse deixada de lado. Logo após o fim dos combates, o Brasil passou a investir significativamente nas Forças Armadas. Isso significou não somente a compra de equipamentos bélicos, mas a implementação dos pontos da Doutrina Góes Monteiro: o Exército promotor da unidade, desenvolvimento e industrialização do Brasil, além de dotado da capacidade de salvaguardar a soberania

⁹⁸ *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes*, p. 120, 12/03/1935. AHEx.

brasileira e de todos os países sul-americanos, como condições fundamentais para a Segurança Nacional (SEBBEN, 2010: 90; PRESTES, 2014: 47).

A nova corrida imperialista por colônias, expressada na América Latina pela disputa por zonas comerciais entre os Estados Unidos e a Alemanha, e nos continentes asiático e africano pelas respectivas expansões japonesa e italiana, também fez com que também advogassem pela direção ultranacionalista o setor empresarial representado por Roberto Simonsen e Valentim Bouças, além de Osvaldo Aranha. Em cartas a Vargas, os três reforçavam a necessidade de se desenvolver a indústria para garantir a independência nacional, afirmando, entre outras coisas, o predomínio dos fatores econômicos sobre os políticos nas relações entre países, e que os de indústria fraca seriam engolidos e serviriam unicamente como colônias (HILTON, 1977: 41, 47. Apud.: CORSI, 1999: 54).

Entende-se, assim, o apoio de tais setores à promulgação do Estado Novo em novembro de 1937. Foi no início desta fase da Era Vargas que o Brasil assinou dois acordos com a Bolívia de grande importância para se chegar ao Tratado de Paz de 1938, e cujos horizontes prometiam grandes conquistas para o desenvolvimento industrial almejado pelos setores militar e empresarial.

Em perfeita sintonia com as orientações de Vargas argumentadas em 1931, o Tratado Sobre Ligação Ferroviária estipula que:

Artigo I

Os governos do Brasil e da Bolívia convém em modificar o artigo 5º do Tratado de 25 de Dezembro de 1928, assinado no Rio de Janeiro, no qual ficou estabelecida a substituição da obrigação estipulada no artigo 7º do Tratado de 17 de Novembro de 1903, por um auxílio do Brasil para a realização de um plano de construções ferroviárias que, ligando Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra, deveria daí se prolongar, por um lado, a um porto na bacia do Amazonas, e por outro, a um porto no rio Paraguai, em um lugar que permitisse contato com a rede ferroviária brasileira.

Artigo II

A modificação a que se refere o Artigo anterior consiste em aplicar o auxílio de um milhão de libras esterlinas, ouro, estipulado no artigo 5º do Tratado de 25 de Dezembro de 1928, e nas notas reversais de 30 de agosto de 1929, na construção de uma linha férrea que, partindo de um ponto convenientemente escolhido entre Porto Esperança e Corumbá, vá terminar na cidade de Santa Cruz de la Sierra.

(...) Artigo IV

Tendo em vista que a contribuição de um milhão de libras, ouro, a que se refere o Artigo precedente, é insuficiente, segundo cálculos técnicos, para construir toda a linha férrea que deverá ligar o território brasileiro a Santa Cruz de la Sierra, o Governo do Brasil assume o compromisso de adiantar, oportunamente, ao Governo da Bolívia a quantia suplementar, que se fizer

*mister; para a sua integral construção, depois de submetidos à sua aprovação o projeto e o orçamento das obras que ainda forem necessárias para ultimar a construção da mencionada linha férrea.*⁹⁹

Ora, para um país cuja economia estava arruinada e com tantas obrigações a cumprir, as ocasiões em que “se faria mister” o adiantamento de quantidades suplementares seriam incontáveis, criando assim uma Bolívia presa por endividamento ao Brasil. Desta maneira, este não somente teria suas linhas ferroviárias conectadas com as da América do Sul, como também garantia a submissão dos cofres públicos bolivianos, bem como um mercado consumidor para escoar seus produtos.

Também foi assinado o Tratado Sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, segundo o qual:

Artigo I

Os governos do Brasil e da Bolívia concordam em efetuar os estudos topográficos e geológicos e em realizar as sondagens necessárias, destinadas a determinar o verdadeiro valor industrial das jazidas petrolíferas da zona sub-andina boliviana, que se estende do rio Parapeti para o Norte.

(...) Artigo IV

As despesas efetuadas pelos governos do Brasil e da Bolívia com os estudos e trabalhos mencionados lhes serão reembolsadas pelas entidades que obtenham o benefício da exploração da zona petrolífera boliviana, e com o rendimento desta.

(...) Artigo VI

O Governo da Bolívia, retribuindo o concurso prestado pelo Governo do Brasil na fase preliminar dos estudos, explorações e perfurações a que se refere o Artigo I, além do reembolso convencionado no Artigo IV, compromete-se a que a exploração do petróleo na zona sub-andina boliviana indicada se faça por intermédio de SOCIEDADES MISTAS BRASILEIRO-BOLIVIANA, organizadas de acordo com as leis vigentes em cada país. As sociedades assim formadas terão a obrigação de destinar o petróleo produzido, satisfeitas as exigências do consumo interno da Bolívia, ao abastecimento do mercado brasileiro, com propósito substancial de conquistar e conservar o mesmo mercado, e sempre que tal medida não comprometa a existência das mencionadas sociedades. O remanescente do petróleo que não tenha sido colocado no Brasil e na Bolívia poderá ser exportado através do território brasileiro ou por outra via, devendo dar-se preferência, em igualdade de condições econômicas, à via Santa Cruz–Corumbá¹⁰⁰.

Ainda que disfarçada de cooperação por interesses mútuos, a desigualdade entre os pares do tratado é imensa. Enquanto que a economia boliviana, que já era frágil antes da guerra, estava em frangalhos ao final dela, a brasileira, uma vez superadas as maiores

⁹⁹ *Tratado Sobre Ligação Ferroviária Entre Brasil e Bolívia*. Apud. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, p. 257. BRASIL, 1938. FUNAG.

¹⁰⁰ *Tratado Sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano*. Apud. *Ibid.*, 235-236. Grifos nossos.

dificuldades geradas pela Crise de 1929 e estabilizada a situação política, mostrava-se promissora. Além disso, nos termos do tratado, obrigando que todas as sociedades deveriam ser mistas, dá a entender que a quantidade de iniciativas bolivianas e brasileiras são iguais, quando a presença brasileira não só seria esmagadoramente maior, como os empreendimentos brasileiros estavam cada vez mais atrelados à capital estadunidense. Mesmo com a iniciativa do “socialismo-militar” boliviano de enfrentar a petrolífera estadunidense Standard Oil, através do Brasil, os interesses dos EUA seguiriam interferindo na Bolívia.

A aprovação de ambos os tratados, na visão do escritor Jayme de Barros, evidenciou o Estado Novo como consolidação dos processos de transformação iniciados no Golpe de 1930:

Dignos de estudos especiais, pelo que representam na transformação de métodos na política exterior do Brasil nestes sete anos de Governo do Presidente Getúlio Vargas, são os trabalhos referentes ao Intercâmbio Comercial, aos Serviços Comerciais do Itamaraty, ao Instituto Nacional da Estatística, ao Conselho Federal de Comércio Exterior.

Este último foi uma das mais felizes inovações do Governo Provisório, instalado pela revolução de 1930.

(...) Adaptado à Constituição de 10 de Novembro, ele será instrumento decisivo para que o Brasil, numa alta política de intercâmbio comercial, conquiste novos mercados no mundo.

(...) Todos esses esforços, em diversos setores, visando aumentar o poder econômico do Brasil, paralelamente ao seu crescente prestígio político na América e no mundo, não desfaleceram um só momento, desenvolvendo-se, antes, nestes últimos sete anos, com uma tenacidade jamais observada, sob a direção de um só Chefe de Estado.

Eles colocam o Governo do Presidente Getúlio Vargas em lugar destacado, pela continuidade de sua ação diplomática, neste meio século de regime republicano (BARROS, 1938: 112-114).

As origens no Chaco da Marcha para o Oeste

A interligação com a Bolívia e, portanto, com o continente, através das linhas ferroviárias e do escoamento de petróleo dos quais se tratam os referidos tratados, bem como a diminuição da influência argentina sobre a Bacia do Prata, cujos perigos para a Segurança Nacional se expressaram na atuação conspiratória da Matte Larangeira durante a Guerra do Chaco, evidenciaram ao governo brasileiro a necessidade de integrar plenamente o estado de Mato Grosso. Nesse sentido, Mário Travassos expressa as mesmas considerações a respeito do Estado Novo que Barros:

Essa é a vitória do espírito geográfico, do critério científico sobre os processos empíricos, espírito geográfico de que foram fortemente dotados Rio Branco e Calogeras e agora parece generalizar-se à grande parte dos homens públicos de nosso país.

O que se faz necessário é que as ideias políticas sobre Mato Grosso não fiquem difusas, se corporifiquem em medidas de caráter objetivo e de ordem

geral, para o que a Constituição de 10 de Novembro contém os necessários dispositivos.

Se no trato das questões, nesse setor capital de nossas atividades políticas, abandonarmos o método das meias medidas, é certo que teremos realizado um dos grandes feitos da fase culminante em que se encontra a Revolução Brasileira (TRAVASSOS, 1938: 209-210).

Não à toa que em julho de 1938, mesmo mês da assinatura do Tratado de Paz, é publicada uma versão atualizada de *Projeção Continental do Brasil*, acrescida por diversos textos complementares, nos quais Travassos, atualizado com o resultado final da Conferência de Paz, dá bastante ênfase, entre outros temas, no papel do estado de Mato Grosso como centro de convergência nacional e continental e na importância da Marcha para o Oeste no seu desenvolvimento pleno como parte integral da economia e territorialidade brasileira.

Mato Grosso é a superfície de contato da civilização brasileira com o conjunto dos problemas de toda a sorte que se processam em torno de nossas fronteiras vivas do sudoeste. E o sul de Mato Grosso muito bem se pode definir como a futura plataforma onde receberemos tudo que tivermos de carrear para Santos.

Nesse particular, o setor compreendido entre Corumbá, Campo Grande e Ponta Porã há de ter, num futuro não remoto, a significação político-econômica de uma Santos mediterrânea.

(...) E é tal a importância da posição geográfica de Mato Grosso, que só a partir do momento em que a política nacional a tiver assimilado completamente começará Mato Grosso a representar o papel que lhe compete no cenário brasileiro e, por isto, no tablado continental.

(...) Não somente por conter as lindes de nosso país com os dois países mediterrâneos sul-americanos, como por ser o prolongamento da pujança paulista até as barrancas do Paraguai e ainda pela participação nos destinos na Amazônia, a posição é bem a verdadeira definição das terras matogrossenses no sentido político e econômico de seu papel continental.

Mato Grosso é assim a grande esquina do nosso território em pleno coração da massa continental, lá onde se cruzam os mais graves problemas decorrentes da competição entre o Prata e o Amazonas e onde o Atlântico encontra um dos mais profundos e acertados de aplicação para seu antagonismo em relação ao Pacífico.

É bem de ver-se a necessidade de relembrar esses conceitos, agora que a realidade de Mayrink-Santos e o projeto da Santa Cruz-Corumbá começam a dar corpo à projeção continental de Mato Grosso, surgindo como fatores capazes de marcar o início da era matogrossense

(...) “Para Oeste!” não é precisamente voltar as costas para o mar e muito menos abrir luta contra o mar – por mais paradoxal que pareça é estreitar a aliança com o mar, ampliando terras a dentro a vinculação litorânea.

(...) “Para Oeste!” tem toda a concisão das verdadeiras fórmulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão e definição do facies geográfico do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspectos, ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem, à urgência dos cometimentos.

“Para Oeste!” como fórmula política de alto coturno, deve ser encarada como a resultante de um sistema de forças, como a direção geral de inúmeras atuações que visem simultaneamente a solução dos mais graves problemas nacionais e a consecução do papel funcional que o espaço e a

posição geográfica do Brasil lhe outorgam no continente e para além mar (TRAVASSOS, 1938: 146-148, 202-203, 212, 214).

Logo no primeiro dia do ano de 1938, Vargas lançou à nação as bases de sua campanha de ocupação e integração nacional denominada “Marcha para o Oeste”, um dos mais importantes projetos políticos de Vargas, praticamente uma síntese de todo o seu pensamento, não só um programa ambicioso como também de caráter mítico (CANCELLI, 2017: 9, 11, 13-14). Nas palavras do presidente:

A civilização brasileira, mercê dos fatos geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal, com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938: 121. Apud. Ibid.: 11-12).

O anúncio da Marcha para o Oeste veio como sequência direta do golpe de 10 de novembro do ano anterior e das boas expectativas quanto à nova situação na Conferência de Paz, concretizadas após Roberto Ortiz assumir a presidência da Argentina e demitir Lamas do cargo de chanceler, em 21 de fevereiro.

De acordo com Cancelli, a Marcha para o Oeste também se configurou como um combate a quatro grupos considerados inimigos do Estado: os países que ambicionavam fatias do território brasileiro (Cf. GARCIA, 2005), os chamados “judeus-errantes” – termo antissemita para designar multidões de aventureiros e desgarrados recrutados por latifúndios a troco de salários miseráveis –, a cobiça do capital estrangeiro e a pobreza apática – lavradores à mercê de graves moléstias sociais como a falta de instrução formal e de saneamento básico, caricaturados, por exemplo, na figura do Jeca (CANCELLI: 2017: 48, 51).

A Marcha tinha claramente a Matte Larangeira como alvo principal, considerando:

- Que a empresa ervateira controlava dois terços da produção de erva mate em Mato Grosso (CARONE, 1976: 271);
- Que a mesma possuía tantos elementos estrangeiros, desde a língua predominante até a moeda em circulação (TALMA, 1926: 89);

- Que ela foi o grande foco da análise e fornecimento de dados sobre a concentração de terras nas áreas fronteiriças realizada pelo Conselho de Segurança Nacional (CANCELLI, 2017: 49);
- E que nas terras da Matte o que mais havia eram “judeus-errantes” e “Jecas” (Cf. ARRUDA, 1997);

Além disso, de acordo com Jovam Vilella da Silva:

A ideia era ligar regiões, principalmente as desenvolvidas do litoral e aproximá-las daquelas isoladas no interior, em suma, diversificar, ampliar o setor produtivo e ao mesmo tempo aumentar o consumo. Esses planos políticos procuraram ocupar os "vazios demográficos", "improdutivos" e "isolados". A consequência naquele momento foi o desenvolvimento da ideia, entre outras, da "Marcha para o Oeste". Neste sentido, um truste como a Mate Laranjeira, encravada no sul de Mato Grosso, numa região de fronteira e com ligações políticas na Argentina e Paraguai, acabava sendo um estorvo à política de assentamento colocada em execução pelo governo de Vargas. Afinal a Revolução Constitucionalista de 1932 havia mostrado a Getúlio do que era capaz a Mate Laranjeira e do perigo que a mesma representava nesta região (SILVA, 1997: 42).

O primeiro golpe frontal contra a Matte Laranjeira, antes do começo efetivo da Marcha para o Oeste, em 1941, foi a criação do Instituto do Mate, que, ao contrário de todos os outros, foi criado primeiro via decreto-lei, em abril de 1938. Ainda conforme Silva:

O decreto-lei estabeleceu a obrigatoriedade do regime da livre exploração do mate, de promover, desta feita, à União a colonização racional das terras antes arrendadas à Mate Laranjeira; da preparação do advento da livre iniciativa com o prazo de um ano da vigência do contrato de concessão para facilitar a adaptação ao novo sistema; de conferir-se a uma entidade administrativa o fomento da indústria ervateira (foi criado o Instituto Nacional do Mate, lei nº 395 de 13/4/1938), a fim de se preparar a passagem do regime de monopólios para o da livre exploração: de abrirem-se ao tráfego público as vias de comunicação terrestres e fluviais servidas pela Mate Laranjeira; de instalarem-se serviços públicos federais, estaduais e municipais nos portos e povoados que serviam a dita empresa; finalmente, de submeter a exame os títulos de propriedade na faixa de dez léguas da fronteira (Ibid.: 41).

Foi somente em outubro, após o embaixador do Uruguai, João Batista Luzardo, relatar a Vargas detalhes de uma nova conspiração envolvendo Flores da Cunha e militares paraguaios – incluindo Rafael Franco –, com o objetivo de promover uma invasão ao Rio Grande e facilitada pela presença da Matte Laranjeira na fronteira com o Paraguai¹⁰¹, que o Instituto do Mate foi regulamentado. Entre seus órgãos estão a Divisão de Defesa da Produção, descrita no artigo 14, e a Divisão de Controle do Mercado, no artigo 15. Suas atribuições, respectivamente, são:

¹⁰¹ GV c 1938.09.19. *Carta de João Batista Luzardo a Getúlio Vargas narrando conversa com o Coronel Pequeno Pedroso que lhe expôs os planos conspiratórios de Flores da Cunha e o atentado pessoal que está sendo planejado contra o presidente da República.* CPDOC.

- a) *organizar e manter atualizado um cadastro dos produtores e expedir os respectivos certificados de registro;*
 - b) *estudar e propor as medidas necessárias à racionalização e à melhoria da produção do mate, tais como: fixação das épocas e das condições de poda e colheita nos ervais; higienização e mecanização das operações de colheita e preparo da erva mate; sua embalagem; classificação botânica e defesa dos ervais; aproveitamento industrial ou incineração de erva condenada; determinação de áreas de cultura, melhoramento das condições de trabalho das populações ervateiras, baseado no respectivo estudo demográfico;*
 - c) *estudar e propor as medidas econômicas e financeiras necessárias ao amparo dos produtores;*
 - d) *elaborar análises estatísticas da produção do país e no estrangeiro;*
 - e) *superintender os serviços de pesquisa e experimentação da erva mate, diligenciando sobre a instalação e o funcionamento de laboratórios de análises, campos experimentais e museus do Instituto, bem como fiscalizar as análises cometidas pelo Instituto a outros laboratórios;*
 - f) *estudar as condições e os característicos da produção da erva mate no estrangeiro, comparando-o com os do Brasil.*
-
- a) *organizar e manter atualizado um cadastro dos industriais e comerciantes do mate e expedir os respectivos certificados de registro;*
 - b) *estudar e propor, tendo em conta especialmente as condições peculiares a cada região, as medidas necessárias à regularização do comércio do mate, tais como: racionalização das condições de mercado, objetivando a estabilização e a proteção da clientela; condições de entrega, pagamento e preços de venda; contra-tipos; padronização dos tipos de exportação e consumo interno; fixação de preços mínimos; criação de entrepostos reguladores, condições de embalagem do mate; garantia de procedência; acordos com países estrangeiros; normas para as relações entre os interessados na produção, na indústria e no comércio do mate; condições técnicas e econômicas dos transportes; equilíbrio entre a produção e o consumo;*
 - c) *estudar e propor as medidas econômicas e financeiras necessárias ao amparo da indústria e do comércio do mate;*
 - d) *elaborar análises estatísticas do comércio do mate no país e no estrangeiro;*
 - e) *estudar as condições e as preferências dos mercados consumidores internos e externos;*
 - f) *controlar a influência, nos mercados consumidores, da propaganda nacional e estrangeira, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento da propaganda nacional.¹⁰²*

Todas essas atribuições minaram a capacidade da Matte Larangeira de exercer controle absoluto sobre a produção, exploração e comércio de mate na Bacia do Prata. Isso, junto com política de Vargas para nacionalizar a fronteira, caracterizada pela pequena propriedade familiar, a proibição de arrendamento de grandes propriedades em região de fronteira pela

¹⁰² *Regulamento do Instituto Nacional do Mate, a que se refere o decreto n. 3.128, de 5 de outubro de 1938 (Apud. CARONE, 1976: 273-274).*

Constituição de 1937 e o início da Marcha para o Oeste, desestruturou de maneira definitiva a Companhia Matte Larangeira como império (SILVA, 2011: 123).

Conforme Octaviano Cabral:

Não foi por acaso que o líder estadonovista Filinto Müller foi esfriado e terminou, embora por outros motivos, rompendo com a ditadura na qual foi eminência parda. Pela mesma razão, a pretexto administrativo, o também líder João Ponce de Arruda afastava-se de Vargas e, por que não dizer? - o General Dutra que, arvorado em democrata, evoluiu até o golpe de 1945! (CABRAL, 1964: 317. Apud. SILVA, 1997: 41).

Como pode ser visto, a Guerra do Chaco representou o apogeu e o início do declínio do poderio da Matte Larangeira dentro e fora dos limites territoriais brasileiros. Seu carrasco foi o mesmo governo que utilizou politicamente o conflito paraguaio-boliviano, do começo ao fim, para isolar seus inimigos e pavimentar seu caminho rumo ao autoritarismo vislumbrado desde a Constituinte – e por que não, desde o Golpe de 1930.

Considerações finais

A Primeira República nasceu não somente sobre grandes tumultos internos, como também sobre ação direta das principais potências capitalistas do período em seu território (GARCIA, 2005: 10). Conforme a ordem global mostrava grandes sinais de alteração e uma nova corrida imperialista se anunciava, diversos setores da sociedade brasileira, especialmente o militar, perceberam que a continuidade do regime orientado pelo liberalismo econômico conduziria o Brasil à diminuição de suas fronteiras e, conseqüentemente, à uma submissão ainda maior pelas grandes potências.

Assim se constituiu o gradativo apoio dos setores militar e industrial ao governo de Getúlio Vargas, em torno de um projeto que, por um lado, reconstruísse a ideia de um Brasil como potência regional na América do Sul e, por outro lado, impedisse o crescimento da influência argentina sobre o continente. Assim também o Governo Vargas tratou a Guerra do Chaco como assunto de importância central, e sobre a qual atuou de maneira direta e intensa (CARVALHO, 2019: 323).

Conforme foi apresentado no presente capítulo, tal atuação não se limitou a posições de neutralidade e diplomacia que favoreceram a sobrevivência política de Vargas. O Brasil contribuiu diretamente para o início e para o fim da guerra, e ambas as atitudes tiveram como objetivo promover uma específica projeção geopolítica. Também foi abordado como a Guerra do Chaco revelou um obstáculo sério para tal projeção: a falta de integração do estado de Mato Grosso ao restante do país, da qual o maior sintoma era a concentração de poder nas mãos da Companhia Matte Larangeira, caracterizada por Jovam Vilela da Silva (1998) como

um truste multinacional e, conforme as observações do Exército, um polo de instabilidade nacional. Com base em tais observações, a expansão para Oeste visou, entre outras metas, o desmantelamento deste polo.

Entretanto, as questões de integridade territorial e projeção geopolítica não eram as únicas preocupações do Governo Vargas relacionadas à Guerra do Chaco. Ao longo do prosseguimento do conflito, fatos e boatos se misturavam em um crescente temor pela irrupção de uma série de revoluções comunistas, conforme mostra uma carta enviada a Vargas por seu secretário, Ronald Carvalho, pouco após a queda de Salamanca.

Meu receio, em tudo isso, é que irrompa, dessa luta miúda e impertinente no Chaco Boreal, um sério movimento de caráter comunista entre a indiada Aymará e Guarani. Há coincidências dignas de atenção. Ao mesmo tempo em que, no Peru, se abafa uma violenta conspiração bolchevista, as tropas bolivianas prendem o seu presidente e o Governo argentino apreende um navio soviético em Rosário, carregado de munições, armas e panfletos revolucionários. Queria Deus que essa guerrilha não se converta em um ponto nevrálgico, bastante desagradável para a tranquilidade do continente.¹⁰³

Esse âmbito, e como o Brasil envolveu-se nele, são os temas do próximo capítulo.

¹⁰³ GV c 1934.11.29/3. Carta de Ronald Carvalho a Getúlio Vargas informando sobre a situação política sul-americana, agravada com o bombardeio do navio "Paraguay" por aviadores bolivianos, e sugerindo a formação de um grande Partido Nacional como solução para os problemas atuais da política interna. CPDOC. Grafia atualizada.

CAPÍTULO 5: GUERRA A GUERRA: A INSERÇÃO DOS COMUNISTAS BRASILEIROS NAS CAMPANHAS INTERNACIONAIS CONTRA A GUERRA DO CHACO

Juntamente com a Quebra da Bolsa de 1929, a Revolução Bolchevique de 1917 foi um marco importante na crise do liberalismo no século XX, da qual se desdobraram a Guerra do Chaco e a derrubada da Primeira República – como foi visto até aqui –, por colocar, na prática política real, alternativas populares aos modelos capitalistas. O incipiente movimento comunista latino-americano – e por extensão, o brasileiro – não se isentou dessa disputa colocada a nível mundial, na qual o fascismo aparecia como *player* cada vez mais relevante ao longo da década de 1930.

Dito isso, a primeira seção fará um balanço das análises teóricas e ações práticas das esquerdas revolucionárias sul-americanas contra o conflito paraguaio-boliviano. Em seguida, será abordado o Congresso Anti-Guerreiro realizado em Montevideu em março de 1933, e como este, embora não tenham tido êxito em mobilizar grandes massas que pudessem interromper a guerra ou convertê-la em trampolim revolucionário, foi de grande impacto para a redefinição da estratégia mundial antifascista.

O líder “tenentista” Luís Carlos Prestes contribuiu para a organização e divulgação do Congresso, motivo este pelo qual a terceira seção abordará sua trajetória a partir do exílio na Bolívia e na Argentina – e no exílio aproximando-se – até sua adesão ao socialismo e à ANL. Quanto a esta, a seção irá discorrer sobre também as relações entre a Guerra do Chaco e o movimento de Frente Popular, desde a presença da campanha antibélica e de combatentes voluntários em sua formação, até o efeito-dominó que culminou no malfadado Levante Antifascista de 1935. Por fim, a quarta seção tratará brevemente da repressão contra os grupos socialistas e da convergência destes em torno da União Nacional contra o Eixo e seus aliados dentro do Estado Novo.

A mobilização antibélica na América Latina

Tão logo ocorreu o ataque paraguaio ao forte Vanguardia, o periódico argentino *La correspondencia sudamericana* e o uruguaio *El trabajador latinoamericano*, ambos ligados à Internacional Comunista – IC –, publicaram manifestos que conclamavam as massas boliviana e paraguaia a não aderirem ao confronto armado que se pronunciava.

Operários e camponeses da Bolívia e do Paraguai: fraternidade! Unam seus esforços, juntem suas aspirações comuns, e voltem toda sua força contra seus opressores! Dirijam sua luta contra o imperialismo que os esmaga diretamente sob a conduta dos atuais governos burgueses, instaurem seu

*próprio governo, o Governo Operário e Camponês! Somente assim vão se emancipar do jugo presente e solucionaram a incidência de limites, que nas mãos da burguesia é mais um instrumento de servidão. Operários e camponeses bolivianos e paraguaios: querem arrastá-los a uma contenda guerreira, em proveito de seus opressores. Transformem a guerra de classe contra suas classes governantes e contra o imperialismo!*¹⁰⁴

*Trabalhadores da Bolívia e do Paraguai: a guerra que se prepara não é de vocês, não será feita para vocês nem em seu benefício. Se trata de uma luta de duas gangues escravocratas pela divisão dos escravos e do botim. O real conteúdo do litígio pela fronteira do Chaco Boreal, é um prolongamento da luta entre o imperialismo inglês e o americano, pela conquista da América Latina, e neste caso pela conquista das riquezas naquela região. O petróleo do Chaco Boreal, assim com as riquezas em geral do Paraguai e da Bolívia, não pertencem a vocês, mas aos imperialistas que mandam em ambos os países. Na guerra que se prepara vocês não têm nada a ganhar e muito a perder. Se os senhores capitalistas querem a guerra, eles que lutem!*¹⁰⁵

Em relação a países da América do Sul como Argentina, Uruguai, Brasil, Equador e Peru, as organizações de esquerda na Bolívia e no Paraguai estavam menos consolidadas naquela época. O Partido Comunista Paraguaio foi fundado somente em 1928 e, na Bolívia, os movimentos sindicais e indígenas passavam por constantes massacres (STREICH: 2015, 165-166). Tais debilidades foram percebidas e criticadas em artigo do *La correspondencia sudamericana*:

*Apesar de a guerra ser iminente, de terem se efetuado encontros entre as tropas da Bolívia e do Paraguai, e apesar de se saber que os dois países não são outra coisa além de instrumentos dos anseios imperialistas, nossos partidos, salvo raras exceções, não realizaram nenhuma agitação entre as massas trabalhadoras de seus respectivos países para denunciar a iminência dessa guerra e a essência imperialista da mesma... Deve ser dito também que neste caso, nossos companheiros, tanto no Paraguai quanto na Bolívia, não souberam cumprir inteiramente com seu dever de revolucionários!*¹⁰⁶

O artigo, intitulado *El Movimiento Revolucionario Latinoamericano*, foi publicado em 1929. As sangrentas repressões desencadeadas no ano de 1931 na Bolívia de Salamanca e no Paraguai de Guggiari mostram que, em um curto espaço de tempo, as mobilizações populares antibélicas se tornaram perigosas ao ponto de precisarem ser extirpadas antes do início da guerra. Só assim os governos boliviano e paraguaio tiveram êxito em enviar suas populações à carnificina mútua.

Dirigiram-se ao exílio à Argentina Tristan Marof, que fundou, em 1932, o Grupo Tupac Amaru, movimento cuja campanha contra a Guerra do Chaco preconizou era possível

¹⁰⁴ La Correspondencia Sudamericana, n. 6, Buenos Aires, dezembro de 1928. (Apud. HERNÁNDEZ, In. GUEVARA, HERNÁNDEZ, 2004: 141-142). Tradução nossa.

¹⁰⁵ El trabajador latinoamericano, ano 1, n. 6, novembro-dezembro de 1928. (Apud. Ibid.: 142). Tradução nossa.

¹⁰⁶ *El Movimiento Revolucionario Latinoamericano*, in. Correspondência Sudamericana, p. 28-29. (Apud. Ibid.: 140). Tradução nossa.

dar soluções pacíficas à questão do Chaco e de que a guerra vinha sendo provocada pelas companhias petrolíferas Standard Oil – estadunidense – e Royal Dutch Shell – britânica¹⁰⁷. Posteriormente, o Grupo Tupac Amaru se fundiria com outros grupos de bolivianos esquerdistas exilados, como o Izquierda Boliviana, fundado por José Aguirre Gainsbourg no Chile, juntos, formariam o Partido Obrero Revolucionario – POR – em 1934 (CHIAVENATO, 1980: 54-56; STREICH, 2015: 55-56).

O comunista paraguaio Oscar Creydt também se exilou na Argentina, onde ajudou a restabelecer o PCP entre 1933 e 1934. Segundo Creydt, era insuficiente entender o conflito boliviano-paraguaio somente como parte das disputas imperialistas, buscando, assim, analisar o papel e os interesses dos governos burgueses nacionais, considerado por Creydt como de primeira importância, para sua ocorrência (L. JEIFETS; V. JEIFETS, 2017: 173; QUEVEDO; SOLER, 2020: 119).

Mais próxima da linha do Tupac Amaru do que a de Creydt, estava o PCB, como mostra o seguinte trecho do documento *Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina*, de 1930:

*O conflito de interesses entre o imperialismo britânico e o imperialismo dos Estados Unidos, que constituem o eixo fundamental das contradições internacionais do sistema capitalista, encontra na América Latina, um de seus principais abrigos. A América Latina tem, pois, uma importância de primeira ordem como uma das fontes de conflito e de novas guerras imperialistas. O conflito entre o Paraguai e a Bolívia é, no fundo, um episódio da luta dos dois mais poderosos imperialistas na conquista do petróleo sul-americano.*¹⁰⁸

Dois anos depois, a análise do PCB sobre o envolvimento do Brasil na Guerra do Chaco passou a articular os interesses de política interna com as disputas imperialistas, muito à luz do levante paulista que acabava de ser derrotado.

O golpe de São Paulo foi uma expressão de luta contínua travada entre os diferentes grupos feudal-burgueses por se apossar do Governo e defender seus interesses econômicos e políticos e levar a cabo seu programa de solução da crise em favor do café, do gado e da indústria. Mas este golpe fez-se em condições diferentes das de outubro de 1930. A crise se agudiza terrivelmente; depois que os trabalhadores brasileiros mostraram em maio de 1932, em greves extensas, sua vontade de luta independente; QUANDO COMEÇA NA AMÉRICA DO SUL, NO CHACO, UMA GUERRA CONTINENTAL, NA QUAL EVIDENTEMENTE O BRASIL PARTICIPARÁ DE FORMA ATIVÍSSIMA; quando são iminentes os perigos de guerra interimperialista e de ataque à U.R.S.S., o Brasil vem preparando-se para a guerra. Missões militares estrangeiras, fábricas de aviões e munições, missões propagandísticas japonesas, forte propaganda anti-soviética,

¹⁰⁷ Marof pode ser considerado o pioneiro desta linha interpretativa, pois já fazia esta denúncia desde 1928, quando estava exilado no México (STREICH, 2015: 169).

¹⁰⁸ *La Correspondence Internationale*, 1930, n. 10, p.100-113 e n. 11, p. 112-115 (Apud. CARONE, 1973: 335).

contratos para prover de café a Coréia, a Manchúria e os países do Báltico e para reorganizar o mercado polaco do café (formas de comprar o concurso dos latifundiários brasileiros para a agressão contra a U.R.S.S.), são indícios dessa afirmação. A luta imperialista por melhores posições no Brasil torna-se aguda e se refletia claramente na recente luta armada, na qual os interesses de cada bloco feudal-burguês estavam intimamente ligados aos interesses do imperialismo. Tem sido também uma luta para saber do lado de que imperialismo participará o Brasil na guerra interimperialista e na guerra sul-americana, na que os imperialismos ianque e britânico jogam tão grande papel. De estabelecer sob qual chefe imediato o Brasil irá atacar a U.R.S.S. NA GUERRA SUL-AMERICANA EXPRESSAM-SE TAMBÉM AS RIVALIDADES PRÓPRIAS DOS GRUPOS FEUDAIS-BURGUESES LATINO-AMERICANOS, EXASPERADAS POR UMA FORTE GUERRA ADUANEIRA. O Brasil tem na Colômbia o competidor mais sério para seu café. NO BRASIL HÁ GRUPOS QUE BUSCAM ACORDO COM A ARGENTINA (ERVATEIROS ETC.) E GRUPOS QUE BUSCAM COM ELA A GUERRA COMERCIAL (GADO, PRODUTORES DE TRIGO ETC.). Todos estes interesses dos diversos grupos feudal-burgueses têm jogado também seu papel na recente luta armada interior e com vistas à guerra exterior; isto é, visando a estabelecer com quem marchará o Brasil nela¹⁰⁹.

Ainda em 1932, Tito Batini é admitido no PCB e, por sua atuação como editor dos jornais operários *Vanguarda Proletária* e *A Luta*, foi enviado à sede do Bureau Sul-Americano da IC em Montevideu. Sua missão era redigir manifestos dirigidos aos soldados paraguaios e bolivianos na Guerra do Chaco, juntamente com o alemão Arthur Ewert, o argentino Rodolfo Ghioldi, o peruano Rabines e o paraguaio Campos Cervera (BATINI, 1991: 16-17).

Segundo as memórias de Batini e do comunista paraguaio Obdulio Barthe:

Alguns meses após minha chegada ao Sul, e certamente como efeito da propaganda antiguerreira e anti-imperialista dos companheiros que em Montevideu já se encontravam a postos no Birô Latino-Americano da Internacional Comunista, começávamos a nos sentir gratificados pelas primeiras reações provindas do front – era eu encarregado de recolhê-las através dos marinheiros que faziam a navegação de cabotagem desde o Paraguai. a eles passando o nosso material de propaganda e os quais nos anunciavam a formação de montoneras, em que se confraternizaram os jovens de ambos os países (BATINI, 1992: 25-26).

Nós não seguimos a linha da deserção, seguimos a linha de ir à frente de batalha e confraternizar com os soldados, fazer um trabalho educativo que criasse as condições para um levante popular (BARTHE, 2009: 72. Apud: QUEVEDO; SOLER, 2020: 119. Tradução nossa).

Durante toda a Guerra do Chaco, as autoridades paraguaias tiveram de lidar, além com a formação de montoneras, com episódios de resistência entre camponeses, que se recusavam ao alistamento forçado e a enviar alimentos ao campo de batalha. Os militantes comunistas

¹⁰⁹ Montevideu, dezembro de 1932. Paulino Gonzales Alberdi, La Correspondencia Internacional, nº 3, 1933 (Apud. CARONE, 1973: 346-358). Grifos nossos. Grafia atualizada.

pegos difundindo tais ideias entre camponeses e soldados eram ou fuzilados ou enviados para pelotões suicidas (QUEVEDO; SOLER, 2020: 118-119).

Além de publicações para os soldados e mobilização dos camponeses, as atividades anti-guerra da IC¹¹⁰ concentravam-se em vincular a pauta com as reivindicações trabalhistas:

Parar os trens e barcos que levam materiais para a guerra; impedir a todo custo o embarque dos mesmos; impedir a fabricação de alimentos e vestidos destinados às frentes; realizar greves e demonstrações de toda índole frente a essas situações; dar um conteúdo anti-guerreiro a todas as lutas reivindicativas imediatas dos trabalhadores; organizar desde já a confraternização entre os povos e os soldados dos distintos países, eis aqui as tarefas primordiais que devem cumprir, sem demora, todo sindicato revolucionário¹¹¹.

No lado boliviano, o Grupo Tupac Amaru, cada vez mais próximo dos trotskistas, pregava a deserção dos trabalhadores enviados como soldados à guerra e sua adesão à luta revolucionária. Tal linha somou-se, embora em menor quantidade, às péssimas condições e tirania dos comandantes que os soldados bolivianos sofreram no Chaco Boreal para motivar a deserção de milhares deles (CHIAVENATO, 1980: 168; SCHUCHARD, in. RICHARD, 2008: 178; STREICH, 2015: 55-56).

Além de Marof e Creydt, então exilados na Argentina, o anarquista Juan Lazarte e o comunista Elio Colle, ambos argentinos, foram baluartes da intelectualidade anti-belicista (Cf. GUEVARA, In. GUEVARA, HERNÁNDEZ, op. cit.). Este setor foi particularmente aguerrido na busca pela paz socialmente emancipadora em torno do conflito boliviano-paraguaio, tanto que em Córdoba foi a maior das comemorações pelo armistício, assim como onde foi fundado o POR (ANDRADE, 2007: 37; STEFANONI, 2014: 41).

Daí decorre fator fundamental para os comunistas na América Latina terem, antes do fim da guerra e das novas orientações da IC, abandonado o ultra-esquerdismo e aderido às Frentes Populares – ou seja, a aliança com setores pequeno-burgueses em torno de um projeto democrático comum (STEFANONI, op. cit.: 27). Não à toa, tanto Creydt quanto Marof estiveram presentes nos governos nacionalistas pós-Chaco de Rafael Franco, no Paraguai, e de Toro-Busch, na Bolívia (Cf. STREICH, 2015: 58; QUEVEDO; SOLER, 2020: 120).

A tática de Frente Única – ou seja, de união entre toda a esquerda radical em torno de um projeto revolucionário proletário comum – mostrou sérias fragilidades durante o primeiro grande encontro de movimentos sociais e partidos políticos contrários à Guerra do Chaco.

¹¹⁰ Desde o início da Guerra do Chaco, as atividades anti-bélicas estiveram na prioridade central, uma vez que o conflito foi considerada um grande alerta para as carnificinas bélicas que o “Terceiro Período” do capitalismo mundial traria (STEFANONI, op. cit.: 26).

¹¹¹ La Internacional, n. 3401, 17/12/1932 (Apud. HERNÁNDEZ, in. GUEVARA, HERNÁNDEZ, 2004: 149). Tradução nossa.

O Congresso Anti-Guerreiro de Montevideu

No mês de março de 1933, a IC realizou em Montevideu o Congresso Anti-Guerreiro Continental, a contar com 446 delegados convocados de toda a América, sendo 176 argentinos. Deste total 362 eram operários de indústria, 45 eram estudantes, 23 intelectuais, 12 camponeses e 4 artistas. Entretanto, não havia nenhum boliviano, e somente um paraguaio, Oscar Creydt, reflexo tanto da repressão ferrenha nos países beligerantes aos operários, estudantes e camponeses, quanto das fragilidades dos grupos partidários tanto na Bolívia quanto no Paraguai, apontadas pelo Bureau Sul-Americano da IC anos atrás (HERNÁNDEZ, in. GUEVARA, HERNÁNDEZ, op. cit.: 149; STEFANONI, 2014: 30-31).

A iniciativa do Congresso Anti-Guerreiro foi tomada autonomamente pela IC sul-americanas, de modo que não houve representantes da IC europeia, mesmo que tenha sido considerada um desdobramento do Movimento Amsterdam-Pleyel, iniciado em 1932 em resposta à invasão da Manchúria realizada pelo Japão, no ano anterior. O congresso contou também com trotskistas, socialistas e anarquistas, e apesar da IC, no momento, estar no auge de sua política obreira, houve grande apelo para a presença da intelectualidade sul-americana no Congresso (OLIVEIRA, 2013: 173-175), como mostra do seguinte manifesto da revista argentina *Claridad*:

*Considerando que a luta contra o imperialismo, fator de guerra, só pode ser conduzida através da luta pela unificação da América Latina, como um passo até a comunhão mundial dos povos, dirigimos nosso chamado caloroso à intelectualidade progressista do continente, convidando-a colaborar de modo ativo e orgânico na realização da Conferência Continental contra a guerra imperialista a ser realizado em Montevideu.*¹¹²

Vale destacar a intervenção de Tarsila do Amaral no Congresso, representando o PCB, que destacou o papel das mulheres no cenário das guerras imperialistas e onde, entre outras questões, denunciou a militarização das mulheres no Brasil promovida pela Doutrina Góes Monteiro (Ibid.: 180).

Do Congresso, saíram muitas das acusações fundamentadas sobre o papel da Argentina na guerra em favor do Paraguai que posteriormente fariam os nacionalistas bolivianos. De forma geral, as falas se atentaram ao fator imperialista por trás da guerra, ao combate ao “pacifismo estéril e neutro” e à convivência dos governos Vargas, no Brasil, Justo, na Argentina, e Terra, no Uruguai, ao prosseguimento do conflito. A quantidade de adesões sindicais confirmou a força militante que os partidos comunistas depositaram na causa

¹¹² Llamado de los intelectuales argentinos a todos los intelectuales de America. *Claridad*, Buenos Aires, n. 259, 10 de diciembre de 1932 (Apud, OLIVEIRA, 2013: 178). Tradução nossa.

antibélica. Entretanto, o objetivo de criar uma unidade de ação contra a guerra se perdeu em atritos entre as diversas vertentes ali presentes. Apesar disso, o Congresso conseguiu aprovar uma declaração unânime contra a guerra, onde foi clamado que os esforços para deter as matanças no Chaco Boreal fossem redobrados (HERNÁNDEZ, In. GUEVARA, HERNÁNDEZ, op. cit.: 150; OLIVEIRA, 2013: 180; STEFANONI, 2014: 31-33).

A tensão entre os delegados estava particularmente alta devido a um novo fator preocupante no cenário internacional: a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha. À luta antibélica e anti-imperialista, somou-se ali a luta contra o fascismo, entendido majoritariamente como uma manifestação reacionária necessariamente belicosa contra as massas trabalhadoras, e como um inimigo mais ameaçador do que os social-democratas, com os quais valeria mesmo uma aliança para combatê-lo. Isso, somado às brigas sectárias entre as diversas posições ali presentes e aos desentendimentos com o Movimento Amsterdam-Pleyel, fizeram com que, a partir do Congresso Anti-Guerreiro de Montevideú, surgissem as primeiras tendências, por parte da IC, de abandono da tática de Frente Única em favor à de Frentes Populares (ZIMBARG, 2001: 82-83; OLIVEIRA, 2013: 184-185).

As divergências saídas do Congresso estão resumidamente expressas nos seguintes excertos. O primeiro do periódico *La Internacional*, que descreve exaltadamente o Congresso. E o segundo do jornal *A Platéia*, onde Mário Pedrosa, então a articular em São Paulo a Frente Única Antifascista – FUA –, deu suas opiniões de desprezo sobre o Congresso de Amsterdam, no qual o de Montevideú foi igual em estrutura, portanto aplicável à mesma crítica.

*Depois de cinco dias de sessões em que se trabalhou intensamente na discussão da linha a ser seguida, com base na linha geral do Congresso de Amsterdam, foram tomadas resoluções e feitos planos de trabalho no Congresso em meio a delirantes entusiasmos e ao compromisso das delegações de cada país de retornarem a seus locais de trabalho e ação, e trabalharem corajosamente pela aplicação das resoluções do Congresso Anti-Guerreiro, para populariza-lo e divulgá-lo entre as massas trabalhadoras, camponesas, índias, estudantis e intelectuais*¹¹³.

*Ele constitui-se de um amálgama heterogêneo de elementos vindos das diversas classes sociais e de organizações políticas, culturais ou sociais que, por definição, não podiam misturar as bandeiras nem deliberar em comum*¹¹⁴.

Pouco material escrito foi produzido sobre o Congresso devido às imensas dificuldades que o governo uruguaio ditatorial de Gabriel Terra impôs para impressão e

¹¹³ Bajo la bandera del Congreso Latinoamericano de Montevideo. *La internacional*. Buenos Aires, n. 3.406, p. 4. 13 de abril de 1933. Apud. OLIVEIRA, 2013: 179. Tradução nossa.

¹¹⁴ As guerras imperialistas da América do Sul são reflexos das rivalidades capitalistas. *A Platéia*. São Paulo, 5 de janeiro de 1933. Apud. OLIVEIRA, 2013: 181.

distribuição (OLIVEIRA, 2013: 180). Entretanto, um manifesto anarquista, intitulado *Guerra a la guerra* sobreviveu, e indica que, pelo menos a princípio, havia a boa vontade de se construir uma Frente Única¹¹⁵. Também sobreviveu um plano de ação, interceptado pelo Ministério da Guerra do Paraguai em julho de 1933, onde, segundo o coronel Carlos José Fernandez, os antibélicos deveriam concentrar suas forças sobre os operários portuários, os ferroviários e os camponeses das zonas de Caazapá, Sosa, Maciel, Villarrica y Charará (FERNANDEZ, 1987: 87. Apud. QUEVEDO; SOLER, 2020: 118).

Mesmo distante – exilado na União Soviética –, Luís Carlos Prestes trouxe destacadas colaborações à iniciativa dos comunistas sul-americanos. O Boletim do Congresso de Montevideu – do qual sobraram resquícios em periódicos nos países platinos – divulgou a lista de intelectuais e estudantes em apoio ao Congresso assim que este foi anunciado, e Prestes a encabeçava. O Jornal *Justicia* publicou uma saudação de quatro páginas de Prestes ao Congresso, lida no dia de sua abertura. E após a realização do Congresso, ainda trocou correspondências com o dirigente do Movimento Amsterdam-Pleyel, Henri Barbusse, para que se desse maior atenção à Guerra do Chaco (OLIVEIRA, 2013: 176, 183, 277).

Prestes – que se mantinha a par da situação na América Latina pelo Bureau Sul-Americano da IC (BATINI, 1991: 17) – já era nome de grande prestígio entre revolucionários de todo o continente. Seu envolvimento nas lutas políticas brasileiras durante as décadas de 1920 e 1930, especialmente no curto período de existência da ANL, aproximou ainda mais a Guerra do Chaco do Brasil, como se verá a seguir.

A Guerra do Chaco e a ANL

Em 1927 a Coluna Prestes chegou ao fim. O movimento, além do destacado impacto nacional, também teve grande repercussão internacional. As missões diplomáticas do Brasil em Assunção, Montevideu, La Paz e especialmente Buenos Aires, enviaram informes e telegramas com significativa frequência ao Rio de Janeiro, dando ciência ao governo federal das ações dos jovens oficiais. Apesar deste apoio, o governo argentino, por uma série de razões legais, políticas, comerciais, logísticas e mesmo estratégicas, não agiu com a severidade que o Itamaraty esperava, o que contribuiu para um maior distanciamento entre Brasil e Argentina (XAVIER, 2016: 190, 197, 214, 215).

A Coluna chegou a passar pelo Paraguai e percorreu dez estados brasileiros terminou na Bolívia e também no Paraguai, com o exílio de seus participantes. Ou seja, do princípio ao

¹¹⁵ O documento consta integralmente e traduzido nos apêndices desta dissertação.

fim, o episódio culminante do “tenentismo” que incluiu em suas pautas o combate latifúndio nacional, esteve, de alguma forma, ligado ao Chaco, onde o latifúndio tinha um “fulgor jamais ultrapassado ou sequer alcançado” em qualquer região do mundo (PRESTES, 1997: 315; COLLOR, 1933, tradução nossa. Apud. MONIZ BANDEIRA, 1998: 170).

Segundo o verbete dedicado a Prestes do Atlas Histórico do Brasil, do CPDOC:

Durante o período em que viveu exilado na Bolívia e na Argentina, Prestes foi procurado constantemente por revolucionários latino-americanos que buscavam orientação para conduzir os movimentos revolucionários em seus países de origem. Rodolfo Ghioldi, comunista argentino, escreveu na época a seu respeito dizendo que “não só os brasileiros o buscam. Os uruguaios, os paraguaios, os bolivianos o procuram. Os revolucionários sul-americanos o reconhecem como o maior, o admiram, esperam seu conselho”. O encontro e a amizade de Prestes com Ghioldi permitiram a troca de idéias e o aprofundamento das leituras que vinha fazendo. Durante os anos de 1928 e 1929, Prestes tomou parte em comícios da Liga Antiimperialista ao lado de Ghioldi, pronunciando discursos sobre a situação do Brasil, nos quais mostrava a necessidade de uma revolução de caráter antiimperialista e agrário.¹¹⁶

No momento em que Prestes era procurado por revolucionários uruguaios, paraguaios e bolivianos, estes estavam profundamente mergulhados na questão do Chaco e em seu caráter imperialista, como já foi abordado nesta pesquisa. O próprio Ghioldi, posteriormente, esteve entre os organizadores do Congresso Anti-Guerreiro de Montevideu (OLIVEIRA, 2013: 177). Desta maneira, pode-se dizer que as ideias expressas no Manifesto de Maio, responsáveis por dividir o Tenentismo vieram muito mais do problema concreto debatido no interior do Bureau Sul-Americano da IC do que das divisões internas e análises difusas e simplistas sobre os problemas do Brasil que marcaram o PCB da época.¹¹⁷

Desde o encerramento da Coluna em 1927 até os primeiros meses do Governo Provisório, a figura de Prestes foi bastante disputada entre o PCB e sua fração interna de orientação trotskista que viria a se tornar a Liga Comunista Internacionalista – LCI (Cf. ABRAMO; KAREPOVS, 1987: 92-94). O principal contato de Prestes com o PCB, Astrojildo Pereira, havia sido expulso do partido em 1930, enquanto que Mário Pedrosa e Aristides Lobo, dirigentes do então Grupo Comunista Lênin, aproximaram-se dele a partir da divulgação do Manifesto de Maio¹¹⁸. Por fim, a incorporação quase plena dos “tenentes” ao Governo Provisório de Vargas, a perseguição imposta pelos governos de Uruburu na Argentina

¹¹⁶ Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes>. Acesso em 22/09/2023.

¹¹⁷ O próprio Prestes relata sua proximidade com os membros do Bureau por razões que o aproximavam mais do caráter conspiratório do Tenentismo do que pela ideologia marxista, e que ainda estava muito distante do comunismo quando divulgou o Manifesto de Maio (Revista Novos Rumos, n. 33, p. 16).

¹¹⁸ <https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes> e <https://passapalavra.info/2009/11/14666/>. Acesso em 22/09/2023.

e Terra no Uruguai e as conversas com o pecebista Abraham Guralski, levaram Prestes a se alinhar à União Soviética, para onde partiu exilado, e a fazer coro com o PCB¹¹⁹. No documento onde declara tais posições, analisa os recentes golpes de Estado na América do Sul como parte do mesmo fenômeno:

Os últimos golpes de Estado em toda a América do Sul assinalam claramente a característica de luta interimperialista a todos esses movimentos. Na Argentina, no Peru, na Bolívia e no Brasil o problema é o mesmo. É a contra-revolução preventiva contra os movimentos de massa, é a luta dos imperialismos pelos mercados consumidores. A concepção pequeno-burguesa de que esses golpes foram independentes, de que a burguesia do Rio Grande derrubou a burguesia paulista, cai, definitivamente, perdendo toda e qualquer significação concreta. De fato, os golpes de Estado reforçam as posições imperialistas e assinalam, com clareza meridiana, que a burguesia nacional e os latifúndios só fazem o que lhes determina o imperialismo a que respondem. Com os governos surgidos dos golpes de Estado não finda, porém, a luta interimperialista.¹²⁰

Foi em 1934 que a IC passou a orientar não mais a formação de Frentes Únicas, mas a de Frentes Populares, tática que os trotskistas acusavam de mitigar a força de ação do proletariado e de erroneamente separar a luta contra o imperialismo da luta contra o capitalismo (Cf. ALMEIDA, 2005: 87-88). Contudo, na América Latina, a tendência para a Frente Popular iniciou-se, como visto, um ano antes, frente aos resultados frustrantes da tentativa de formar uma Frente Única antibélica no Congresso Anti-Guerreiro. Além disso, ela era vista no Brasil, e em boa parte da América do Sul, como alternativa à clandestinidade e possibilidade de atuar institucionalmente em representação dos camponeses e operários (RANGEL, 2007: 150).

Assim, entre o fim de 1934 e início de 1935, a Aliança Nacional Libertadora começou a ser formulada por figuras políticas progressistas e democráticas opositoras do Getúlio Vargas, entre os quais alguns remanescentes do “tenentismo”. A ANL foi influenciada por teses do PCB, que admitiu em agosto a filiação de Prestes, por insistência da IC, e com isso saiu do isolamento e esvaziou a Frente Única Antifascista. (VINHAS, op. cit.: 70; SODRÉ, 1986: 35; ZIMBARG, op. cit.: 102-103).

O militante ultracatólico, Plínio Correia de Oliveira, em meio a seus ataques contra o “perigo vermelho” representado pela ANL, comentou algo digno de nota sobre um comício no Rio de Janeiro realizado meses após a aclamação de Prestes como presidente de honra.

Nesse comício defendeu-se a unidade sindical, portanto o sindicato único socialista, como se tem organizado aqui, negando-se existência ao sindicato

¹¹⁹ Revista Internacional Praga, n. 1, 1973. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1973/01/como.htm#tr5>. Acesso em 22/09/2023.

¹²⁰ Buenos Aires, 12 de Março de 1931. *Diário da Noite*, 24 de março de 1931 (Apud. BASTOS, 1986: 225-226, 230-231).

*que declare ter confissão religiosa ou que alegue outra ideologia política; COMBATEU-SE REVOLUCIONARIAMENTE A GUERRA IMPERIALISTA DO CHACO, e um membro do Sindicato dos Professores protestou contra o ensino religioso nas escolas, enquanto o estudante Carlos de Lacerda disse que “nem os bonecos de galões nem os bonecos de papel de imprensa... etc., poderão deter a massa na conquista dos direitos que ela exige... A massa passará esmagando os ‘bonecos’”.*¹²¹

O envolvimento de Prestes com a ANL atraiu tanto comunistas estrangeiros envolvidos com a campanha antibélica em torno do Chaco, como Rodolfo Ghioldi e Arthur Ernst Ewert¹²², quanto combatentes brasileiros voluntários nas fileiras paraguaias, como Nemo Canabarro Lucas¹²³. Em um contexto onde o campo socialista sul-americano também temia que o conflito boliviano-paraguaio fosse crescer até envolver todo o continente¹²⁴, Prestes acrescenta às pautas da ANL uma posição contra a Guerra do Chaco, no “Programa Antiimperialista” do *Manifesto da Aliança Nacional Libertadora*:

I - Não pagamento das dívidas externas, nem seu reconhecimento.

II - Denúncia dos tratados anticomerciais com o imperialismo.

III - Nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário.

IV - Jornada máxima de trabalho de oito horas, seguro social, aposentadorias, aumento de salários, salário igual para igual trabalho, garantia de salário mínimo, satisfação dos demais pedidos do proletariado.

V - Luta contra as condições escravistas e feudais do trabalho.

VI - Distribuição entre a população pobre camponesa e operária das terras e utilização das aguadas, tomadas sem indenização aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos da igreja, que lutam contra a liberdade do Brasil e a emancipação do povo.

VII - Pelas mais amplas liberdades populares, pela completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, pela mais completa liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado.

VIII - CONTRA TODA E QUALQUER GUERRA IMPERIALISTA E PELA ESTREITA UNIÃO, COM AS ALIANÇAS NACIONAIS LIBERTADORAS,

¹²¹ O *Legionário*, 9 de junho de 1935, n. 173. Disponível em https://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG_350609_Alianca_Nacional_Libertadora.htm. Acesso em 10/09/2023.

¹²² As projeções exageradamente otimistas sobre a situação revolucionária no Brasil feitas pelo PCB, inclusive, levaram o Bureau Sul-Americano da IC a ser transferido de Montevidéu para o Rio de Janeiro (DEL ROIO: 2002, 108. Apud.: SANTOS, 2009: 406).

¹²³ <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/nemo-canabarro-lucas>. Acesso em 10/09/2023.

¹²⁴ *O feito fundamental, característico da situação presente, é que a guerra do Chaco, em seu aspecto localizado, já não pode continuar por mais tempo, e tende a se transformar rapidamente em um conflito maior, de caráter continental.* La Internacional, n. 3449, 11/05/1935 (Apud. HERNÁNDEZ, In. GUEVARA, HERNÁNDEZ, 2004: 150). Tradução nossa.

*DOS DE MAIS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E COM TODAS AS CLASSES E POVOS OPRIMIDOS*¹²⁵.

A frente popular surgiu na onda crescente de greves advindas da recessão econômica¹²⁶ e na mobilização em torno do combate ao projeto da Lei de Segurança Nacional, apelidada de “Lei Monstro” por sindicalistas (SODRÉ, 1986: 35). Como foi visto no segundo capítulo desta dissertação, essa lei foi promulgada no contexto de crescimento das tensões em relação à Guerra do Chaco. Dessa forma, pode-se afirmar que o posicionamento anti-bélico não dizia respeito apenas ao cenário internacional, como também ao nacional. E da mesma forma que ocorria internacionalmente, a correlação de forças mostrou-se profundamente desigual para os representantes das camadas populares.

A ANL começou em janeiro, apareceu em fevereiro no âmbito parlamentar e instalou-se em março na sua plenitude organizativa. Após a aclamação de Luiz Carlos Prestes como presidente de honra – em uma aliança entre “tenentes” e comunistas –, a ANL se consolidou como uma grande organização de massas do Brasil, tendo em cerca de três meses – abril, maio e junho – formado centenas de núcleos em todo o Brasil e arregimentado de 70 a 100 mil pessoas como filiados (ROSE, 2001: 70; PRESTES, 2008: 78, 81, 89; VIANNA, in. FERREIRA, DELGADO, 2020: 78). Contudo:

Apesar de sua rápida expansão, com mais de 1.600 núcleos e inscrição diária de 3.000 elementos pagantes, com 50.000 só no antigo Distrito Federal, apesar de sua atividade na direção de greves, na organização de caravanas de propaganda, no esforço em concentrações e comícios, apesar de seu estímulo à fundação de entidades satélites ou associadas, como a União Feminina do Brasil, a ANL não dispunha de solidez para enfrentar a ofensiva reacionária que lhe acompanhava a expansão (SODRÉ, 1986: 33).

Muitos historiadores delegam a culpa pela ilegalização da ANL através da “Lei Monstro”, em julho de 1935, exclusivamente ao conteúdo radical do manifesto divulgado por Prestes. Entretanto, a presença de Ghioldi e outros comunistas argentinos no Brasil precisa ser também considerada, dada a relação ambígua entre parceria política e rivalidade geopolítica quanto aos dois países. Se anteriormente a Argentina de Yrigoyen não agiu com a veemência esperada pelo Itamaraty contra os membros da Coluna Miguel Costa-Prestes em solo platino alegando compromisso com a legalidade (Cf. XAVIER, 2016), o Brasil de Vargas não tinha por que agir da mesma forma.

De acordo com Nelson Werneck Sodré:

¹²⁵ *Manifesto da Aliança Nacional Libertadora.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>. Grifos nossos. Acesso em 10/09/2023.

¹²⁶ O valor da moeda nacional depreciou-se em 71,2%, as exportações caíram em um valor de mais 2 milhões de libras-ouro, a dívida externa e a inflação aumentaram, e os cafeicultores novamente entraram em estado de alerta pelo preço do café ter caído de 2 libras e 4 shillings para 1 libra. Entretanto, a produção industrial não parou de crescer, e com ela, a classe operária e a agudização da exploração econômica dos industriais (BASTOS, 1986: 252-254).

A ilegalidade exige, realmente, além de firmeza ideológica, uma estrutura capaz de assegurar a continuidade efetiva das organizações empenhadas nessa luta difícil pela derrubada das situações estabelecidas. Quando isso não existe, como no caso concreto brasileiro da época, a ilegalidade encerra riscos muito grandes e contém o fermento de fragmentação das forças antes compostas. Em tal caso, foi o que aconteceu. Mas nem isso contribuiu para dissuadir ou mesmo debilitar a ideia de marchar para a luta armada. Pelo contrário, parece que robusteceu nos que defendiam o ímpeto de buscar aquele desfecho (SODRÉ, 1986: 83).

Neste cenário, o PCB, já acostumado com uma estrutura clandestina assumiu a hegemonia da ANL, e no interior de ambas as organizações, a divisão era menos sobre a opção pela luta armada e mais sobre a via golpista versus a insurreição nacional vinda de lutas de massas parciais, nas cidades e, posteriormente, no campo. Coube aos dirigentes nacionais, não à IC, decidir quando iniciar a insurreição, prevista para acontecer em dezembro ou meados de janeiro, mas precipitada por acontecimentos no Nordeste (Cf. PRESTES, 2008: 124-139).

Em Natal, sob intensos conflitos políticos eclodiu no dia 23 de novembro um levante de soldados do 21º quartel que, a partir daí, tomou a cidade e alguns pontos do interior durante quatro dias. Já em Recife, no dia 24, a rebelião ocorrida no interior do 29º quartel contou participação popular mais reduzida do que em Natal, e o levante foi derrotado no dia seguinte. A revolta no 3º Regimento de Infantaria no Rio de Janeiro foi decidida para ocorrer no dia 27 pelo próprio Prestes, em solidariedade aos levantes em Natal e Recife, sem que ainda se soubesse da derrota destes. Munido de informações passadas pelo prefeito Pedro Ernesto, o governo federal sufocou a revolta no mesmo dia (VIANNA, 2011: 247, 254-255, 291, 305-306, 325, 346-347).

Conforme José Nilo Tavares:

Em síntese, poder-se ia dizer que as causas fundamentais da insurreição de 1935 residiram:

1) *Na repressão dirigida pelo governo Vargas à ação da Aliança Nacional Libertadora, impedindo, com base em pretextos fúteis, geralmente, o seu livre desenvolvimento e facilitando o trabalho adverso dos integralistas.*

2) *Reprimidos, impedidos de atuar legalmente, os militantes aliancistas, ligados à caserna e ao Partido Comunista, acreditaram que o regime estava podre, Vargas desprestigiado, bastando uma pressão armada, nos moldes das que se deram com frequência entre 1922 a 1935, para o emborrachamento do governo.*

3) *Existia profunda convicção entre os aliancistas rebeldes sobre a viabilidade de formação de um Governo popular, nacionalista e revolucionário, capaz de realizar as transformações estruturais que o País carecia para expandir-se e assegurar melhores condições de vida ao seu povo.*

4) *Generalizava-se o receio de que o nazi-fascismo, enquistado em vários setores governamentais e, particularmente, nos aparelhos repressivos*

do Estado, impusesse a sua hegemonia e levasse o Brasil a um alinhamento subsequente com o Eixo. O temor fundamentava-se na crescente influência, sem contrastes, que a Alemanha e a Itália obtinham na Europa e em todo o mundo.

5) *Particularmente entre os comunistas, alimentava-se o desejo de transformar o Brasil em polo de influência política progressista, de modo a torná-lo ponderável na correlação de forças, ao nível internacional, favorecendo a área socialista, que tinha o seu centro na União Soviética* (TAVARES, in. CANALE, VIANA, TAVARES, 1985: 78).

Enquanto os trotskistas responsabilizam, em primeiro lugar, a falta de ligação com as massas para o fracasso do Levante Antifascista (Cf. ALMEIDA, 2005: 111-112), para Anita Prestes, o principal motivo, além de suas deficiências organizacionais, foi a subestimação dos efeitos da Doutrina Góes Monteiro no aparelhamento das Forças Armadas (PRESTES, 2008: 144). Tal aparelhamento, como foi abordado no capítulo, foi consequência não da Insurreição de 1935, mas da Guerra Civil de 1932, conectada de maneira íntima à Guerra do Chaco.

O conflito boliviano-paraguaio foi indiretamente utilizado pelo Governo Vargas para esmagar o movimento comunista no Brasil. Porém, quando foi encerrado, uma nova tática pôde ser adotada, mesmo com o movimento tendo sido esfacelado.

A paz no Chaco e a União Nacional

No mesmo mês da equiparação do Estado de Sítio com Estado de Guerra, Luís Carlos Prestes e sua companheira, Olga Benário, foram presos. Com o encarceramento de outros líderes aliancistas e comunistas, o PCB ficou acéfalo, isolado, dividido entre a continuidade da mobilização em torno da derrubada de Vargas – pelo comando regional de São Paulo, o único que não sofreu grandes perdas após a derrota da Insurreição de 1935 – e a neutralidade para com este em torno de arregimentar forças contra o integralismo (CARONE, 1973: 366; PRESTES, 2001: 19, 21).

Três fatores contribuíram para a segunda opção. O primeiro foi a revogação do Estado de Sítio por Macedo Soares assim que este deixou o Ministério das Relações Exteriores para assumir o Ministério da Justiça. Junto disso, veio a libertação de centenas de presos políticos, suspeitos de participação na Insurreição de 1935 sem processo formado, no ato que Filinto Müller apelidou pejorativamente de “Macedada”¹²⁷. Os atos sustentaram uma narrativa falaciosa do governo, de retorno à normalidade constitucional, que a direção nacional do PCB, engoliu. Isso levou o partido à uma cisão entre os que denunciavam a iminência da

¹²⁷ DEMOCRACIA, Memorial da. 'MACEDADA' LIBERTA 300 PRESOS POLÍTICOS. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ministro-da-justica-manda-soltar-presos-politicos#card-79>. Acesso em: 26 jun. 2023.

transformação plena do Governo Vargas em uma ditadura e os que seguiam a linha central pró-situação (VINHAS, 1982: 72; BATINI, 1992: 18; 218; PRESTES, 2001: 26-29).

O segundo foi a repressão ao malfadado Golpe Integralista leva os militantes do PCB ainda em liberdade a reforçar a posição de apoio ao Governo Vargas com a esperança de que, em sua composição diversa em tendências políticas, o Estado Novo pudesse se desfazer dos elementos reacionários e promover reformas sociais no país (ZIMBARG, 2001: 138-139). A dissidência, assim como Prestes – ainda preso, mas sem deixar de se comunicar com o PCB graças à ajuda de presos e de empregados da Casa de Correção (PRESTES, 2001: 46) – também deram apoio à resolução de “união nacional” em combate ao nazi-fascismo. Entretanto, diferentemente da direção do PCB, que o fazia sem compromissos sólidos, assinalavam que:

*Lutamos contra o integralismo sem apoiar Getúlio; lutamos contra o integralismo não em nome do Estado Novo, mas em nome da Democracia; lutamos exigindo o armamento do proletariado e do povo como únicos agentes (...) de repressão implacável da peste verde*¹²⁸

Nós nem por um instante deixaremos de lutar contra a atual tirania, e só o apoiaremos [a Getúlio] ante medidas concretas como anistia, convocação de eleições, suspensão da censura à imprensa, etc. (FALCÃO, 1999: 32. Apud. Ibid.: 46).

O terceiro foi o triunfo do pan-americanismo que representou o Tratado de Paz, Amizade e Limites. Em uma conjuntura onde as convenções europeias foram incapazes de tomar atitudes contra as invasões da Manchúria pelo Japão, da Abissínia pela Itália, contra a Guerra Civil Espanhola e as anexações da Áustria e da Tchecoslováquia pela Alemanha, o sucesso em encerrar uma guerra a partir de resoluções estritamente americanas pode ser considerado o marco inicial do que Andrade chama de “sonho de integração econômica e política de todo o setor latino do continente ao nascente sistema imperial norte-americano” (ANDRADE, 2012: 6).

Neste contexto, o PCB passou a apoiar as conferências interamericanas e a Doutrina Monroe, pois essas eram vistas como formas de combate ao fascismo em expansão, e a aproximar-se de elementos como Osvaldo Aranha (ZIMBARG, 2001: 139; RANGEL, 2007: 299). Além disso, uma vez que o nazi-fascismo era comumente relacionado ao belicismo desenfreado, o Governo Vargas passou a ser visto como um potencial aliado contra tal perigo a se alastrar pelo mundo, pois, durante o período em que ocorreram as batalhas no Chaco Boreal e, logo após, a Conferência de Paz:

¹²⁸ *Documento do Comando Regional de São Paulo*, maio de 1938, Fundo Hermínio Sacchetta, pasta 30 (Apud. PRESTES, 2001: 43).

O Brasil buscou insistentemente uma fórmula capaz de encerrar a luta que considerava fratricida entre vizinhos sul-americanos capaz de trazer graves instabilidades para as suas fronteiras ocidentais. Por vezes, inclusive, o país adotou posturas que implicavam em rivalizar com os seus pares regionais, como o Chile e a Argentina, ou mesmo com a Liga das Nações na redação dos termos da paz (CARVALHO, 2019: 324).

Considerações finais

Desde as Internacionais pré-Revolução Russa, um dilema paira sobre as correntes marxistas no que diz respeito à estratégias para se chegar ao poder: agir em conjunto com a totalidade da vanguarda proletária em Frente Única, ou com segmentos burgueses e pequeno-burgueses democráticos da sociedade em Frente Popular? Ao longo do século XX – e ainda no XXI –, viu-se que a resposta para esse dilema varia de acordo com as condições materiais de cada localidade e época, e com os interesses imediatos dos grupos que disputam a hegemonia de suas respectivas linhas. As condições que a Guerra do Chaco e o contexto maior de preparação para a Segunda Guerra Mundial no qual ela esteve envolta, bem como o almejo pela legalidade por parte da maioria dos dirigentes comunistas, fizeram a estratégia da Frente Popular ser preferível.

O conflito boliviano-paraguaio, segundo Stefanoni, fez os revolucionários latino-americanos saírem do sonho com a “hora americana”, expresso pelos jovens de Córdoba¹²⁹ e com as ideias de latinidade e indo-americanismo para o pesadelo da realidade de dois povos irmãos – inclusive muitos indígenas que sequer eram considerados cidadãos plenos na Bolívia ou no Paraguai – sangrando ou simplesmente morrendo de sede e de doenças no inferno chaqueno. Seus esforços pacifistas originaram, em grande medida, organizações antibélicas e antifascistas de maior amplitude (STEFANONI, 2014: 26-27).

Uma delas foi a ANL, que, mesmo ao coordenar levantes que terminaram derrotados, mobilizou a população brasileira pela democratização do país, como descreve Abguar Bastos:

Em 1935, não resta dúvida que a insurreição social de novembro precipitou a reação fascista mas, por outro lado, foi uma das maneiras práticas de alertar o povo contra o fascismo e demonstrar-lhe, pelo que veio depois, o grau das possibilidades opressoras da classe dominante.

Quando as condições internacionais obrigaram o governo para-fascista de Vargas a recuar de seus ostensivos compromissos com o integralismo, o povo pôde logo assumir seu verdadeiro papel, mobilizando-se para a luta pela redemocratização do País.

O movimento armado de 1935 foi apenas um passo adiante. Curto, mas para adiante (BASTOS, 1986: 298).

¹²⁹ *Manifesto Liminar*. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em 22/09/2023.

O que se viu com a União Nacional de Prestes e o PCB em torno de Vargas pode ser comparado com a adesão de Oscar Creydt e do restante do PCP à Rafael Franco e com a composição da fração marofista do POR com David Toro e Germán Busch. Em todos os casos, esses alinhamentos com governos nacionalistas de forte teor anticomunista foram duramente criticados pelos respectivos setores do trotskismo – com destaque para Hermínio Sachetta no Brasil e José Aguirre Gainsbourg na Bolívia, sendo que o primeiro foi expulso do PCB em 1937 e o segundo expulsou Marof do POR em 1938 (ZIMBARG, 2001: 142; STREICH, 2015: 58).

As críticas de um lado e de outro – parte da disputa legítima pela linha revolucionária a conduzir o proletariado –, contudo, não impediram apoios mútuos pontuais. No Brasil, membros do PCB juntaram às fileiras da FUA entre 1933 e 1934, e trotskistas de peso como Mário Pedrosa se somaram às vozes na campanha pela libertação de Prestes, bem como na candidatura simbólica deste à presidência da república em 1937 (Cf. CHILCOTE, 1982; ZIMBARG, 2001: 98). E no Cone Sul, durante a eclosão dos confrontos no Chaco Boreal, as diferentes táticas antibélicas, quando não convergiram, ao menos não se sabotaram.

O conflito boliviano-paraguaio representou uma agudização dramática da luta de classes na América do Sul. Dele, não emergiram grandes transformações sociais imediatas, como desejavam os revolucionários da época. Mas dele, as diferentes estratégias, quaisquer que fossem, saíram mais maduras, sólidas e organizadas. Entre acertos e equívocos, seus seguidores empenharam-se em não deixar o caráter catastrófico da Guerra do Chaco ser apagado pelas narrativas nacionais oficiais:

Sem vencedores nem vencidos... E os cem mil mortos? E os mutilados, os doentes, as viúvas e os órfãos? E a miséria e a fome dos povos? E a subordinação absoluta da economia nacional aos imperialismos? (ROCA, 1956: 252. Apud. STEFANONI, 2014: 39).

Deu-se um passo adiante. Curto, mas para adiante.

CONCLUSÃO

O estudo de determinado evento ou período histórico unicamente sob a perspectiva nacional e política induz, muitas vezes, ao apagamento de seus aspectos mais complexos e, conseqüentemente, a um entendimento confuso, tendencioso, simplório ou incompleto do evento ou período em questão. Daí decorreu a visão amplamente difundida de que a Guerra do Chaco tratou-se apenas de uma querela entre duas nações, ora ufanista, ora manipulada, a depender do viés ideológico dos autores que a consolidaram. Uma visão tremendamente limitada, a desconsiderar, entre outras questões, a disputa pelo direito de ocupar, colonizar e civilizar a última grande região “desértica” do continente. A consequência natural de tamanha limitação foi a condenação do conflito boliviano-paraguaio ao injusto e lamentável ostracismo historiográfico.

Algo semelhante ocorre em relação aos estudos sobre o período comumente chamado de “Era Vargas”. Embora sua importância não seja desdenhada na historiografia contemporânea, as razões que justificam tal importância até hoje são consideradas nebulosas. Significou, por exemplo, uma ruptura tão radical no cenário político que justifique o regime anterior ser chamado de “República Velha”? Ou tratou-se de uma simples continuidade de processos já em voga e que apenas foi levada pela turbulenta maré dos anos 1930 e 1940? Sair do prisma estritamente nacional e analisar a postura do governo pós-Golpe de 30 diante da calamidade que ocorria tão próxima às fronteiras do Brasil, levando em consideração o aspecto diplomático não como algo isolado, mas como expressão da luta de classes, permite que se chegue a algumas respostas.

Em primeiro lugar, tal postura não foi unidimensional, podendo ser dividida em três fases distintas, cada qual a servir a um propósito específico.

1. De 1931 a 1932. O Governo Vargas abandonava extraoficialmente a posição de mero observador adotada nas gestões anteriores para fazer valer antigas pretensões diante de novos desafios. Via-se o acirramento das tensões como uma oportunidade de tomar o lugar da Argentina como país hegemônico na América do Sul. Desta maneira, mesmo confiante na vitória da Bolívia e desejoso por esta, auxiliou secretamente o Paraguai a romper com a passividade, o que também foi útil para barrar o fluxo de armamentos para os revoltosos da Guerra Civil Paulista. Nesta fase, o chamado “tenentismo” começa a se tornar mais um instrumento do governo e menos um fenômeno independente;

2. De 1933 a 1934. Diante das vantagens que o Paraguai progressivamente conseguiu sobre a Bolívia no decorrer da guerra, o Governo Vargas declara neutralidade, e a usa para refrear os ímpetos bélicos da oposição e, assim, condicioná-la a aplicarem seus esforços na Assembleia Constituinte, a qual também responderá à progressiva evidenciação dos interesses econômicos sobre os políticos por detrás do conflito. Nesta fase, a absorção plena do chamado “tenentismo” à burocracia governamental tem grande peso na formação de uma linha de ação conjunta entre economia, diplomacia e segurança nacional;
3. De 1935 a 1938. A Guerra do Chaco corre o risco de escalonar para proporções continentais, assim como existe o temor dela se tornar o estopim de múltiplos processos revolucionários, e nem mesmo o cessar-fogo atenua tais riscos. Ciente disso, o Governo Vargas assume uma conduta de duplo caráter. Externamente, atua para que o conflito seja encerrado rapidamente, em contraposição à postura argentina de protelar a resolução. Internamente, em vista do protagonismo argentino nas negociações, aproveita as situações de grande tensão (o atrito diplomático em março de 1935 e os golpes no Paraguai e na Bolívia em fevereiro e maio de 1936) para decretar Estado de Sítio e de Guerra. Respalhado por eles, toma numerosas medidas de repressão social e aliciamento das classes políticas, preparando terreno para a promulgação da ditadura conhecida como “Estado Novo”.

Com a ascensão dos governos fascistas na Europa e o emergente imperialismo estadunidense, o Governo Vargas jogou de modo a favorecer suas projeções continentais, expressas em sua postura multifacetada perante a Guerra do Chaco. Ao estudá-la, fica mais claro um papel importante que o período entre 1930 e 1945 desempenhou para a “revolução burguesa” no Brasil: o papel de combate – dentro dos marcos capitalistas e sempre em prol das classes dominantes – ao liberalismo econômico, que estagnou a economia sul-americana mais desenvolvida até então (a Argentina) e conduziu as menos desenvolvidas (a Bolívia e o Paraguai) a um morticínio aterrador.

Uma análise que não se limita às fronteiras nacionais também permite aferir algumas considerações a respeito do comunismo no Brasil durante a década de 1930. Por um lado, sua única função nos rumos autoritários que levaram ao Estado Novo foi a de espantalho. Nem a Insurreição de 1935 foi responsável pela reformulação do Exército. Esta começou a partir de 1932, por decorrência da Guerra Civil Paulista e do risco do Brasil se envolver em uma guerra

internacional com desfalques em suas Forças Armadas. Nem também o PCB e a ANL representavam mais qualquer ameaça após a derrota do levante para justificar as extensões do Estado de Guerra e o subsequente Golpe de 10 de Novembro. Estes vieram por causa do perigo externo do envolvimento de Brasil e Argentina na Guerra do Chaco e das oposições oligárquicas internas a serem contidas ou cooptadas.

Por outro lado, não foi inconsequente ou desprezível. Considerando sua capilaridade pequena, divisões grandes e base teórica incipiente, conseguiu estar presente de maneira ativa na vida social e política do continente, não apenas como mero reproduzidor da conjuntura internacional, mas também como seu produtor. Além disso, as esperanças do PCB de que elementos reacionários se afastassem do Estado Novo e, conseqüentemente, abrisse-se caminho para a redemocratização, mostraram que não eram totalmente infundadas. Os ataques da Marcha para o Oeste – ponto alto de um projeto nacionalista de transformação do Brasil em uma potência continental – contra a Matte Larangeira – empecilho para este projeto desde os primeiros anos de Governo Provisório – fizeram com que apoiadores mato-grossenses importantes da ditadura de Vargas se afastassem dela, iniciando um processo que se agravou após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

Desta maneira, pode-se dizer que, se na Guerra do Chaco estão algumas das sementes da ascensão do Estado Novo, também nela estão algumas da sua progressiva queda.

BIBLIOGRAFIA

Arquivos consultados

Acervo Estadão (OESP)

Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

Biblioteca Nacional Digital (BND)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

Documentos

BRASIL (1932). *Decreto nº 21.883, de 29 de Setembro de 1932. Aprova o Regulamento do Serviço Geográfico do Exército*. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL (1933). *Decreto nº 22.653, de 20 de Abril de 1933. Fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes de associações profissionais que participarão da Assembleia Constituinte*. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL (1933). *Decreto Nº 22.744, de 23 de Maio de 1933. Manda que seja observada completa neutralidade durante a guerra entre a Bolívia e o Paraguai*. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de Julho de 1934*. Ministério da Casa Civil.

BRASIL (1934). *A Questão do Chaco Boreal (Estudo Sigiloso)*. Rio de Janeiro: Inspetoria do 1o Grupo de Regiões Militares.

BRASIL (1935). *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes (Relatório Secreto)*. Rio de Janeiro: Imprensa do EME.

BRASIL (1935). *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Ministro de Estado da Guerra em maio de 1935*. Imprensa do Estado Maior do Rio de Janeiro.

BRASIL (1935). *Relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, ano de 1935*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. BDN.

BRASIL (1936). *Decreto nº 702, de 21 de Março de 1936. Declara pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a comoção intestina grave, em todo o território nacional*. Portal da Câmara dos Deputados.

BRASIL (1936). *Decreto nº 1077 de 1 de Setembro de 1936. Promulga o Tratado antibélico de não agressão e de conciliação firmado entre vários países, no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1933*. Portal de Legislação.

BRASIL (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Ministério da Casa Civil.

BRASIL (1937). *Decreto-lei nº 37, de 2 de Dezembro de 1937. Dispõe sobre partidos políticos*. Portal da Câmara dos Deputados

BRASIL (1938). *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Sr. Dr. Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, ano de 1938*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. BDN

Livros:

ABRAMO, Fúlvio; Karepovs, Dainis (Org). *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930-1933*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo, Editora Unesp, 2007.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina, Editora da UEL, 1997.

AXT, Gunter (Org.). *Reflexões Sobre A Era Vargas*. Porto Alegre, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

BARROS, Jayme de. *Sete Anos de Política Exterior do Brasil (1931-1937)*. Rio de Janeiro: DIP, 1938.

_____. *A política exterior do Brasil (1930-1942)*. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1943.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

BARROSO, A. S.; SOUZA, R. (org.) *A Grande Crise Capitalista Global, 2007-2013: Gênese, Conexões e Tendências*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2013.

BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

BEJARANO, Ramón César. *Antecedentes de la guerra con Bolivia*. Assunção, Casa Editorial Toledo, 1959.

BETHELL, Leslie (Org). *História da América Latina, Vol. 5*. São Paulo: Edusp, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Editora Schwartz, 1992.

_____. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2015.

BREITHOFF, Esther. *Conflict, Heritage and World-Making in the Chaco: War at the End of the Worlds?*. UCL Press, Londres, 2020.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. *Empresas y tierras de Carlos Casado en el Chaco paraguayo: Historias, negocios y guerras (1860-1940)*. Assunção, Intercontinental Editora, 2012.

CALVO, Roberto Querejazu. *Masamaclay: Historia política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco*. La Paz, Editorial Los Amigos del Libro, 1975..

CANCELLI, Elizabeth. *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*. Curitiba, Editora CRV, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. *Arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

CAPDEVILA, Luc; COMBÉS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo (Org). *Los hombres transparentes: Indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)*. Cochabamba: Instituto de Misionología, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. São Paulo, Editora Graal, 2002.

CARONE, Edgard. *A segunda república*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. *A terceira república*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1976.

CHIAVENATO, Júlio José. *A Guerra do Chaco (leia-se petróleo)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939)*. São Paulo, Editora Alameda, 2009.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Unesp, 1999.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)* São Paulo: Editora 34, 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil republicano: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: segunda república (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963.

_____. *A Economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Madrid, Sociedad General Española de Librería, 1929.

GUEVARA, Gustavo; HERNÁNDEZ; Juan Luis (Org.) *La guerra como filigrana de la América Latina contemporánea*. Buenos Aires: Editora Dunken, 2004.

HAGE, José Alexandre Altahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Curitiba, Editora Juruá, 2007.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. São Paulo, Editora Cortez & Moraes, 1973.

_____. *A revolução social (Lenin e a América Latina)*. São Paulo: Editora Global Universitária; 1985.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1969.

LOUREIRO, Pizarro. *O Chaco Boreal*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1933.

_____. *La Conferencia de Paz del Chaco*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1936.

MARTINS FONTES, Yuri. *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

MENDES JÚNIOR, Rafael Fernandes. *A terra sem mal: uma saga Guarani*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Editora Papirus, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto; MELO, Clóvis; ANDRADE, A.T.. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

MORAES, Francisco Quartim de. *1932: A história invertida*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2018.

MOREIRA, Mary Monte de López. *Historia del Paraguay*. Assunção: Editora Servilibro, 2011.

NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A Ordem Nacionalista Brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930/1945*. São Paulo: Editora Humanitas, 2002.

NÚÑES, Ronald León. *A Guerra contra o Paraguai em debate*. São Paulo: Editora Sundermann, 2021.

OSORIO, Juan Antonio. *Entretelones de la guerra del Chaco: Documentos básicos para el juicio histórico*. La Paz: Editorial Don Bosco, 1973.

PEDROSA, Mário. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PEREIRA, Astrojildo. *URSS Itália Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Brasília : FUNAG, 2013.

POLETTI, Ronaldo. *Constituições brasileiras volume III: 1934*. Brasília, Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

PORTO, Walter Costa. *Constituições brasileiras volume IV: 1937*. Brasília, Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *A Formação das Nações Latino-Americanas*. São Paulo: Editora Atual, 1985.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo, Moderna, 1997.

_____. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional”(1938-1945): a virada tática do PCB*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

_____. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

_____. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

QUESADA, Fernando. *1931: La toma de Encarnación*. Assunção, Rafael Peroni Editor, 1985.

RICHARD, Nicolas (Comp.). *Mala Guerra: Los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-35)*. Assunção e Paris: Museo del Barro, Servilibro & Colibris, 2008.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil/1930-1954*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

ROUT, Leslie B.. *Politics of the CHACO Peace Conference, 1935-1939*. Texas: University Of Texas Press, 1970.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos; outros. *Fronteiras da dependência: Uruguai e Paraguai*. São Paulo, Editora Elefante, 2021.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes 1995.

SEIFERHELD, Alfredo. *Economía y petróleo durante la Guerra del Chaco: apuntes para una historia económica del conflicto paraguayo-boliviano*. Assunção, Instituto Paraguayo de Estudios Geopolíticos e Internacionales, 1983.

_____. *Nazismo y fascismo en Paraguay: Vísperas de la II Guerra Mundial, 1936-1939*. Assunção: Editorial Histórica, 1985.

SIENRA, Alejandro. *La Guerra del Chaco*. Assunção: Editora Imprensa Militar, 1980.

SILVA, Hélio. *1933: A crise no tenentismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. *1934: A constituinte*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

_____. *1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Leonam Lauro Nunes da. *A Bolívia e seu protagonismo na Guerra Grande (1865-1868)*. Curitiba, Editora Appris, 2021.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina X Brasil: A Questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: Editora Edipucrs, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1986.

VERÓN, Luís. *El 23 de Octubre de 1931*. Assunção: El Lector, 2013.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo: Editora Huitec, 1982.

VISCARDI, Maria Claudia Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “república do café com leite”*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M.. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília, FUNAG, 2013.

ZOOK JR, David H.. *La conducción de la Guerra del Chaco*. Assunção: Editora Lito, 1962.

Artigos

ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935*. Cad. AEL, v. 12, n. 22/23, p. 84-117, 2005

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A hipótese de Mário Pedrosa sobre a América Latina como laboratório da gênese imperial dos EUA nas décadas de 1930-40*. Anais Eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC, São Paulo, 2012.

_____. *Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea*. Revista Caderno de Ciências Sociais, v. 3, Fundação ABC, p. 91-133, 2012.

APONTE, Renato Javier Angulo. *A história de um voluntário brasileiro na Guerra do Chaco*. A Defesa Nacional, p. 4-19, 2018.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A História Econômica como Disciplina Independente*. São Paulo, DH-FFLCH-USP, 1988.

_____. *O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais*. Revista de Economia Política e História Econômica, n. 18, p. 125-172, ago. 2009.

BARROS, José D'Assunção. *A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales*. Goiânia, Revista de História, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012.

BIEBER, León E.. *A Guerra do Chaco e as relações brasileiro-bolivianas no período 1930 - 1945: Um caso de reorientação da política exterior do Brasil*. Ibero-amerikanisches Archiv, Berlim, v. 22, nº 3, p.267-288, abr. 1998.

CARONE, Edgard. *Entrevista: Luiz Carlos Prestes*. Revista Novos Rumos, n. 33, p.3-40, mai. 1999.

COUCHONNAL, Ana. *De la guerra del Chaco a la dictadura stronista. Ascenso del actor militar en la política y el discurso nacionalista del Paraguay*. Revista Tiempo Histórico, v. 5, n. 9, p. 141-161, 2014.

COTE, Stephen. *A War for Oil in the Chaco, 1932–1935*. Oxford University Press, Oxford, p.738-758, out. 2013.

DORATIOTO, Francisco F. M. *As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938)*. In: FUNAG. *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000.

GALLEGO, Ferrán. *La política económica del "socialismo militar" boliviano*. Anuario de Estudios Americanos, vol. 50, nº 1, Universidad Autónoma de Barcelona, 1993.

GOMÉZ-MARTÍNEZ. *La Generación del Chaco y la toma de conciencia de la realidad boliviana*. Cuadernos Americanos 8, p.43-73, 1988.

HUGHES, Matthew. *Logistics and the Chaco War: Bolivia versus Paraguay, 1932-1935*. Lexington, The Journal of Military History, v. 69, n. 2, p. 411-437, 2005.

JUNIOR, Helio Irany Wanderley. *Questão Leticia: as origens das disputas na região do Trapézio Amazônico e a mobilização das tropas brasileiras (1932-1934)*. Revista do Exército Brasileiro, v. 158, n. 3, p. 22-30, 2022.

MELIÀ, Bartolomeu. *A terra sem mal dos guarani: economia e profecia*. Revista de Antropologia, n. 33, p.34-46, 1990.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Guerra do Chaco*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, p.162-197, jan./jun. 1998.

QUEVEDO, Charles; SOLER, Lorena. *El primer Partido Comunista del Paraguay, la Internacional Comunista y la guerra del Chaco*. Avances del Cesor, v. 17, n. 22, p. 105-125, 2020.

RODRIGUES, Daniel Lago; MIALHE, Jorge Luís. *A Participação e Retirada do Brasil da Liga das Nações*. Revista de Direito da Unimep, v. 2, n. 4, p.155-165, 2003.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Érica Sarmiento da. *A Guerra do Chaco vista pelos olhares dos militares do exército brasileiro (1932-1935)*. Secuencia, Cidade do México, v. 103, n. 1682, p.1-30, jan./abr. 2019.

SANTOS, Leandro Soares. *Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o PCB e a “questão camponesa” (1927-1947)*. Revista IDeAS, v. 3, n. 2, p. 389-424, 2009.

SILVA, Jovam Vilela da. *Um truste encravado no sul de Mato Grosso (1882 a 1950): a multiface da empresa Mate Laranjeira*. Coletâneas do Nosso Tempo, v. 1, n. 1, p. 26-44, 1997.

SILVA, Walter Guedes da. *Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia. Matte Larangeira no período de 1883 a 1937*. AGRÁRIA, São Paulo, n. 15, p. 102-125, 2011.

STEFANONI, Pablo. “Guerra a la guerra”: comunismo, antiimperialismo y reformismo universitario durante la contienda del Chaco. *Revista Boliviana de Investigación* v.11, n.1, p. 14-49, 2014.

_____. *Rejuvenecer (y salvar) la nación: el socialismo militar boliviano revisitado*. T'inkazos. *Revista Boliviana de Ciencias Sociales*, n. 37, 2015.

TREJO, Patricio Justo del Niño Jesus. *La Guerra del Chaco: Una guerra de maniobras en el “Infierno Verde”*. Buenos Aires, Visión Conjunta, año 11 . n. 20, p.37-47, 2019.

XAVIER, Mateus Fernandez. *A Coluna Prestes e as relações Brasil-Argentina na década de 1920*. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 188-220, 2016.

ZUCCARINO, Maximiliano. *Los intereses argentinos en Paraguay durante la Guerra del Chaco (1932-1935): razones de un apoyo incondicional*. *E.I.A.L.*, v. 28, n. 1, p. 85-104, 2017

Teses, dissertações e monografias

CANAVEZE, Rafael. *O Brasil e a Guerra do Pacífico: alianças estratégicas e relações diplomáticas (1879-1883)*. Dissertação (mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UNESP, São Paulo, 2010.

CARVALHO, Gustavo Eberle de. *O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco: diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)*. 378 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ELTZ, André Henrique. *A Guerra do Chaco (1932-1935): ocultação e participação indígena*. 152 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e negócios na “era dos impérios”*: os belgas na fronteira oeste do Brasil. 250 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Instituto de Economia da UNICAMP, 2005.

GREGORY, Vinícius Matté. *Os mapuches e os chilenos: conflitos e construção identitária*. Monografia de conclusão - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, UnB, Brasília, 2011.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira*. 392 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1991.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. 331 p. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH-USP, 2013.

SEBBEN, Fernando Dall’Onder. *Bolívia: logística nacional e construção do Estado*. 187 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2010.

SIQUEIRA JR., Jaime Garcia. *“Esse campo custou o sangue dos nossos avós”*: a construção do tempo e espaço kadiwéu. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1993.

TORRACA, Mirta Mabel Escovar. *Imigração e Colonização Menonita no Processo de Legitimação do Chaco Paraguaio (1921-1935)*. 154 p. Dissertação (Mestrado) - UFGD, Dourados, 2006.

VILLELA, Bruno Pessoa. *A guerra civil de 1932: o General Góis Monteiro e a modernização do exército brasileiro*. 271 p. Tese (Doutorado) - UFF, Niterói, 2014.

ZIMBARG, Luis Alberto. *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927-1945)*. 235 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

ANEXO: CRONOLOGIA DOS EVENTOS

Guerra do Chaco	Brasil
<p>1927</p> <p>O Governo argentino nega acesso à Bolívia e, por conseguinte, à Standard Oil, aos portos no rio Paraguai.</p> <p>Fevereiro: Adolfo Rojas Silva, tenente do exército paraguaio, é capturado ao adentrar o forte boliviano Sorpresa, tenta escapar e é executado a tiros. O evento foi responsável por acirrar a opinião pública no Paraguai em prol de uma guerra contra a Bolívia.</p>	<p>1927</p> <p>O Governo brasileiro inicia um processo de inspeção das fronteiras brasileiras, a fim de estudar suas condições de segurança e povoamento.</p> <p>Fevereiro-março: Chega ao fim a grande marcha dos participantes das revoltas em 1924 intitulada “Coluna Prestes”. Parte da coluna exila-se no Paraguai e a maior parte na Bolívia.</p>
<p>1928</p> <p>Agosto: Victoriano Gutierrez, coronel boliviano, é sequestrado por uma cavalaria paraguaia. É libertado após negociação das chancelarias dos dois países;</p> <p>Dezembro: Exército paraguaio ataca e toma o forte boliviano Vanguardia, o que levou a Bolívia a romper relações diplomáticas com o Paraguai. O incidente acirra as tensões em torno da polêmica sobre a posse do Chaco Boreal, e escancara a questão para o resto do mundo.</p>	<p>1928</p> <p>Luis Carlos Prestes se transfere da Bolívia para a Argentina, fazendo sua travessia pela região do Chaco. Já em contato com comunistas como Rodolfo Ghioldi e Astrojildo Pereira, Prestes começa a se firmar como o elo em comum entre o “tenentismo” e o comunismo. Para ambos os movimentos, assim como para o EME, não era sobre “se” a guerra entre o Paraguai e a Bolívia começaria, mas sobre “quando”.</p>
<p>1929</p> <p>É criada a Comissão de Neutros pela Conferência Interamericana de Washington. A organização impõe pressões sobre o Paraguai e a Bolívia que aparentemente diminuem as tensões.</p> <p>Hypólito Yrigoyen, presidente da Argentina,</p>	<p>1929</p> <p>Julho-agosto: É formada a Aliança Liberal, chapa política de representantes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba formada para disputar as eleições com o candidato paulista Júlio Prestes.</p> <p>Crise em Wall Street derruba os preços do</p>

<p>proíbe a Standard Oil, por intermédio da Bolívia, de construir oleodutos no rio Paraguai para assim proteger os interesses da YPF;</p> <p>Crise em Wall Street afeta drasticamente a Bolívia com queda retumbante nos preços do estanho, seu principal produto de exportação, e o Paraguai com evasão de divisas.</p>	<p>café no mercado internacional, e a política do governo Washington Luiz de valorização do café se mostra um fracasso.</p>
<p>1930</p> <p>Julho: Hernando Siles, presidente da Bolívia que aceitou a mediação internacional na questão do Chaco, evitando a escalada do conflito, foi derrubado por um golpe militar, e em seu lugar entram os conservadores, em nada diferentes dos liberais, exceto por sua maior tendência belicosa.</p> <p>Setembro: Yrigoyen é derrubado por um golpe militar, e em seu lugar entra um governo cuja política econômica é a de abertura total à entrada de capitais britânicos e apoio amplo aos investimentos argentinos externos, o que se refletirá em envolvimento semi-aberto com o lado paraguaio na questão do Chaco.</p>	<p>1930</p> <p>Maior: Luis Carlos Prestes recusa o convite para ser chefe militar da tomada do poder e rompe com o “tenentismo”. Os “tenentes” então aproximam-se de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro.</p> <p>Outubro: Os membros da Aliança Liberal, com apoio de parte do exército e dos “tenentistas” dão um golpe de Estado contra o governo de Washington Luiz e colocam Getúlio Vargas no poder. As políticas econômicas protecionistas e nacionalistas voltadas para o fortalecimento do mercado interno contrariam os interesses da elite cafeeira paulista e ervateira matogrossense.</p>
<p>1931</p> <p>Março: Daniel Salamanca assume como presidente da Bolívia. Em meio a grandes turbulências econômicas e sociais, autoriza o Plano de Penetração no Chaco, com o objetivo de desviar a atenção da opinião</p>	<p>1931</p> <p>Fevereiro: É fundado o Clube 3 de Outubro e a Legião Revolucionária, grupos “tenentistas” formados para apoiar o novo governo frente às oposições regionais liberais;</p>

<p>pública aos problemas internos, conquistar unidade em torno de seu governo e consolidar a presença boliviana no Chaco sem, entretanto, provocar uma guerra contra o Paraguai.</p>	<p>É colocado pela primeira vez no Governo Provisório a necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte.</p> <p>Março: Luís Carlos Prestes muda-se de Buenos Aires para a União Soviética, e lá trabalha como engenheiro civil e aprofunda seus estudos no marxismo por mais três anos.</p> <p>Abril: Mário Travassos publica, em caráter restrito, “Aspectos Geográficos Sul-Americanos”, estudo basilar para as estratégias econômicas geopolíticas do governo Vargas.</p> <p>Julho: Em face ao Plano de Penetração em execução pelo exército boliviano, Getúlio Vargas sugere aos órgãos competentes a aceleração na construção da linha ferroviária a ligar Santos, Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, esboçada desde 1928.</p>
<p>1932</p> <p>Fevereiro: O general Agustin Justo assume como presidente da Argentina, e nomeia como Ministro das Relações Exteriores, Saavedra Lamas. Ambos representavam os interesses da Casado S.A., atuando com presença vigorosa, cada um à sua maneira, na questão do Chaco.</p> <p>Junho: O forte paraguaio Carlos Antonio Lopez, no lago Pitiantuta, é tomado por tropas bolivianas. O ataque leva o Paraguai a reagir de forma massiva.</p> <p>Agosto: Eusebio Ayala, ex-presidente do</p>	<p>1932</p> <p>Fevereiro: A Legião Revolucionária é transformada em partido político, o Partido Popular Paulista.</p> <p>Junho: Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, general apoiador do movimento “tenentista”, é nomeado Ministro da Guerra, elevando as tensões entre os paulistas e aliados com o Governo Provisório.</p> <p>Julho: Por iniciativa de Bertoldo Klinger e da Matte Larangeira, um levante contra o governo federal é deflagrado, iniciando a Guerra Civil Paulista.</p>

<p>Paraguai pelo Partido Liberal e ex-advogado da Carlos Casado S.A., retorna para um segundo mandato.</p> <p>Setembro: As forças paraguaias entram no primeiro grande embate contra as forças bolivianas para retomar o forte Boquerón, iniciando-se assim a Batalha de Boquerón.</p> <p>Outubro: Termina a Batalha de Boquerón, com vitória paraguaia. A retomada do forte proporciona à Estigarribia o controle das principais vias de comunicação no Chaco Boreal, representando um importante marco para o triunfo paraguaio na guerra.</p> <p>Dezembro: Hans Kundt, general alemão de grande renome por ter reorganizado o exército boliviano nas décadas de 1910 e 1920, é nomeado comandante supremo das Forças Armadas da Bolívia.</p>	<p>Setembro: Em ação coordenada com a embaixada brasileira no Paraguai, o Governo Provisório intercepta armamentos e suprimentos destinados aos revoltosos em São Paulo e os envia ao Chaco em apoio aos paraguaios na Batalha de Boquerón; É criado via decreto o Serviço Geográfico do Exército, órgão civil-militar responsável por organizar estudos cartográficos com objetivos de defesa e integração territorial; Orlando Leite Ribeiro é nomeado Cônsul de Terceiro Regime, e sua presença em Buenos Aires faz a atuação diplomática brasileira sobre a questão do Chaco melhorar consideravelmente.</p> <p>Outubro: Bertoldo Klinger se rende ao governo federal, colocando fim à Guerra Civil Paulista; O Partido Popular Paulista foi extinto. Parte de seus integrantes fundam a Ação Integralista Brasileira.</p>
<p>1933</p> <p>Janeiro: Kundt busca tomar o forte Nanawa para assim estabelecer melhores posições perto do rio Paraguai, dando início à Batalha de Nanawa.</p> <p>Março: É realizado em Montevideú, por organização do Bureau Sul-Americano da IC o Congresso Anti-Guerreiro Continental</p> <p>Maior: O Paraguai declara formalmente guerra à Bolívia.</p>	<p>1933</p> <p>Fevereiro: Principiam-se as sublevações no Rio Grande do Sul contra o governo federal.</p> <p>Maior: São realizadas as eleições para os representantes da Assembleia Constituinte; Valdomiro Castilho de Lima é afastado da interventoria de São Paulo, retornando à ativa no exército e lá passou a realizar estudos oficiais sobre a questão do Chaco.</p> <p>Outubro: Agustin Justo faz visita oficial ao</p>

<p>Julho: Termina a Batalha de Nanawa, com uma desastrosa derrota para a Bolívia.</p> <p>Outubro: O exército paraguaio inicia seu avanço sobre o Chaco Boreal ao atacar o forte Campo Via.</p> <p>Dezembro: A Batalha de Campo Via termina com vitória parcial do Paraguai; Kundt é afastado de suas funções, fato que contribui para desgastar Salamanca politicamente;</p> <p>Uma trégua temporária foi decretada, o que permitiu a ambos os exércitos se recuperarem do esgotamento material e das perdas humanas.</p>	<p>Rio de Janeiro para tratar pessoalmente com Vargas sobre a guerra do Chaco. No encontro, é decidido que a questão será prioritariamente resolvida em âmbito pan-americano, diminuindo assim a importância da Liga das Nações no caso, e é assinado o Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação.</p>
<p>1934</p> <p>Janeiro-Maio: A Standard Oil passa a sofrer diversas acusações – algumas comprovadas e outras não – de estar financiando o conflito pelo lado boliviano. O petróleo passa a ser questão política, diplomática e militar para o desenrolar subsequente do conflito.</p> <p>Maio: A Bolívia tem sua primeira vitória significativa desde o início da guerra na Batalha de Cañada Strongest. Entretanto, tal vitória não foi capaz de frear o avanço paraguaio em direção aos poços de petróleo de Camiri.</p> <p>Agosto: As tropas paraguaias alcançaram a região de Chiriguana, no limite montanhoso do Chaco com a Cordilheira dos Andes. A partir de então, graças à colaboração dos</p>	<p>1934</p> <p>Janeiro: Góis Monteiro é nomeado Ministro da Guerra, e inicia de maneira oficial a homogeneização do exército em torno de ideias ufanistas e anticomunistas conhecida como “Doutrina Góis”.</p> <p>Março: É redigido o documento secreto “A questão do Chaco Boreal”, estudo de Waldomiro Castilho sobre o assunto que influencia as primeiras movimentações militares em torno da ocupação efetiva de Mato Grosso frente aos interesses da Matte Larangeira.</p> <p>Junho: É promulgado o Código de Minas e Energia, de autoria de Juarez Távora, que dá ao Estado prerrogativa para nacionalizar os poços de petróleo a serem descobertos em território brasileiro.</p>

<p>povos Avá-Guarani, Isoceño e outros, a locomoção paraguaia torna-se bem mais ágil e efetiva, e até o fim do ano, conseguem tomar praticamente todo o território do Chaco Boreal.</p> <p>Novembro: Por decorrência de um golpe militar, Daniel Salamanca é deposto.</p>	<p>Julho: É promulgada a nova Constituição, e Getúlio Vargas é eleito presidente do Brasil por ampla maioria pela Assembleia Constituinte.</p> <p>Agosto: Luís Carlos Prestes, por imposição da IC, é aceito no PCB.</p> <p>Dezembro: De maneira clandestina, Prestes retorna da União Soviética ao Brasil.</p>
<p>1935</p> <p>Janeiro-junho: Decorre a Batalha de Villamonte, onde as forças bolivianas conseguem rechaçar o avanço paraguaio e empurrá-los para fora do território boliviano.</p> <p>Março: A Conferência de Paz é convocada pela chancelaria argentina. A princípio, o nome do Brasil não constava entre os participantes, o que gerou enorme tensão. Pouco depois, o incidente foi corrigido, e o Brasil foi formalmente convidado a participar;</p> <p>O Bureau Sul-Americano da IC, a vislumbrar a proximidade de armistício no Chaco e confiante na força da ANL para conduzir uma revolução, transfere-se para o Rio de Janeiro.</p> <p>Maiο: Getúlio Vargas faz visita oficial a Buenos Aires. Lá, junto de Justo e de Macedo Soares, pressiona as chancelarias boliviana e paraguaia a aceitarem um cessar-fogo imediato.</p> <p>Junho: Os conflitos bélicos são</p>	<p>1935</p> <p>Janeiro-Março: A ANL é formada, declarada em caráter público e instalada como organização formal.</p> <p>Abril: É promulgada a Lei de Segurança Nacional, que coloca o Brasil em Estado de Sítio e permite uma escalada de repressão, auxiliada pela AIB, contra partidos políticos e movimentos sindicais;</p> <p>O Clube 3 de Outubro, última legião exclusivamente “tenentista” remanescente, decide encerrar suas atividades.</p> <p>Abril-Junho: Após a aclamação de Prestes como presidente de honra da ANL, o movimento cresce e se espalha pelo Brasil.</p> <p>Julho: O governo federal, através da Lei de Segurança Nacional, declara a ilegalidade da ANL. A partir de então, o PCB assume a hegemonia do movimento, que passa a se esvaziar e rumar para o caminho das quarteladas tais quais as de 1922 e 1924 que fundaram o “tenentismo”.</p> <p>Novembro: Um levante de militares de baixa patente toma a cidade de Natal,</p>

<p>interrompidos. Todas as questões relativas à disputa entre Bolívia e Paraguai foram levadas para a Conferência de Paz em Buenos Aires;</p> <p>Em Córdoba, é fundado o Partido Obrero Revolucionário, o mais importante partido operário da Bolívia na década de 1940.</p> <p>Julho-Dezembro: Iniciam-se os trabalhos da Conferência de Paz, bem como a definição dos pontos a serem definidos e negociados por seus delegados, inteiramente pan-americanos. Ambas as tropas são gradualmente desmobilizadas.</p>	<p>seguido de atos semelhantes em Recife e no Rio de Janeiro. Entretanto, os levantes são rapidamente sufocados pelas tropas federais.</p>
<p>1936</p> <p>Fevereiro: Tropas lideradas pelo coronel Rafael Franco destituem o Partido Liberal da presidência do Paraguai e estabelecem um governo de forte cunho nacionalista, composto por elementos tanto de extrema direita quanto de esquerda radical.</p> <p>Maior: A LEC, sob comando do tenente-coronel Germán Busch e do coronel David Toro, desfere um golpe militar na Bolívia e estabelece um governo antiliberal predominantemente de esquerda.</p> <p>Junho-Dezembro: A Conferência de Paz, embora não tenha sido paralisada oficialmente, teve as atividades drasticamente atravancadas, com exceção para a libertação de prisioneiros.</p>	<p>1936</p> <p>Março: Sob as incertezas provocadas pelo golpe no Paraguai, o Governo Vargas decreta Estado de Guerra via decreto, com previsão de ser encerrado em 90 dias; Luís Carlos Prestes é preso.</p> <p>Junho: Sob as novas incertezas provocadas pelo golpe na Bolívia, o Governo Vargas prorrogou por mais 90 dias o Estado de Guerra, e assim sucessivamente conforme as circunstâncias internas de novas insurreições e eleições presidenciais à vista.</p>
<p>1937</p> <p>Março-Abril: As propriedades da Standard</p>	<p>1937</p> <p>Abril-Maior: Os preparativos para a</p>

<p>Oil na Bolívia são confiscadas sem pagamento de indenização, e transferidas para a empresa estatal YPF. O evento faz a Conferência de Paz sair da letargia em prol das definições em relação à exploração e escoamento do petróleo boliviano.</p> <p>Abril: Um acordo preliminar entre a Argentina e a Bolívia para a construção da linha-férrea Yacuiba-Santa Cruz é firmado.</p> <p>Junho: Macedo Soares é retirado do MRE, e portanto da Conferência de Paz, por constantes divergências com Osvaldo Aranha, indo para o MJ.</p> <p>Julho: A Bolívia promete negociar com o Brasil a construção da linha férrea Corumbá-Santa Cruz e acordos comerciais relativos.</p> <p>Agosto: O Partido Liberal retorna ao poder no Paraguai, e a Conferência é paralisada até a redefinição dos delegados paraguaios.</p> <p>Outubro-Novembro: A Bolívia assina os dois acordos ferroviários que lhe foram propostos, o brasileiro e o argentino.</p>	<p>deflagração de uma guerra civil no Rio Grande do Sul, com vistas para um golpe de Estado, são debelados pelo governo federal.</p> <p>Maior: Tropas federais massacram a Comunidade do Caldeirão, em uma das mais sangrentos episódios da repressão de caráter anticomunista no Brasil.</p> <p>Junho: Assim que assume o MJ, Macedo Soares revoga o Estado de Guerra e ordena a libertação de centenas de presos políticos. Tais atitudes estimulam a diretoria nacional do PCB a apoiar a candidatura de José Américo e esperar desta uma guinada democrática e a anistia ao restante dos presos políticos ligados à Insurreição de 1935.</p> <p>Outubro: A divulgação do Plano Cohen, documento falso forjado pela AIB, cria um paranoia anticomunista que leva o Congresso a aprovar novamente o Estado de Guerra;</p> <p>Flores da Cunha renuncia ao governo do Rio Grande do Sul e se exila no Uruguai;</p> <p>Primeira grande cisão no PCB, com o lançamento do Documento dos Quinze.</p> <p>Novembro: Getúlio Vargas, com os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar, Dutra, dá-se um autogolpe, proclamando um regime ditatorial com nova constituição e medidas econômicas protecionistas.</p>
<p>1938</p> <p>Fevereiro: Saavedra Lamas deixa a</p>	<p>1938</p> <p>Janeiro: Getúlio Vargas anuncia</p>

<p>presidência da Conferência de Paz; Tratados entre o Brasil e a Bolívia relacionados a linhas ferroviárias e exportação de petróleo são assinados.</p> <p>Março: Acordo ferroviário entre a Argentina e a Bolívia é rejeitado pelo congresso boliviano; Osvaldo Aranha assume o MRE, o que aproxima ainda mais as delegações brasileira e estadunidense na Conferência.</p> <p>Julho: É assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites, pondo oficialmente fim à Guerra do Chaco.</p>	<p>publicamente a campanha “Marcha para o Oeste”.</p> <p>Abril: Instituto do Mate é criado via decreto-lei.</p> <p>Maior: A AIB tenta derrubar o Governo Vargas através de um golpe. O levante foi contido no mesmo dia em que foi deflagrado.</p> <p>Julho: “Projeção Continental do Brasil” é republicado, com diversos artigos adicionais à luz da resolução da Guerra do Chaco e da Marcha para o Oeste.</p> <p>Outubro: Instituto do Mate é regulamentado.</p>
---	---

APÊNDICE 1:

GUERRA À GUERRA! AOS COMPANHEIROS DELEGADOS REUNIDOS NO CONGRESSO ANTI-GUERREIRO DE MONTEVIDÉU

Nossa saudação

Que chegue até vocês, reunidos pelo nobre propósito de buscar os caminhos que podem salvar os povos, empurrados pelas forças obscuras da barbárie social, do abismo cada vez mais ameaçador e cruento da guerra, nossa calorosa saudação de adesão solidária.

Como representantes de forças coletivas sempre preocupadas em combater os flagelos sociais, interviemos neste Congresso e firmamos juntos este manifesto, como homens livres que sentem o mesmo anseio de emancipação, unidos por uma afinidade maior de aspirações ideais.. Animados por essas aspirações, desejamos que o Congresso Anti-Guerreiro obtenha os melhores resultados, aos quais se chegarão se o Congresso incentivar, no desenvolvimento de suas deliberações, uma atmosfera de serenidade cordial, de mútuo respeito às opiniões contrastantes e de liberdade de expressão para todas as distintas tendências.

Poderemos assim contribuir todos — acima das variadas opiniões individuais e dos programas partidários, sem necessidade de grandes formalidades ou de organizações burocráticas — para realizar aquela frente única espiritual que é a condição da concórdia no terreno das ações concretas, contra a guerra, contra todas as suas causas e contra todos os seus criminosos provocadores.

ANTI-PACIFISMO E LUTA REVOLUCIONÁRIA

O motivo que nos faz inimigos da guerra e do militarismo, é o amor pela humanidade e o desejo de evitar os terríveis desastres que a matança de povos produz em suas consequências imediatas e distantes.

Porém a nossa hostilidade com a guerra não tem nada a ver com o débil pacifismo neutralista, dos que maldizem a guerra, sem preocupação com as causas sociais que a determinam ou pior, compartilhando os privilégios e responsabilidades do Capitalismo e do Estado, em cuja existência vergonhosa aquelas causas se somam e concentram.

Para nós, no Capitalismo e no Estado, em todas as suas formas, está a causa principal de toda guerra. Qualquer guerra, por obra destes dois fatores, é ou se torna imperialista, através da acumulação de mercados ou da conquista de territórios.

Com este conceito, nossa luta antibélica significa luta revolucionária, não somente contra qualquer tipo de militarismo, como também e, sobretudo, contra todos os Capitalismos e todos os Estados.

Enquanto um e outro existirem, a liberdade popular e a emancipação proletária não poderão ser realidade e a guerra será sempre, com intervalos mais ou menos breves, a tragédia periódica e cada vez mais criminosa e sangrenta que assola e devasta os povos martirizados.

A GUERRA NA AMÉRICA DO SUL

Enquanto na distante Europa o fascismo cruel e liberticida, larva incubada na contenda de 1914, amplia seu domínio funesto e está preparando novas e espantosas saturnálias horríveis, aqui, na América do Sul, muito perto de nós, duas guerras seguem seu curso: Paraguai-Bolívia, Peru-Colômbia. Para os interesses sujos dos imperialismos inglês e ianque, que contam com a cumplicidade lucrativa dos governos e classes dirigentes dos países em conflito, a guerra, horror de sangue e morte, o afogar das últimas liberdades, a destruição das poucas riquezas e a ruína de quatro povos, não é nada mais do que um espetáculo de lucro que enche suas arcas de libras esterlinas e de dólares, à custa do sofrimento da massa indígena, da dor e da fome do proletário e do camponês, mancha e vergonha que se estende desde as fazendas do Brasil até os gamonales da Colômbia, das minas de salitre no Chile aos engenhos e obras da Argentina, nas cavernas de mineração do Peru, nos ervais do Paraguai, nas plantações de tabaco de Cuba, em todas as partes da América, onde o imenso desastre econômico-político ameaça espalhar-se rapidamente estendendo a guerra, pela rede de interesses postos em jogo, pelas rivalidades de supremacia que podem em qualquer momento arrastar novas nações no redemoinho infame.

Já é hora, sim, de que os povos de toda a América, o proletariado de todo o continente, os homens convictos de um ideal superior de civilização e liberdade, se levantem virilmente para que cesse o massacre e para destruir suas causas de origem. A cada dia que se passa, o perigo é mais grave. É mais fácil prevenir a loucura bélica nos países que até agora estão imunes ao desastre. De lá se pode impedir, com todo o vigor possível de uma agitação popular, que a matança se estenda, ou influenciar para que termine onde começou.

Se nos é imposto esse dever de consciência aos que estão fora do círculo de fogo, podemos dizer que estamos cumprindo e seguiremos cumprindo. Em toda a América do Sul, especialmente na Argentina, nossas forças têm se dedicado sempre à luta contra o militarismo e contra a guerra. Recordemos aqui o intenso trabalho desenvolvido pela

“Asociación Antimilitarista Argentina” (aderida ao Bureau Internacional Antimilitarista, com sede em Haia) e por seu periódico “Bandera Negra”, até que a ditadura de Uriburu interrompeu sua vida regular; prendendo, deportando e matando seus militantes; e sua atividade clandestina posterior, com seus 18 boletins, difundidos em centenas de milhares de exemplares por toda a América. Mas hoje é preciso intensificar e estender essa atividade em pé, adicionando ao mesmo tempo novas e distintas formas de luta; e todas as outras forças revolucionárias e proletárias devem fazer o mesmo.

PALAVRAS FINAIS

Levantemo-nos todos, os trabalhadores de músculo e de cérebro, os militantes de todos os movimentos de esquerda da América do Sul, os operários das fábricas e dos campos, os professores, os estudantes e os intelectuais! Trabalhemos com espírito de fraternidade, de acordo com o que isso seja possível e onde seja possível, ou bem separadamente quando for impossível a união, mas sem dificultamos reciprocamente, a obra dirigida contra o inimigo em comum e sem que nenhuma das forças várias pretenda a hegemonia ideológica e política ou uma centralização paralisadora!

Este congresso não trairá as esperanças que levantou, se realmente não se resumir a um fim egoísta e dogmático de fração interessada, e se ao invés disso, surgir dele uma luz ideal e um plano de ação concreto, amplo e eficaz que possa ser aplicado imediatamente contra o militarismo e contra a guerra!

Conservemos em todos os dias e em todas as horas a força de vontade, a energia e o espírito de sacrifício necessários nesta luta tenaz e não nos detenhamos frente às privações e à prisão, ao terror e à morte!

Que o exemplo heróico dos mártires nos sirva de incentivo! Recordemos do estudante anarquista Montorfano, da Associação Federalista Libertária do Paraguai, que há dois meses e meio enfrentou valentemente o fuzilamento em Puerto Casado por sua oposição ativa à guerra. Recordemos do gesto sublime do herói boliviano desconhecido que em um dos primeiros combates da guerra atual entre a Bolívia e o Paraguai se lançou para fora das fileiras de seu exército e no meio do fulgor da luta gritou aos irmãos dos dois bandos que abaixassem as armas para não serem mortos, caindo, mártir de um verdadeiro heroísmo, sob o fogo alimentado por ambos os lados. Temos que ser dignos desses exemplos e de tantos outros exemplos ignorados.

Aos furores bélicos dos nacionalistas de todos os países contestaremos com o grito de humanidade que em plena guerra europeia, em 1916, Enrique Malatesta, o querido

revolucionário italiano, opunha à blasfêmia fratricida dos patriotas de então: “Morra o Capitalismo e o Estado, todos os Capitalismos e todos os Estados! Viva os povos, todos os povos!”.

Guerra a guerra e ao militarismo! Pela revolução social libertária, a resistirmos contra as próximas guerras! Viva a Internacional da paz, do trabalho, da igualdade e da liberdade!

Montevideú, Março de 1933.

Asociación Estudiantil Libertaria — Sindicato Único del Automóvil — Periódico anarquista “Tierra, Montevideo — Agrupación Anarquista de Lingua Italiana — Agrupación Anarquista “Voluntad” — Ateneo Popular — Grupo Libertario de Estudiantes de Medicina — Sindicato de Escultores y Yeseros — Sindicato de los Oficios Varios (Salto) Periódico anarquista “Tierra” (Salto) — Centro Ciencia y Vida (Salto) — Agrupación Anarquista “La Batalla” (Mercedes) — Centro Florencio Sánchez (Rosario Oriental, Colonia) — Agrupación Anarco-Sindicalista “La Lucha” — Biblioteca Popular del Reducto — Comité de Acción Antifascista — Centro Cultural “Vida Nueva” — Ateneo Libre de Buenos Aires — Comité de R. Anarquista (Resistencia, Chaco, R. A.) — Ateneo Libre de Rosario (R., Argentina) — Revista “Nervio” (R., Argentina) — Asociación “Humanidad” (R., Argentina) — Asociación Racionalista Israelita (R., Argentina) — Asociación Libertaria Contra la Guerra (La Plata, R. A.) — Asociación Educacional Libertaria (La Plata, R. A.)

APÊNDICE 2

CARTA DE GETÚLIO VARGAS A OSVALDO ARANHA

CONFIDENCIAL

24 de Dezembro de 1934

Meu caro Oswaldo :

Não venho falar-te sobre o tratado de comércio, encaminhado sob bons auspícios, nem sobre a minha viagem ao Rio Grande, e sim chamar-te a atenção para um assunto especializado e estritamente confidencial.

Trata-se da questão do Chaco, que está tomando rumo obscuro e tende a complicar-se. Encontrei o nosso estado-maior um tanto alarmado e seu ponto de vista coincide com as informações que trago do Sul. O Paraguai, militarmente forte, com um exército vitorioso de 70 mil homens, não sabe que fazer dessa gente, depois da terminação da guerra, nem como dar ocupação à tropa mobilizada, receando, talvez, a derrocada da supremacia do poder civil, com o regresso dum general triunfante e dum exército descontente. Há desconfiança de que o Paraguai procura criar complicações na nossa fronteira do Mato Grosso, provocando qualquer incidente que arraste a Argentina, no conflito. Esta, por sua vez, ampara abertamente o Paraguai, provendo-o de todos os recursos, acumula tropas na fronteira da Bolívia, já ocupou alguns fortins deste país e advoga a reabsorção da Bolívia, como parte desagregada do vice-reinado do Prata. Um dos maiores advogados dessa campanha é o atual ministro da Guerra, general Rodríguez, autor de um livro sobre o assunto, publicado anteriormente ao conflito.

Demais, tanto a Argentina como o Paraguai, tratam os nossos adidos militares com visível desconfiança, colocando-os em situação de verdadeiro constrangimento, não lhes permitindo visitar a zona conflagrada, nem acompanhar as suas manobras militares. E , quando o consentem, cercam essas visitas de tantas restrições e cautelas que não lhes deixam perceber os seus objetivos.

A nossa política tem sido de cordial amizade com a Argentina e abstenção de intervir na questão do Chaco. Devemos mantê-la, mas precisamos tomar precauções militares. Talvez estas bastem para evitar complicações futuras. Falta-nos, entretanto, quase tudo. Estamos providenciando. Algumas coisas podem ser feitas, outras não.

Como pensará a política americana, a esse respeito, e até onde nos acompanharia? Duas coisas necessitaríamos, no momento, e não temos dinheiro. Algumas unidades para a defesa

da costa, um ou dois cruzadores, submarinos e uma ou duas canhoneiras no rio Paraguai, assim como canhões para baterias de costa.

Desnecessário é encarecer a importância e o sigilo desta minha carta, escrita por iniciativa própria, sem prévia consulta a qualquer pessoa nem conhecimento de ninguém. É apenas uma sondagem, que farás, se não houver inconveniente ou risco de divulgação. Como sabes, a preparação armamentista da Argentina tem derivado da nossa inepta loquacidade. Traçamos programas de preparação bélica e os anunciamos. Na previsão de tais programas, os argentinos executam a contrapartida, e nós nos contentamos com as palavras. Assim foi no passado, É mister que o presente não o imite, para garantia dum melhor futuro.

APÊNDICE 3

TRATADO ANTIBÉLICO DE NÃO-AGRESSÃO E CONCILIAÇÃO

Os Estados infra indicados, no desejo de consolidar a paz e de exprimir a sua adesão aos esforços realizados por todas as nações civilizadas para desenvolver o espírito de harmonia universal;

Com o propósito de condenar as guerras de agressão e as aquisições territoriais obtidas mediante conquista pela força das armas, tornando-as impossíveis e confirmando a sua invalidade por meio de disposições positivas do presente Tratado, para as substituir por soluções pacíficas, baseadas em conceitos elevados de justiça e de equidade;

Convencidas de que um dos meios mais eficazes de assegurar os benefícios morais e materiais que a paz oferece ao mundo é a organização, para os conflitos internacionais, de um sistema permanente de conciliação, aplicável logo que se verifique violação dos princípios mencionados;

Resolvem concretizar em forma de convenção estes propósitos de não-agressão e de concordância, celebrando o presente Tratado e para esse fim, nomearam os Plenipotenciários abaixo firmados, os quais, havendo exibido seus respectivos Plenos Poderes encontrados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Altas Partes Contratantes declaram solenemente que, em suas relações mútuas, ou com outros Estados, condenam as guerras de agressão, e que a solução dos conflitos ou divergências de qualquer espécie, que se suscitem entre elas, será sempre obtida pelos meios pacíficos consagrados pelo Direito Internacional.

ARTIGO II

Declaram que entre as Altas Partes Contratantes as questões territoriais não se devem resolver pela violência e que não reconhecerão estatuto territorial algum que não seja obtido por meios pacíficos, nem a validade da ocupação ou da aquisição de territórios obtida pela força das armas.

ARTIGO III

Em caso de inadimplemento, por qualquer Estado em conflito, das obrigações contidas nos artigos anteriores, as Altas Partes Contratantes se comprometem a envidar todos os esforços para a manutenção da paz. Para esse fim, adotarão, em sua qualidade de neutros, uma atitude comum e solidária; porão em prática os meios políticos, jurídicos ou econômicos autorizados pelo Direito Internacional; farão pesar a influência da opinião pública, mas não recorrerão, em caso algum, à intervenção, quer diplomática, quer armada; ressalvada a atitude que lhes possa caber em virtude dos tratados coletivos de que esses Estados sejam signatários.

ARTIGO IV

As Altas Partes Contratantes obrigam-se a submeter ao processo de conciliação, instituído pelo presente Tratado, as questões aqui especialmente mencionadas e quaisquer outras que surjam em suas relações recíprocas se não tenham podido resolver, dentro de prazo razoável, por via diplomática, excetuadas no artigo seguinte.

ARTIGO V

As Altas Partes Contratantes e os Estados que posteriormente aderirem ao presente Tratado não poderão, no ato da assinatura, ratificação ou adesão, formular outras limitações ao processo de conciliação além das seguintes:

- a) as controvérsias, para cuja solução já se hajam celebrado tratados, convenções, pactos ou acordos pacifistas de qualquer natureza, os quais, em caso algum, se considerarão derogados pelo presente Tratado, mas completados, naquilo em que visarem, a assegurar a paz; e da mesma forma as questões ou quaisquer assuntos já realizados por tratados anteriores;*
- b) os conflitos que as Partes preferirem resolver por negociação direta ou submeter, de comum acordo, à solução arbitral ou judicial;*
- c) as questões que o Direito Internacional deixa à competência exclusiva de cada Estado, de acordo com o seu regime constitucional, e que, por tal razão, possam as Partes opor-se a que sejam submetidas ao processo de conciliação antes de decisão definitiva dos juízes ou tribunais competentes; salvo evidente denegação de justiça, ou de longa na aplicação desta, - casos estes em que os trâmites da conciliação deverão ter início no prazo máximo de um ano;*

d) os assuntos que afetem princípios constitucionais das Partes litigantes. Em caso de dúvida, cada Parte pedirá a opinião fundamentada de seu respectivo Tribunal ou Corte Suprema de Justiça, que tenha competência para se pronunciar sobre a matéria.

Em qualquer tempo, as Altas Contratantes poderão comunicar, pelo modo determinado no art. XV, o instrumento em que declarem haver abandonado, totalmente ou em parte, as limitações por elas estabelecidas ao processo de conciliação.

Como efeito das limitações formuladas por uma das referidas Partes, as demais não se considerarão obrigadas em relação a essa senão na medida das exceções estabelecidas.

ARTIGO VI

A falta de Comissão Permanente de Conciliação ou de outro organismo internacional encarregado dessa missão em virtude de tratados anteriores em vigor, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a submeter as suas divergências ao exame e investigação de uma Comissão de Conciliação, que será constituída do modo seguinte, salvo acordo em contrário das Partes em cada caso:

A Comissão de Conciliação compor-se-á de cinco membros. Cada Parte designará um membro, que poderá ser por ela escolhido dentre os seus próprios nacionais. Os três membros restantes serão designados de comum acordo pelas Partes, dentre os nacionais de terceiras Potências, e deverão ser de nacionalidades diferentes, não residir habitualmente no território das Partes interessadas nem se achar ao serviço de qualquer delas. As Partes elegerão o Presidente da Comissão de Conciliação dentre esses três membros.

Se não lograrem entrar em acordo sobre essas designações, poderão confiar-lhes a uma terceira Potência ou a qualquer outro organismo internacional existente. Se os candidatos assim designados não forem aceitos pelas Partes ou por alguma delas, cada Parte apresentará uma lista de candidatos, em número igual ao dos membros a escolher, e a sorte decidirá quais os candidatos que deverão completar a Comissão de Conciliação.

ARTIGO VII

Os Tribunais ou Cortes Supremas de Justiça que, segundo a legislação interna de cada Estado, tenham competência para interpretar, em última ou única instância e em matéria da sua respectiva jurisdição, a Constituição, os tratados, ou os princípios gerais do Direito das Gentes, poderão ser de preferência, designados pelas Altas Partes Contratantes para desempenhar as funções atribuídas, no presente Tratado, à Comissão de Conciliação. Neste caso, o Tribunal ou Corte funcionará com todos os seus membros, ou designará alguns deles

para servirem sós ou formando uma Comissão mista, com membros de outras Cortes ou Tribunais, conforme decidirem, de comum acordo, as Partes em litígio.

ARTIGO VIII

A Comissão de Conciliação estabelecerá, por si mesma, as regras do seu processo, que deverá ser contraditório em todos os casos.

As Partes divergentes poderão ministrar, e a Comissão poderá requerer-lhes todos os antecedentes e informações necessárias. As Partes poderão fazer-se representar por delegados e assistir por conselheiros ou peritos, assim como apresentar todo gênero de provas.

ARTIGO IX

Os trabalhos e deliberações da Comissão de Conciliação não serão dados à publicidade, senão por decisão da mesma.

Na falta de estipulação em contrário, as decisões da Comissão serão adotadas por maioria de votos, mas a Comissão não poderá pronunciar-se sobre o fundo da questão sem a presença de todos os seus membros.

ARTIGO X

A Comissão terá por encargo procurar solução conciliatória para todas as divergências submetidas à sua consideração.

Após estudo imparcial das questões que formem a matéria do conflito, ela consignará em um relatório o resultado dos seus trabalhos e proporá às Partes, as bases de um acordo, mediante solução justa e equitativa.

O relatório da Comissão não terá, em caso algum, o caráter de sentença nem de laudo arbitral, já no que concerne à exposição ou interpretação dos fatos, já no que se refere às considerações ou às conclusões de direito.

ARTIGO XI

A Comissão de Conciliação deverá apresentar seu relatório ao cabo de um ano, a contar de sua primeira reunião, a menos que as Partes resolvam, de comum acordo, abreviar ou prorrogar este prazo.

Uma vez iniciado, o processo de conciliação só se poderá interromper por ajuste direto entre as Partes, ou por sua decisão posterior de submeter o conflito, de comum acordo, à arbitragem ou à justiça internacional.

ARTIGO XII

Ao comunicar às Partes o seu relatório, a Comissão de Conciliação lhes fixará um prazo, não excedente de seis meses, dentro do qual se deverão pronunciar sobre as bases do acordo por ela proposto. Expirado esse prazo, a Comissão fará constar de uma ata final a decisão das Partes.

Transcorrido o prazo sem que as Partes tenham aceitado a solução proposta ou adotado, de comum acordo, outra deliberação pacífica, as Partes em litígio recuperarão liberdade de ação para proceder como julgarem conveniente, dentro nas limitações decorrentes dos artigos I e II do presente Tratado.

ARTIGO XIII

Desde o início do processo de conciliação até a expiração do prazo fixado pela Comissão para que as Partes se pronunciem, deverão estas abster-se de qualquer medida prejudicial à execução do acordo proposto pela Comissão e, em geral, de qualquer ato suscetível de agravar ou prolongar a controvérsia.

ARTIGO XIV

Durante o processo de conciliação, os membros da Comissão perceberão honorários, cuja importância será determinada, de comum acordo, pelas Partes em litígio. Cada uma delas proverá aos seus próprios gastos e, em partes iguais, concorrerá para as despesas ou honorários comuns.

ARTIGO XV

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, dentro do mais breve prazo possível, consoante os seus respectivos processos constitucionais.

O Tratado original e os instrumentos de ratificação serão depositados no Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, que comunicará as ratificações aos demais Estados signatários. O Tratado entrará em vigor entre as Altas Partes Contratantes trinta dias depois do depósito das respectivas ratificações e na ordem em que estas se efetuarem.

ARTIGO XVI

O Tratado ficará aberto à adesão de todos os Estados.

A adesão far-se-á mediante o depósito do respectivo instrumento no Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, que disso notificará os demais Estados interessados.

ARTIGO XVII

O presente tratado é celebrado por tempo indeterminado, mas poderá ser denunciado mediante aviso prévio de um ano, decorrido o qual deixará de produzir efeito para o Estado denunciante, subsistindo os demais Estados que nele sejam parte, por assinatura ou adesão.

A denúncia será dirigida ao Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, que a transmitirá aos demais Estados interessados.

Em fé do que, os Plenipotenciários respectivos assinam o presente tratado, em um exemplar, nas línguas espanhola e portuguesa, e lhe apõe, seus selos, no Rio de Janeiro, D.F., aos dez dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e trinta e três.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA:

(L. S.)

Carlos Saavedra Lamas,

Ministro das Relações Exteriores e Culto.

PELA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL:

(L. S.)

Afrânio de Mello Franco,

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DO CHILE: Com as reservas das letras a, b, c e d do Artigo V.

(L. S.)

Marcial Martinez de Ferraro,

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Rio de Janeiro

PELOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS:

(L. S.)

*Alfonso Reyes,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Rio de Janeiro.*

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI:

(L. S.)

*Rogélio Ibarra,
Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro*

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY:

(L. S.)

*Juan Carlos Blanco
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Rio de Janeiro*

E, havendo sido aprovado o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcrito, o confirmo e ratifico e, pelo presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos efeitos, prometendo que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assino e é selada com o selo das armas da República e subscrita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e seis, 115° da Independência e 48° da República.

Getúlio VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

APÊNDICE 4

TRATADO DE PAZ, AMIZADE E LIMITES

As Repúblicas da Bolívia e do Paraguai (do Paraguai e da Bolívia), com o propósito de consolidar definitivamente a paz e por termo às controvérsias que deram origem ao conflito armado do Chaco, inspiradas pelo desejo de prevenir futuros desentendimentos, tendo presente que, entre Estados que formam parte da comunidade americana existem vínculos históricos e fraternais que não devem desaparecer por divergências ou fatos que devem ser considerados e solucionados com espírito de recíproca compreensão e boa vontade; em execução de compromisso de consertar a paz definitiva que ambas as repúblicas assumiram no Protocolo de Paz, de 12 de junho de 1935 e na Ata Protocolizada, de 21 de janeiro de 1936, representadas a República da Bolívia, por sua excelência, dr. Eduardo Diez de Medina, ministro das Relações Exteriores, e por sua excelência, o dr. Enrique Finot, presidente da delegação, desse país, à Conferência de Paz, e a República do Paraguai, por sua excelência, dr. Cecilio Báez, ministro das Relações Exteriores, e, por sua excelência, o general do Exército, d. José Félix Estigarribia, presidente da delegação deste país à Conferência de Paz, e os delegados, sua excelência dr. Luiz A. Riart e dr. Efraim Cardoso, e devidamente autorizados pelos seus Governos, concordaram em firmar, sob os auspícios e a garantia moral dos seis Governos mediadores, o seguinte tratado definitivo de Paz, Amizade e Limites:

Artigo 1 - Fica estabelecida a paz entre as repúblicas da Bolívia e do Paraguai.

Artigo 2 - A linha divisória do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai, será a que determinem os exmos, presidentes das repúblicas da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai, em seu caráter de árbitros de equidade, os quais atuando ex aequo et bono, lavraram a sua sentença arbitral de acordo com esta e as seguintes cláusulas:

Letra A) - O laudo arbitral fixará a linha divisória Norte, no Chaco, na zona compreendida entre a linha da Conferência da Paz, apresentada no dia 27 de maio de 1938, e a linha da contra-proposta paraguaia apresentada à consideração da Conferência da Paz em 24 de junho de 1938, desde o meridiano do Fortim 27 de Novembro, isto é, aproximadamente no meridiano 61 graus 55 minutos Oeste de

Greenwich, até o limite Leste da zona, com exclusão do litoral do rio Paraguai ao sul da desembocadura do rio Otuquis ou Negro.

Letra B) - O laudo arbitral fixará igualmente a linha divisória Ocidental, no Chaco, entre o rio Pilcomayo e a interseção do meridiano do Fortim 27 de Novembro, isto é, aproximadamente 61 graus 55 minutos Oeste de Greenwich, com a linha do laudo pelo lado Norte, a que se refere o capítulo anterior.

Letra C) - A dita linha não irá, no rio Pilcomayo, mais ao Leste do Pozo Hondo nem ao Oeste além de qualquer ponto da linha que, partindo de Dorbigni foi assinalada pela Comissão Militar Neutra como intermédia das posições máximas alcançadas pelos exércitos beligerantes ao suspender-se o fogo a 14 de junho de 1935.

Artigo 3 - Os árbitros se pronunciarão ouvidas as partes e segundo o seu leal saber e entender, tendo em conta a experiência acumulada pela Conferência de Paz e as resoluções dos assessores militares da dita entidade. Os seis presidentes das Repúblicas citadas no artigo 2 ficam autorizados a expedir o laudo diretamente ou por meio de delegados plenipotenciários.

Artigo 4 - O laudo arbitral será expedido pelos árbitros no prazo máximo de dois meses, contados a partir da ratificação do presente tratado, celebrado em oportunidade e fórmulas estipuladas no artigo onze.

Artigo 5 - Expedido o laudo e notificadas as partes, estas nomearam imediatamente uma comissão mista, composta de cinco membros, dois para cada parte, sendo o quinto designado de comum acordo pelos seis governos mediadores, a fim de aplicar sobre o terreno e fixar marcos na linha divisória, traçada pelo laudo arbitral.

Artigo 6 - Dentro de trinta dias após a expedição do laudo, os governos da Bolívia e do Paraguai cuidarão de acreditar os seus respectivos representantes diplomáticos em Assunção e La Paz e dentro de noventa dias cumprirão o laudo no principal, sob a vigilância da Conferência de Paz, à qual reconhecem a faculdade de resolver em definitivo as questões práticas que possam apresentar com tal motivo.

Artigo 7 - A República do Paraguai garante o mais livre trânsito, por seu território e especialmente pela zona de Puerto Casado, das mercadorias que cheguem do exterior com destino à Bolívia e dos produtos que saiam da Bolívia para ser embarcados para o exterior pela dita zona de Puerto Casado, com o direito para a Bolívia, de instalar as suas agências aduaneiras e construir depósito e armazéns na zona do dito porto. A regulamentação deste artigo será objeto de uma convenção comercial posterior entre os governos de ambas as Repúblicas.

Artigo 8 - Executado o laudo arbitral mediante aplicação e balizamento da linha divisória, os governos da Bolívia e do Paraguai negociarão, diretamente, de governo a governo, as demais convenções econômicas e comerciais que julguem conveniente para desenvolver os seus interesses recíprocos.

Artigo 9 - As Repúblicas da Bolívia e do Paraguai renunciaram, reciprocamente, a todas as ações de reclamações derivadas das responsabilidades da guerra.

Artigo 10 - As Repúblicas da Bolívia e do Paraguai, renovando o compromisso de não-agressão, estipulado no protocolo de 12 de junho de 1935, obrigam-se solenemente a não se fazerem guerra nem empregar, direta ou indiretamente, a força como meio de solução de qualquer divergência atual ou futura. Se, em qualquer eventualidade, não chegarem a resolvê-los por negociações diplomáticas diretas, obrigam-se, desde agora, a recorrer a processos conciliatórios e arbitrais que o Direito Internacional oferece e especialmente as convenções e pactos americanos.

Artigo 11 - O presente tratado será ratificado pela Convenção Nacional Constituinte, da Bolívia e, por plebiscito nacional, no Paraguai, e em ambos os casos a ratificação deverá produzir-se ao fim de vinte dias contados a partir da data de assinatura deste tratado. A troca da ratificação efetuar-se-á, no mais breve prazo, perante a Conferência de Paz.

Artigo 12 - As partes declaram que, no caso de não ser obtida a ratificação a que se refere o artigo anterior, o texto e conteúdo deste tratado não podem ser invocados em ulteriores circunstâncias ou processos de arbitragem ou justiça internacional.

Em fé do que, os representantes da Bolívia e do Paraguai, juntamente com os delegados plenipotenciários que representam os países mediadores na Conferência de Paz, firmam e selam o presente tratado em três exemplares, em Buenos Aires, aos vinte e um dias do mês de julho do ano de 1938.